

Relatório e Contas

2018



I.	Introdução	5
1.	Órgãos Sociais	5
	Assembleia Geral	5
	Conselho de Administração	5
	Conselho Fiscal	5
	Revisor Oficial de Contas	5
II.	Enquadramento Macroeconómico	7
1.	Conjuntura Internacional e Nacional	7
III.	Mercado Segurador	19
IV.	Atividade da Popular Seguros em 2018	22
1.	Principais Indicadores	23
2.	Prémios e Apólices	23
3.	Comissões	24
4.	Custos com Sinistros	25
5.	Provisões Técnicas	26
6.	Saldo Técnico Líquido de Resseguro	27
7.	Investimentos	27
8.	Custos Operacionais	27
9.	Resultado do Exercício, Capital Próprio e Margem de Solvência	28
10.	Gestão de Riscos e Controlo Interno	29
11.	Principais Projetos e Iniciativas em 2018	29
V.	Proposta de Aplicação de Resultados	31
VI.	Considerações Finais	33
VII.	Anexo ao Relatório do Conselho de Administração	35

Índice

Demonstrações Financeiras 2018	37
Conta de Ganhos e Perdas em 2018	37
Demonstração de Rendimento Integral	39
Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2018	40
Demonstração de Alterações de Capital Próprio em 31 de dezembro de 2018	42
Demonstração de Alterações de Capital Próprio em 31 de dezembro de 2017	43
Demonstração de Fluxos de Caixa	44
Anexo à Demonstração da Posição Financeira e à Conta de Ganhos e Perdas de 2018	46
Outros Anexos	123
Anexo 1 - Desenvolvimento da Provisão para Sinistros relativa a Sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções)	123
Anexo 2 – Discriminação dos Custos com Sinistros	124
Anexo 3 – Discriminação de alguns valores por Ramos	125
Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	127
Certificação Legal de Contas	127
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	132
Relatório do Governo Societário e Políticas de Remuneração	136

Relatório
do
Conselho de Administração
2018

I. Introdução

Nos termos da Lei, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras da Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A. referentes ao exercício de 2018.

1. Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente

Augusto Fernando Correia Aguiar – Branco

Secretário

Cristina Isabel Cristovam Braz Vaz Serra

Conselho de Administração

Presidente

Nuno Miguel Frias Costa

Vogais

Manuela Vieira Marinho

Pedro Brandão de Melo e Castro

Conselho Fiscal

Presidente

José Luis Areal Alves da Cunha

Vogais

António Baia Engana

Maria Manuela de carvalho Silva Vinhas Lourenço

Revisor Oficial de Contas

JM Ribeiro da Cunha Associados, SROC, LDA

Representada por José Maria Ribeiro da Cunha

ENQUADRAMENTO
MACROECONÓMICO

II. Enquadramento Macroeconómico

1. Conjuntura Internacional e Nacional

Internacional

A economia mundial, em 2018, manteve um ritmo de crescimento dinâmico, prolongando a trajetória de recuperação do período pós-crise. Contudo, evidenciou também sinais de moderação, seja porque o ciclo económico começa a atingir uma fase de maturidade, seja porque alguns dos riscos económicos já identificados se começam a materializar, como sejam as tensões comerciais e a proximidade do Brexit.

Esta desaceleração foi incorporada nas mais recentes projeções do Fundo Monetário Internacional, que, na atualização de janeiro de 2019 do World Economic Outlook, reviu o crescimento estimado, em 2018, para 3,7% (-0,2pp face ao cenário de julho, em grande medida devido à maior desaceleração da atividade nas economias avançadas (-0,2pp) e, dentro destas, na zona euro (-0,4pp).

Crescimento Económico Mundial

	2016	2017	2018
Mundo	3,3	3,8	3,7
Países Avançados	1,7	2,4	2,3
EUA	1,5	2,2	2,9
UEM	1,8	2,4	1,8
Reino Unido	1,8	1,8	1,4
Japão	1,0	1,9	0,9
Países em Desenvolvimento	4,4	4,7	4,7
África	1,5	2,9	2,9
Ásia	6,5	6,5	6,5
China	6,7	6,9	6,6
Europa de Leste	3,2	6,0	3,8
Médio Oriente	5,0	2,2	2,4
América Latina	-0,6	1,3	1,2
Brasil	-3,5	1,1	1,3

Fonte: FMI (janeiro de 2019)

As projeções para as economias emergentes, a nível agregado, não sofreram alterações de relevo, mantendo-se um ritmo de expansão saudável, com a desaceleração em algumas economias ou regiões a ser compensada pela dinâmica de outras.

Por exemplo, a desaceleração da economia chinesa, que em 2018 registou a mais baixa taxa de crescimento desde 1990 (uma variação de 6,6% em termos reais, mas que foi a maior variação anual, em termos absolutos) foi compensada pela dinâmica de outras economias, como a indiana, com um crescimento estimado de 7,3%, acima dos 6,7% observados em 2017.

A **China** foi particularmente afetada pelas tensões comerciais com os EUA e subsequente imposição unilateral de tarifas aduaneiras, bem como pela desaceleração da economia europeia.

Os **EUA**, por seu lado, mantêm um ritmo de crescimento sustentado, apoiado também pelo “choque fiscal” adotado no início de 2018, e que teve repercussões positivas sobre o consumo privado, assim como sobre o investimento, permitindo mesmo uma aceleração do crescimento, em termos homólogos, ao longo de todo o ano, materializando-se num crescimento de 2,9% em média anual. O ciclo de expansão aproxima-se do máximo de 120 meses observado no período de 1990 a 2000, e que foi o mais longo ciclo de crescimento registado.

A menor exposição da economia norte-americana ao comércio internacional (as exportações representam 12% do PIB) permitiu imunizar parcialmente o crescimento face aos riscos associados às tensões comerciais. Por outro lado, o facto de os EUA terem alcançado um acordo comercial com o México e o Canadá – o designado USMCA – para substituir o NAFTA, também contribuiu para a minimização dos riscos.

No entanto, subsistem riscos, como evidenciados recentemente pelo encerramento temporário do Governo Federal, no “braço de ferro” entre a Administração Trump e o Congresso (desde Janeiro de 2019 dominado por uma maioria democrata na Câmara dos Representantes) relacionado com a construção do muro na fronteira com o México.

A Reserva Federal dos EUA manteve, ao longo de 2018, a sua estratégia de remoção gradual dos estímulos, subindo a principal taxa de juro de referência por quatro vezes, em movimentos de 25p.b., para o intervalo de 2,25%-2,50%. Na sequência da maior incerteza quanto à envolvente futura, e já em 2019, a Reserva Federal alterou o seu discurso no sentido de sinalizar que alterações futuras das taxas de referência e/ou da normalização do balanço estarão dependentes da evolução das condições económicas e financeiras, deste modo ganhando margem de manobra.

A **zona euro** iniciou, em 2018, um movimento de abrandamento do crescimento económico, que se manteve e, em alguns casos, acentuou mesmo durante o segundo trimestre do ano. O PIB terá, em média anual, crescido cerca de 1,8%, ainda acima da respetiva tendência de longo prazo.

Inicialmente afetado por fatores pontuais, como condições climatéricas adversas, o crescimento desacelerou também pela conjugação de outros fatores. Por um lado, as tensões comerciais, com a imposição ou ameaça de imposição, pelos EUA, de tarifas aduaneiras sobre produtos de relevo para a economia europeia, tais como automóveis, e os efeitos indiretos da imposição de tarifas à China. Por outro lado, e ainda relacionado com o setor automóvel, uma maior redução da atividade, na Alemanha e no segundo semestre, também devido à discussão em curso sobre a transição energética e a utilização dos motores a diesel.

Um terceiro fator prende-se com questões políticas, englobando o denominado “protesto dos coletes amarelos”, em França, e o “diferendo” entre o novo governo italiano, constituído por uma coligação entre a Liga e o Movimento 5 Estrelas, e a Comissão Europeia, quanto à evolução da política orçamental. A intenção de prossecução de uma política mais expansionista conduziu a um movimento de subida das taxas de juro da dívida soberana, em Itália, e conseqüente alargamento de spreads face à Alemanha.

A incerteza daí decorrente refletiu-se numa desaceleração do crescimento económico em Itália. Um terceiro fator político prende-se com o Brexit.

	PIB	Inflação
UEM	1,9	1,7
Alemanha	1,5	1,9
França	1,5	2,1
Espanha	2,5	1,7
Itália	1,0	1,2

Fonte: CE (fevereiro 2019)

Apesar deste contexto de maior incerteza, o Banco Central Europeu iniciou o processo de “normalização” da política monetária. Numa primeira fase, houve uma comunicação de que os estímulos seriam gradualmente reduzidos, em especial ao nível do programa de aquisição de ativos financeiros. Com efeitos a partir de setembro, o volume mensal de ativos a adquirir foi reduzido em metade, para 15 mil milhões de euros por mês, tendo esse programa terminado em dezembro de 2018. Por outro lado, e ao nível das taxas de juro de referência, o BCE sinalizou que permaneceriam nos níveis mínimos até “durante o Verão de 2019”, posteriormente complementado que as alterações estarão dependentes da evolução das condições económicas e financeiras.

No âmbito do processo de Brexit, em novembro foi alcançado um acordo de saída, entre o **Reino Unido** e os restantes 27 Estados-membros, juntamente com uma declaração política relativa à relação futura entre ambas as economias, cujo acordo terá que ser negociado durante o período de transição que termina no final de 2020.

O acordo de saída, à data de 12 de fevereiro de 2019, não tinha ainda sido ratificado pelo Parlamento Britânico. A “votação significativa” de 15 de janeiro saldou-se numa derrota do acordo, tendo a primeira-ministra Theresa May sido mandatada para renegociar os termos do acordo, nomeadamente o ponto relativo à fronteira entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda. O designado “backstop” da Irlanda pressupõe que, ao abrigo dos acordos de paz de 1998, não exista uma fronteira física entre as duas Irlandas, o que pressupõe que a Irlanda do Norte permanece na união aduaneira com os demais 27 países. A fronteira comercial, deste modo, teria que situar-se entre a Irlanda do Norte e a Grã-Bretanha, assim impondo uma fronteira interna no Reino Unido. Para evitar esta situação, e até que a relação futura com a UE esteja definida, o RU manter-se-ia dentro da união aduaneira, ficando impedido de negociar acordos comerciais com terceiros, o que é visto pelos partidários do Brexit como uma violação dos resultados do referendo.

Apesar dos riscos colocados por este foco de incerteza, o Banco de Inglaterra, em agosto, subiu novamente a principal taxa de referência, em +25p.b., para 0,75%, invocando a redução da taxa de desemprego e a subida dos custos unitários do trabalho, visto que, nessa altura, e apesar de um abrandamento da atividade nos primeiros meses do ano, o crescimento económico estava em linha com o cenário central do banco central.

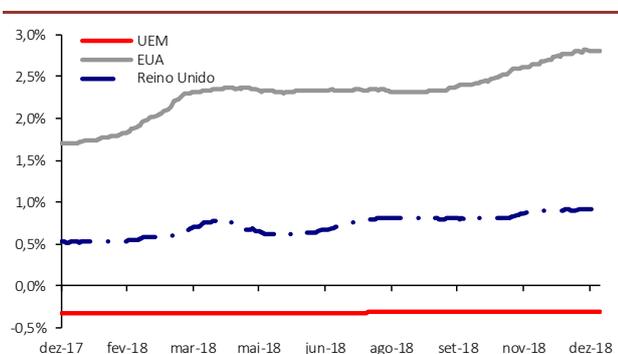
Nas **economias emergentes**, o crescimento económico estabilizou, embora com evoluções diferenciadas entre regiões. Como já referido, a economia chinesa manteve a tendência de desaceleração, refletindo a conjugação de vários fatores. Além das tensões comerciais, com os EUA, temas estruturais tiveram igualmente o seu papel, como a dinâmica demográfica e o elevado nível de endividamento da economia.

Na América Latina, a atividade manteve um ritmo de expansão moderado. Em ano eleitoral, que terminou um ciclo político dominado pelo PT, o **Brasil** cresceu cerca de 1,3%, alinhado com a dinâmica do ano anterior, mas ainda aquém do potencial. No **México**, o crescimento permaneceu igualmente num ritmo moderado, influenciado pelos receios quanto ao término do Acordo NAFTA, mas o qual foi substituído, no final do ano, pelo novo acordo USMCA (ainda em fase de ratificação).

A normalização da política monetária, através de uma subida das taxas de juro de referência, nos EUA e no Reino Unido, refletiu-se numa subida das **taxas de juro de curto prazo**. Nos EUA, a taxa Libor 3 meses subiu para 2,9% no final do ano, consubstanciando o nível mais elevado desde 2008. Já no Reino Unido, a taxa Libor recuperou os níveis de 2012.

A divergência com a zona euro, do ponto de vista da evolução das taxas de juro de curto prazo, acentuou-se, apesar de o BCE ter iniciado o processo de normalização da política monetária. A indicação de que as taxas de juro de referência poderiam permanecer sem alterações “até durante o verão de 2019” resultou na estabilidade da taxa de juro Euribor 3 meses.

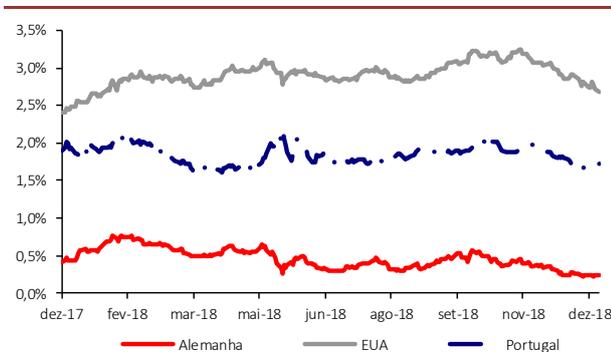
Taxas de Juro 3 Meses



Fonte: Bloomberg

Ao nível das taxas de juro de longo prazo, várias dinâmicas foram visíveis ao longo do ano. Nos EUA, em linha com a subida das taxas de juro de referência pela Reserva Federal, e num contexto de descida do desemprego e de aceleração da inflação, a taxa de juro a 10 anos subiu desde cerca de 2,5% até cerca de 3,2%, para posteriormente corrigir para cerca de 2,6%, no quadro dos receios de desaceleração económica e de maior volatilidade dos mercados financeiros, em especial os acionistas.

Taxas de Juro 10 Anos



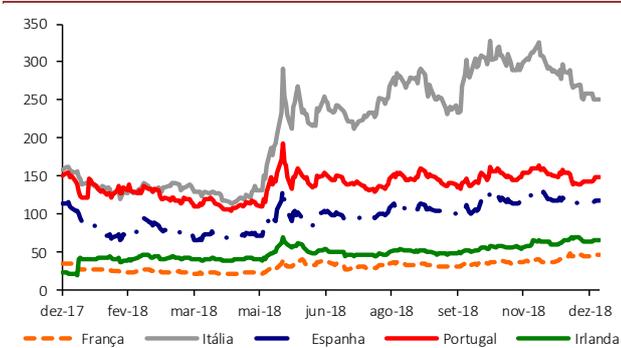
Fonte: Bloomberg

Na Alemanha, a yield dos 10 anos desceu, de forma quase uniforme, ao longo do ano, para os níveis mais baixos desde 2017, em linha com os sinais de desaceleração económica e apesar de o BCE ter comunicado o término do seu programa de aquisição de ativos financeiros. Parte desta dinâmica refletiu, também, um movimento de “fuga para a qualidade”, em especial a partir de maio, quando o novo Governo italiano procurou alterar a orientação da política orçamental, o que não foi bem acolhido pelos mercados, com uma subida generalizada das taxas de juro de longo prazo.

Houve efeitos de contágio muito limitados, mas não impedindo que os spreads face à Alemanha subssem relativamente aos mínimos que tinham sido observados durante o segundo trimestre.

Em Portugal, o spread 10 anos face à Alemanha estabilizou em redor de 150p.b., ligeiramente acima dos mínimos observados em maio. A revisão em alta, da notação de risco da República, para investment grade, pela agência Moody’s, que assim se juntou às demais agências, em outubro, contribuiu para a imunização relativa da dívida portuguesa face à dinâmica da italiana, resultando num diferencial superior a 100p.b., favorável à dívida portuguesa.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)

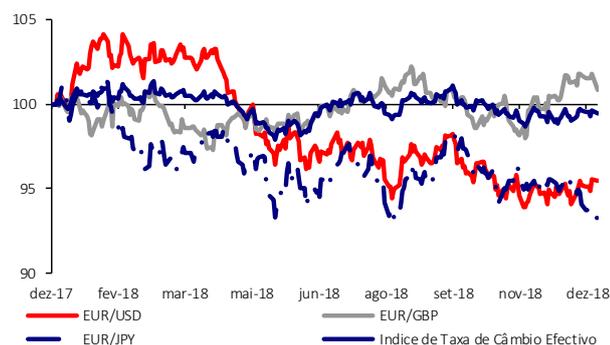


Fonte: Bloomberg

No **mercado cambial**, o euro evidenciou uma tendência de depreciação face às principais divisas, em especial a partir do segundo trimestre do ano. Face ao dólar, o euro terminou o ano em redor de 1,15 dólares, numa depreciação de cerca de 5%. A subida de taxas pela Reserva Federal dos EUA e a mensagem transmitida pelo BCE, em junho, de que as taxas de juro de referência se manteriam inalteradas por um período de tempo prolongado contribuíram para esta evolução.

A libra esterlina, por seu lado, e apesar de alguma volatilidade associada ao processo do Brexit, manteve-se relativamente estável face ao euro, com uma depreciação de apenas 0,6%, para próximo de 90p por euro, nível em redor do qual tem oscilado desde o referendo de 2016.

Principais Taxas de Câmbio (Dez-2017 = 100)

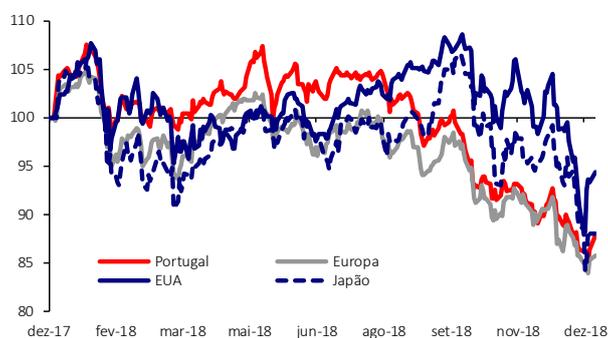


Fonte: BCE

No final do ano, as incertezas quanto à evolução da economia mundial traduziram-se num movimento de correção em alguns mercados financeiros, com especial destaque para os **mercados acionistas**.

Nos EUA, os mercados acionistas fecharam em queda, mas ainda acima dos mínimos do ano, isto após terem testado, durante o verão, sucessivos máximos históricos. As tensões comerciais tiveram, neste campo, também um impacto sobre as expectativas dos investidores.

Mercados Acionistas (Dez-17 = 100)



Fonte: Bloomberg

Na Europa, a tendência dominante durante o ano tinha sido já de correção, especialmente influenciada pela evolução do sector financeiro. A sucessiva revisão em baixa das expectativas de alteração das taxas de juro de referência influenciou as perspetivas de evolução dos resultados da banca, acrescendo aos demais fatores e à aversão ao risco generalizada observada nos últimos meses do ano.

Portugal não foi exceção na dinâmica europeia, com uma desvalorização do PSI-20 em cerca de 12%. O setor da banca foi também afetado, mas houve correções em setores como o retalho, construção e pasta e papel.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

O preço do **petróleo** terminou o ano com uma correção de cerca de 11%, para os 59 dólares por barril, recuperando níveis de meados de 2017, e acompanhando a correção noutros mercados. No entanto, tinha evidenciado uma tendência de valorização durante grande parte do ano, seja por acordos de redução da produção, seja por expectativas de continuação de forte procura, tendo registado um máximo de cerca de 82,5 dólares por barril, o nível mais elevado desde 2014.

Uma dinâmica similar foi registada para as demais matérias-primas, desde os metais de base até, embora em menor escala, aos cereais.

O **ouro** revelou-se, no final do ano, como ativo de refúgio, tendo valorizado até cerca de 1.282 dólares por onça, depois de ter testado mínimos durante o verão.

Economia Portuguesa

O ciclo de expansão da economia portuguesa, iniciado em 2013, prolongou-se, durante o ano de 2018, mas, e em linha com a desaceleração sentida na economia europeia, iniciou uma tendência de moderação, embora ainda com ritmos de crescimento acima da tendência de longo prazo.

Dados Macroeconómicos

	2016	2017	2018
PIB	1,9	2,8	2,1
Consumo Privado	2,4	2,3	2,5
Consumo Público	0,8	0,2	0,8
Investimento	1,8	9,2	5,6
Exportações	4,4	7,8	3,7
Importações	4,7	8,1	4,9
Inflação média	0,6	1,4	1,0
Desemprego	11,1	8,9	7,0
Saldo Orçamental (% do PIB)	-2,0	-3,0	-0,7
Dívida pública (% do PIB)	129,2	124,8	122,1
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	1,6	1,4	0,4

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças

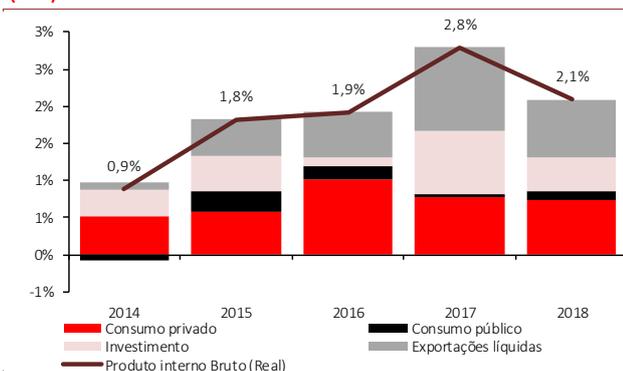
Em 2018, o **PIB** cresceu 2,1%, uma ligeira desaceleração face aos 2,8% observados no ano de 2017, fruto de um abrandamento das exportações que, contudo, e conjuntamente com o investimento, permaneceu um dos motores da expansão.

O **consumo privado** permaneceu relativamente dinâmico, com um crescimento de 2,5%, em linha com a evolução nos anos mais recentes, e apoiado na descida do desemprego, que se situou em 6,7% entre os segundo e quarto trimestres do ano. As expectativas de uma subida dos preços dos automóveis, no final do verão, devido às novas regras de medição de emissões poluentes, resultaram numa antecipação da aquisição de viaturas para o segundo trimestre, alterando o perfil intra-anual de despesa das famílias.

Ao nível do **investimento**, assistiu-se a uma moderação, embora mantendo um ritmo de expansão ainda dinâmico, fruto de (i) um maior volume de despesa de capital em 2017, por exemplo, com a renovação da linha de montagem da AutoEuropa; e (ii) uma moderação da despesa em construção, embora ainda num contexto de elevado investimento sobretudo em reabilitação urbana.

Os níveis de utilização da capacidade instalada estão em linha, ou mesmo acima, da média histórica, o que se tem revelado positivo para a realização de despesa de investimento por parte das empresas.

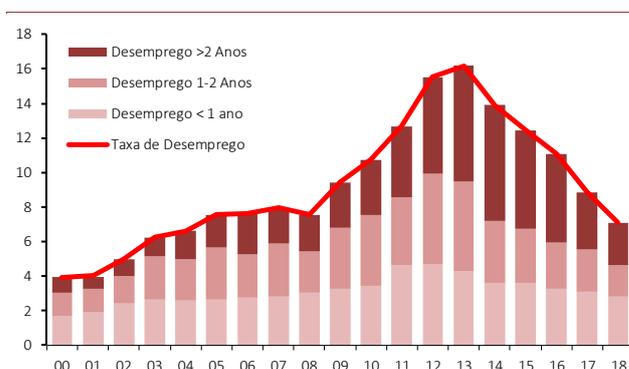
**Contributos para o Crescimento do PIB
(tvh)**



Fonte: INE

Como mencionado, o **mercado de trabalho** continuou a melhorar ao longo do ano de 2018, com a redução da taxa de desemprego para o nível mais baixo desde 2008, em 6,7% (7,0% em média anual), e com a redução a ser mais pronunciada ao nível do desemprego de mais longo prazo. Em 2018, foram criados mais 78 mil empregos, sobretudo a tempo completo e sem termo, reforçando a sustentabilidade da recuperação neste mercado.

Taxa de Desemprego (%)



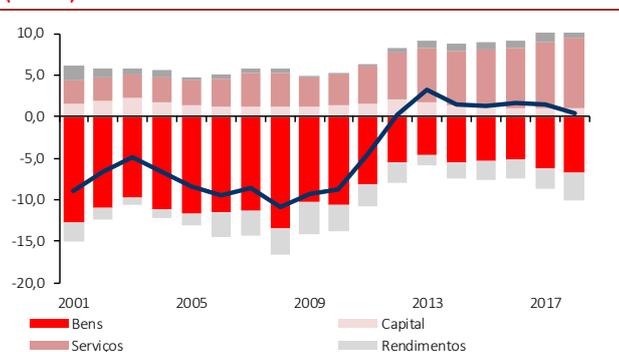
Fonte: INE

Apesar da melhoria da atividade económica e do mercado de trabalho, no terceiro trimestre de 2018, a **taxa de poupança** das famílias diminuiu para 4,0% do rendimento disponível bruto, apesar de um crescimento similar ao nível do rendimento disponível da despesa de consumo, fruto de uma aceleração do investimento (em 2018, a produção de crédito à habitação atingiu quase 10 mil milhões de euros, o que não sucedia desde 2010).

As **exportações** mantiveram um crescimento sustentado, apesar de uma desaceleração face aos anos transatos, em grande medida devido a fatores pontuais verificados no final do ano, como a greve registada no Porto de Setúbal, e que penalizou pontualmente as exportações de automóveis pela AutoEuropa (e que se prolongou durante quase todo o mês de novembro).

As **importações** também desaceleraram mas, no ano de 2018, cresceram mais do que as importações, resultando numa deterioração da balança de bens, mas que foi em grande medida compensada pelo excedente na balança de serviços. Em consequência, o excedente da balança corrente e de capital terá permanecido em redor de 1,4%, em linha com o observado em anos anteriores.

**Balança Corrente e de Capital
(% PIB)**



Fonte: Banco de Portugal, INE

As exportações de serviços continuam a reforçar a sua posição excedentária, com um saldo positivo de cerca de 8,5% do PIB, largamente explicado pelo setor do turismo, cujas exportações já representam cerca de 7% do PIB.

A correção dos desequilíbrios macroeconómicos prosseguiu o seu curso, destacando-se a **redução do endividamento** da economia, que se situou em 199% do PIB (uma redução de 66p.p. face aos máximos observados em 2012), para o setor privado, embora permaneça ainda em níveis elevados. No quarto trimestre de 2018, o endividamento das famílias tinha-se reduzido para 71% do PIB (dos quais 50% respeitam a crédito hipotecário), enquanto o endividamento das empresas não financeiras se situava em cerca de 130% do PIB.

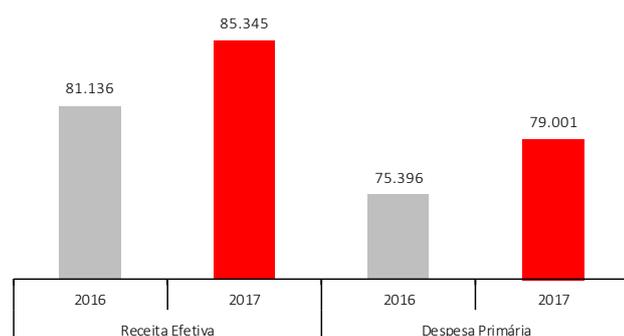
Fruto da liquidação plena do empréstimo do FMI, no final de 2018, a **dívida pública**, na ótica de Maastricht, situou-se em 122% do PIB no final do ano, uma redução de cerca de 3pp face ao ano anterior.

Em 2018, foi mantido uma política de consolidação orçamental, com, o **déficé público** a reduzir-se para 0,7% do PIB, de acordo com as estimativas preliminares, e abaixo da meta constante no OE2018, de um déficé de 0,9% do PIB.

A informação, na ótica de caixa, revela que a melhor execução foi fruto de um crescimento da receita em cerca de 5,2% (evolução idêntica no que respeita à receita fiscal), superior ao crescimento da despesa efetiva (de +4,5%).

O orçamento de Estado para 2019 prevê um défice orçamental das administrações públicas de 0,2% do PIB.

Receita Efetiva e Despesa Primária (€ mn)



Fonte: Ministério das Finanças

A melhor execução orçamental, no ano de 2018, associada à descida do rácio da dívida pública e à notação de risco em investment grade pelas principais agências de rating, permitiram imunizar as taxas de juro da dívida pública face às tensões sentidas quando do diferendo entre a Itália e a Comissão Europeia quanto à proposta de orçamento para 2019. A yield dos 10 anos, no final de janeiro de 2019, situava-se abaixo de 1,7%, correspondendo a um diferencial de menos de 150p.b. face à Alemanha (e com um spread negativo, de cerca de 100p.b. face à Itália).

Défice Orçamental (% PIB)



Fonte: Ministério das Finanças

O Tesouro manteve um regular acesso aos mercados financeiros internacionais, tendo obtido financiamento de médio e longo prazo em conduções mais favoráveis, que lhe permitiu liquidar na totalidade o empréstimo do FMI obtido no âmbito do Programa de Ajustamento negociado com a União Europeia, BCE e FMI. O empréstimo do FMI, no montante de aproximadamente 26 mil milhões de euros foi, deste modo e nos últimos anos, substituído por financiamento de mercado com maturidades mais longas e taxas de juro mais baixas.

O Tesouro manteve também o seu programa de colocação de produtos de aforro para as famílias, destacando-se a emissão de OTRV. Esta captação da poupança das famílias não teve impacto visível sobre os volumes de depósitos de particulares junto do sistema financeiro nacional, os quais, em 2018, subiram mais de 5 mil milhões de euros.

O setor bancário português prosseguiu, em 2018, o abrangente processo de reestruturação, destacando-se o saneamento de balanço e a redução de exposições não produtivas (NPE).

Nos nove meses até setembro, o stock de NPEs foi reduzido em quase 6 mil milhões de euros, materializando-se numa redução do rácio de NPE para 11,3%. Este processo continuou no quarto trimestre do ano, com várias vendas de carteiras não produtivas. Contudo, o rácio permanece ainda muito acima da média europeia de cerca de 5%.

Este processo de gestão de exposições não produtivas foi uma das principais determinantes da evolução dos agregados que crédito, apesar de se ter verificado um acréscimo dos volumes de nova produção de crédito: o novo crédito a empresas aumentou 9,5% face a 2017, para 31,6 mil milhões de euros, e o novo crédito hipotecário subiu 18,1%, para 9,8 mil milhões de euros (o nível mais elevado desde 2010, mas ainda aquém dos volumes registados entre 2003 e 2008).

No conjunto do ano, o stock de crédito a empresas reduziu-se em 5% (com uma redução de cerca de 40% no crédito vencido a mais de 90 dias), enquanto a carteira de crédito hipotecário terá estabilizado.

MERCADO
SEGURADOR

III. Mercado Segurador

Num contexto económico mais favorável, o volume global da produção de seguro direto do sector segurador português cresceu, em 2018, +11,7% para o valor de 13 mil milhões de euros mantendo a tendência positiva que se assistiu em 2017. Para este acréscimo contribuíram os incrementos verificados tanto no ramo Vida (14,5%) como nos ramos Não Vida (7,4%).

Produção de seguro direto em Portugal por ramos – Mercado

u.m. milhões de euros	2015	2016	2017	2018*	Δ
Vida	8.671	6.677	7.089	8.114	14,5%
Seguro de Vida	6.522	4.991	4.900	6.346	29,5%
Seguros Ligados a F. Investimento	2.148	1.686	2.187	1.767	-19,2%
Operações de Capitalização	1		1	1	-40,6%
Não Vida	3.993	4.194	4.494	4.827	7,4%
Acidentes e Doença	1.354	1.482	1.632	1.790	9,7%
Acidentes de trabalho	556	624	705	801	13,5%
Doença	633	694	751	807	7,4%
Acidentes (outros)	165	164	175	183	4,3%
Incêndio e Outros Danos	764	779	804	848	5,4%
Automóvel	1.471	1.522	1.610	1.718	6,7%
Marítimo e Transportes	25	25	26	25	-1,9%
Aéreo	7	6	7	7	2,1%
Mercadorias Transportadas	23	22	21	21	-2,3%
Responsabilidade Civil Geral	112	116	127	132	4,1%
Diversos	238	243	266	285	7,2%
TOTAL	12.664	10.872	11.582	12.941	11,7%

Inclui prémios brutos emitidos de contratos de seguro e receita processada de contratos de investimento e de prestação de serviço

* Valores Provisórios

Fonte: ASF – Departamento de Estatística e Controlo de Informação

No ramo Vida de salientar os planos de poupança reforma (PPR) que apresentaram um crescimento de cerca de 56,6%, representando assim 45% do total do ramo vida que compara com 31% em 2017.

Já o ramo Não Vida, fruto da melhoria verificada na situação económica do país e do mercado de trabalho, apresenta crescimentos de produção em todos os principais ramos, materializando um crescimento total de +7,4% face a 2017, destacando-se a contribuição da modalidade de Acidentes de Trabalho, que detém um peso de 16,6% nos ramos Não Vida e cujo crescimento foi de 13,5%, em linha com o verificado no ano 2017, na sequência das recomendações da ASF e das medidas tomadas pelos operadores no sentido do restabelecimento do equilíbrio técnico desta modalidade. De salientar, embora com menos expressão, o crescimento do Ramo Doença com +7,4% de produção que em 2017 e o Automóvel com +6,7% de crescimento. Este impacto positivo não foi, no entanto, sentido a nível da rentabilidade do setor, quer pela evolução, continuada, de baixas taxas de juros com a consequente redução dos resultados financeiros; quer pelo aumento da taxa de sinistralidade em alguns ramos.

A estrutura que a produção apresenta em 2018, coloca o segmento Vida responsável por 62,7% da produção total do Sector e o segmento Não Vida responsável pelos restantes 37,3% em linha com o verificado em 2017.

Decorrente da entrada em vigor, em 2016, do novo regime Solvência II, durante o ano de 2018 o setor continuou a desenvolver e melhorar procedimentos e processos ao nível de metodologias de cálculo, de reporte e de requisitos de governação, integrando estas alterações no processo de decisão e de definição de estratégias, por forma a garantir a transparência, quer na resposta aos supervisores, quer na prestação de informação a clientes e ao público em geral.

Além do exigente desafio da regulação, os desafios da inovação, da digitalização da economia e da mudança de comportamentos dos consumidores, são também geradores de novas oportunidades para novos negócios que deem resposta a novos riscos e, conseqüentemente, a novos seguros, ou a novas coberturas para os seguros hoje disponíveis. Nesse sentido, iremos ver o setor a aprofundar o seu processo de transformação e modernização iniciado em anos anteriores, com vista a reforçar a sua credibilidade e sustentabilidade.

ATIVIDADE DA
POPULAR SEGUROS
EM 2018

IV. Atividade da Popular Seguros em 2018

A **POPULAR SEGUROS** iniciou a sua atividade comercial em 2006, tendo registado o décimo segundo ano completo de operação em 2018.

À data 1 de outubro de 2018, mas com efeitos económicos a 1 de janeiro de 2018, a Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (“Eurovida”) acionista da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. (“Popular Seguros”) fundiu-se, por incorporação, na Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (“Santander Totta Seguros”) a qual passou a deter, por esta via, 100% da participação na Popular Seguros.

No âmbito da parceria existente entre o Grupo Santander Totta e a Aegon Spain Holding B.V. (“AEGON BV”), e tendo presente a operação de aquisição e fusão da Eurovida na Santander Totta Seguros, procedeu-se durante o ano à negociação da venda do ramo autónomo de negócio de seguros do ramo não vida da Popular Seguros (totalmente detida pela Santander Totta Seguros), à Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A., conforme direito de preferência outorgado a estas entidades no acordo parassocial (Alliance and Shareholders Agreement) assinado entre a Santander Totta Seguros, Banco Santander Totta, S.A. (“BST”) e a Aegon B.V., em 2014.

Neste âmbito, está prevista a venda do ramo autónomo de negócio dos seguros do ramo não vida mediados pelo Banco Popular, entretanto integrado por fusão no BST, com exceção dos ramos Auto e Empresas, à Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A., pelo valor de 2 milhões de euros. Este montante foi registado como adiantamento na Popular Seguros, estando previsto o seu reconhecimento contabilístico, no exercício de 2019, aquando da transferência efetiva do ramo autónomo de negócio.

No seguimento da operação descrita anteriormente, a Popular Seguros efetuou a reclassificação contabilística de todos os ativos e passivos afetos a estes ramos autónomos de Negócio para as linhas de “Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas” e “Passivos de um grupo detidos para alienação classificados como detidos para venda”, respetivamente.

Dada a dificuldade de imputação dos custos de estrutura aos referidos ramos autónomos de negócio e uma vez que a transação não envolve a venda integral dos segmentos de negócio da Popular Seguros, mantendo-se na Companhia as apólices comercializadas pelas redes Não Santander bem como os ativos e passivos associados, não foi destacado o respetivo resultado líquido associado. Contudo, o saldo técnico estimado para 2018, sem considerar a mencionada imputação de custos é de 825.703 euros o que compara com o valor de 1.779.596 euros, correspondente ao saldo técnico referente ao exercício de 2018, sem ramos automóvel e antes da imputação de custos.

1. Principais Indicadores

Os indicadores que se apresentam, seguidamente, ilustram a atividade da Popular Seguros em 2018 e 2017:

	2018	2017	Var.% 18/17
Unidade: Euros			
Balço			
Investimentos	-	15.765.120	-100,0%
Ativo Líquido	20.455.132	18.779.834	8,9%
Capital Próprio	9.364.154	9.440.251	-0,8%
Provisões Técnicas de Seguro Direto (*)	5.527.895	7.770.966	-28,9%
Conta de Ganhos e Perdas			
Prémios Brutos Emitidos de Seguro Direto	7.997.539	10.756.668	-25,7%
Prémios Adquiridos, líquidos de Resseguro	5.428.589	6.998.303	-22,4%
Custos com Sinistros de Seguro Direto	5.559.453	6.394.148	-13,1%
Custos com Sinistros, líquidos de Resseguro	4.454.425	5.408.265	-17,6%
Custos Operacionais	928.921	1.147.085	-19,0%
Resultado Líquido	217.213	637.552	-65,9%
Indicadores			
Taxa de Sinistralidade de Seguro Direto	69,5%	59,4%	10,1 p.p.
Taxa de Sinistralidade Líquida de Resseguro	82,1%	77,3%	4,8 p.p.
Resultado Líquido/ Prémios Brutos Emitidos	2,7%	5,9%	-3,2 p.p.
Rácio Combinado	82,6%	77,4%	5,2 p.p.

(*) As Provisões Técnicas refletem menos 2.398.943 euros, uma vez que foram consideradas em "Passivos de um grupo para alienação como detido para venda" - transferência para a Aegon

2. Prémios e Apólices

A **POPULAR SEGUROS** registou, em 2018, um volume de prémios brutos emitidos no montante de 7.997.539 Euros (10.756.668 Euros em 2017). No volume total de negócios, o peso do segmento de Incêndio e Outros Danos ascenderam a 47,6% (3.810.027 Euros), seguido do Automóvel com 34,1% (2.725.166 Euros). Em 2018, os ramos registaram uma diminuição, com destaque para o ramo Acidentes e Doença, com decréscimo face ao período homólogo de 57,6%.

Evolução da Atividade

N.º de Apólices	2018	%	2017	%	Unidade: Euros
					Var. % 18/17
Acidentes e Doença	8.262	15,8%	11.301	17,4%	-26,9%
Incêndio e outros danos	26.699	51,1%	31.910	49,0%	-16,3%
Automóvel	15.529	29,7%	19.746	30,3%	-21,4%
Responsabilidade civil geral	1.729	3,3%	2.121	3,3%	-18,5%
Diversos	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Total	52.219	100%	65.078	100%	-19,8%

A evolução dos prémios de seguro direto, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, pode ser vista como segue:

Prémios de Seguro Direto	2018	%	2017	%	Unidade: Euros
					Var. % 18/17
Acidentes e Doença	1.052.809	13,2%	2.480.948	23,1%	-57,6%
Incêndio e outros danos	3.810.027	47,6%	4.229.618	39,3%	-9,9%
Automóvel	2.725.166	34,1%	3.533.643	32,9%	-22,9%
Responsabilidade civil geral	83.613	1,0%	101.387	0,9%	-17,5%
Diversos	325.923	4,1%	411.072	3,8%	-20,7%
Total	7.997.539	100%	10.756.668	100%	-25,7%

A evolução dos prémios de resseguro cedido, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, é como segue:

Prémios de Resseguro Cedido	2018	%	2017	%	Unidade: Euros
					Var. % 18/17
Acidentes e Doença	160.249	5,1%	433.079	11,4%	-63,0%
Incêndio e outros danos	2.544.608	80,7%	2.813.617	74,0%	-9,6%
Automóvel	125.943	4,0%	162.210	4,3%	-22,4%
Responsabilidade civil geral	41.761	1,3%	50.491	1,3%	-17,3%
Diversos	279.446	8,9%	342.983	9,0%	-18,5%
Total	3.152.008	100%	3.802.380	100%	-17,1%

3. Comissões

As comissões processadas pela intermediação de produtos de seguros atingiram, em 2018, o montante de 826.442 Euros (1.092.588 Euros em 2017).

No âmbito dos custos de exploração líquidos, os custos de aquisição (deduzidos dos custos de aquisição diferidos) elevaram-se a 1.018.871 Euros (1.506.276 Euros em 2017), os custos administrativos a 496.638 Euros (532.152 Euros em 2017) e o montante das comissões e participação de resultados no resseguro a 897.118 Euros (541.520 Euros em 2017).

4. Custos com sinistros

Os custos com sinistros, em 2018, atingiram o montante de 5.559.453 Euros (6.394.148 Euros em 2017), sendo que 63,2% é relativo ao ramo Automóvel, no montante de 3.512.779 Euros (3.043.459 Euros em 2017). Os montantes pagos ascenderam a 4.899.473 Euros (montantes brutos incluindo custos de gestão de sinistros) durante o exercício de 2018.

A evolução dos custos com sinistros de seguro direto, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, pode ser vista como segue:

Custos com Sinistros Seguro Direto	2018	%	2017	%	Unidade: Euros
					Var. % 18/17
Acidentes e Doença	365.250	6,6%	1.549.719	24,2%	-76,4%
Incêndio e outros danos	1.678.848	30,2%	1.796.119	28,1%	-6,5%
Automóvel	3.512.779	63,2%	3.043.459	47,6%	15,4%
Responsabilidade civil geral	2.577	0,0%	4.852	0,1%	-46,9%
Diversos	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Total	5.559.453	100%	6.394.148	100%	-13,1%

A taxa de sinistralidade da Empresa (custos com sinistros/ prémios adquiridos) apresentou um agravamento de 4.3 p.p. em relação ao ano anterior, para 62,3%, justificado essencialmente pelo aumento da sinistralidade verificada no ramo Automóvel (15,4 p.p.), como segue:

Taxa de sinistralidade	2018	2017	Var. % 18/17
Acidentes e Doença	27,1%	56,8%	-29,7 p.p.
Incêndio e outros danos	41,6%	42,0%	-0,4 p.p.
Automóvel	102,1%	86,7%	15,4 p.p.
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-
Responsabilidade civil geral	2,8%	4,5%	-1,7 p.p.
Diversos	-	-	-
Total	62,3%	58,0%	4,3 p.p.

Em termos de taxa de sinistralidade calculada sobre os prémios emitidos (custos com sinistros/ prémios emitidos), a Empresa apresentou uma taxa de 69,5% (face a 59,4% em 2017).

A evolução dos custos com sinistros de resseguro cedido, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, pode ser vista como segue:

Custos com Sinistros Resseguro Cedido	Unidade: Euros				
	2018	%	2017	%	Var. % 18/17
Acidentes e Doença	(9.406)	-0,9%	76.063	7,7%	-112,4%
Incêndio e outros danos	822.882	74,5%	908.581	92,2%	-9,4%
Automóvel	290.966	26,3%	-	0,0%	n.a.
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Responsabilidade civil geral	586	0,1%	1.239	0,1%	-52,7%
Diversos	-	0,0%	-	-	n.a.
Total	1.105.028	100%	985.883	100%	12,1%

5. Provisões Técnicas

As provisões técnicas de seguro direto, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, são desagregadas da seguinte forma:

Provisões técnicas de seguro	Unidade: Euros	
	2018	2017
Provisão para prémios não adquiridos	2.683.471	3.480.342
Provisão para sinistros	4.145.842	3.485.862
Provisão para desvios de sinistralidade	813.048	733.018
Provisão para riscos em curso	284.477	71.744
Total	7.926.838	7.770.966

A provisão para prémios não adquiridos totalizou, em 2018, o montante de 2.683.471 Euros (3.480.342 Euros em 2017), correspondendo este montante a uma componente de prémios não adquiridos (3.041.248 Euros) deduzida dos custos de aquisição diferidos (357.777 Euros).

Do total da provisão para prémios não adquiridos, 42,2% respeitam ao segmento Incêndio e Outros Danos (1.131.802 Euros), 37,4% ao segmento Automóvel (1.002.417 Euros), 14,9% a Acidentes e Doença (401.747 Euros), 0,9% ao ramo Responsabilidade Civil Geral (23.536 Euros) e os restantes 4,6% ao ramo Diversos (123.969 Euros).

A provisão para sinistros de seguro direto ascendeu, em 31 de dezembro de 2018, a um montante total de 4.145.842 Euros (3.485.862 Euros em 2017). O crescimento verificado em 2018, face ao período homólogo, deveu-se maioritariamente ao ramo Automóvel com um valor de 2.004.399 Euros (1.192.579 Euros em 2017), a que corresponde um acréscimo de 811.820 Euros. A produzir o efeito contrário, o ramo Acidentes e Doença com um decréscimo, um montante de 399.891 Euros (+624.426 Euros em 2016).

No decorrer de 2018, a Empresa dotou a provisão para desvios de sinistralidade no montante de 80.030 Euros (84.166 Euros em 2017). Esta provisão destina-se a fazer face a sinistralidade, exceccionalmente

elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações, e é constituída para os seguros de Cauções, Risco Atómico e Risco de Fenómenos Sísmicos.

No final de 2018, por forma a fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis e relativos a contratos em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte, a Empresa apresentava uma provisão para riscos em curso no montante de 284.477 Euros (2017: 71.744 Euros), para os ramos Acidentes e Doença e Automóvel. Durante o ano de 2018, assistiu-se a um acréscimo da mesma no montante de 212.733 Euros.

6. Saldo Técnico Líquido de Resseguro

O saldo técnico líquido de resseguro, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, é apresentado como segue:

Saldo Técnico Líquido de Resseguro	2018	%	2017	%	Unidade: Euros
					Var. % 18/17
Acidentes e Doença	322.832	153,2%	87.172	12,5%	270,3%
Incêndio e outros danos	612.691	290,8%	313.052	45,0%	95,7%
Automóvel	(765.143)	-363,2%	235.324	33,9%	-425,1%
Responsabilidade civil geral	20.630	9,8%	19.609	2,8%	5,2%
Diversos	19.684	9,3%	39.910	5,7%	-50,7%
Total	210.694	100%	695.068	100%	-69,7%

O saldo técnico líquido de resseguro ascendeu, em 2018, ao montante de 210.694 Euros (2017: 695.068 Euros), registando um decréscimo de 69,7% em relação ao ano anterior. Os ramos que mais contribuíram para este resultado foram Automóvel e Diversos com o decréscimo de 1.000.467 Euros (-425,1% face a 2017) e 20.227 Euros (50,7% face a 2017), respetivamente. Os restantes ramos registaram um acréscimo, com destaque para o ramo Acidentes e Doença que registou um aumento no montante de 235.660 Euros (270,3% face a 2017).

7. Investimentos

Durante o exercício de 2018, a carteira de investimentos da Popular Seguros foi vendida, passando os ativos a estar na sua totalidade em liquidez. Em 2017, a carteira de investimentos ascendia a 15.765.120 Euros, sendo que, cerca de 97,4% eram representados por Obrigações e outros títulos de rendimento fixo e 2,6% representados por Unidades de Participação em Fundos de Investimento.

8. Custos Operacionais

Em 2018, os custos operacionais ascenderam ao montante de 928.921 Euros (1.147.085 Euros em 2017), apresentando um decréscimo de 19% face ao período homólogo, o que correspondeu a uma diminuição de 218.164 Euros. Do total dos custos, a rubrica Fornecimentos e Serviços Externos é a que detém maior representatividade (74,7% em 2018 e 68,1% em 2017), seguida da rubrica Custos com Pessoal (14,7% em 2018 e 20,9% em 2017).

Os custos operacionais podem ser visualizados como segue:

Custos Operacionais					Unidade: Euros
	2018	%	2017	%	Var. % 18/17
Custos com Pessoal *	136.846	14,7%	239.783	20,9%	-42,9%
Fornecimentos e Serviços Externos	694.046	74,7%	781.250	68,1%	-11,2%
Impostos e Taxas	43.106	4,6%	48.545	4,2%	-11,2%
Amortizações	39.733	4,3%	60.715	5,3%	-34,6%
Juros Suportados	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Comissões	15.190	1,6%	16.792	1,5%	-9,5%
Total	928.921	100%	1.147.085	100%	-19,0%

* Em 2017, os custos com pessoal, incluem os custos de cedência, que estavam refletidos nos Fornecimentos e Serviços Externos

9. Resultado do Exercício, Capital Próprio e Margem de Solvência

A **POPULAR SEGUROS** foi constituída em 30 de Agosto de 2006 com um capital social de 7,5 milhões de Euros, representado por 1,5 milhões de ações ordinárias de valor nominal de 5 Euros cada. Não se verificou qualquer aumento de capital desde essa data.

O resultado do exercício, em 31 de dezembro de 2018, foi de 217.213 Euros (637.552 Euros em 2017).

Os capitais próprios ascendiam, em 31 de dezembro de 2018, ao montante de 9.364.154 Euros (9.440.251 Euros em 2017):

	Unidade: Euros	
	2018	2017
Capital	7.500.000	7.500.000
Reservas de reavaliação	-	399.165
Reserva por impostos diferidos	-	(89.812)
Outras reservas	423.605	359.850
Resultados transitados	1.223.336	633.496
Resultado do exercício	217.213	637.552
Total	9.364.154	9.440.251

10. Gestão de Riscos e Controlo Interno

No decurso do ano de 2018, e no âmbito do Grupo Santander, foram desenvolvidas diversas ações e projetos, dos quais destacamos os seguintes:

- Quantificação regular da posição de solvência, em linha com o reporte externo trimestral e anual exigido na regulamentação de Pilar III, otimizando o processo de governação e integração do processo no âmbito do controlo interno;
- Implementação de uma solução tecnológica de reporte (Pilar 3) dos requisitos de capital Solvência II;
- Desenvolvimento do processo de monitorização sistemática e periódica do cumprimento dos limites de Appetite ao Risco, promovendo o alinhamento do plano estratégico de negócio com as dimensões de risco e capital;
- Participação ativa nos Comitês de Investimento, Comitês de Riscos, Comitês de Controlo Interno e Comitês de Compliance, dando cumprimento ao dever de comunicação à Administração dos diferentes riscos identificados como materiais;

11. Principais Projetos e Iniciativas em 2018

Na sequência das alterações ocorridas, em 2018, as quais se encontram espelhadas ao longo deste relatório, a Popular Seguros desenvolveu vários projetos e iniciativas e, que em conjunto, contribuíram como uma oportunidade de inovação e de integração no Grupo Santander. Como mais importantes, temos a destacar:

- Otimização de processos e procedimentos para uma maior eficiência, tais como o processo de gestão de propostas, o processo de cobranças ou o processo de gestão de sinistros;
- Implementação de modelos de gestão de processos, integrados com o Grupo.
- Continuo desenvolvimento do regime prudencial – Solvência II;

PROPOSTA DE
APLICAÇÃO DE
RESULTADOS

V. Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido positivo do exercício de 2018 foi de 217.213 Euros, propondo-se a seguinte aplicação:

- 🍷 Para Reserva Legal: 21.721 Euros;
- 🍷 Para Resultados Transitados: 195.492 Euros.

CONSIDERAÇÕES
FINAIS

VI. Considerações Finais

O Conselho de Administração está muito grato pela confiança demonstrada pelos clientes da **POPULAR SEGUROS** e agradece todo o esforço e dedicação demonstrados pelos colaboradores e a ação relevante do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas no exercício das funções que lhe estão estatutariamente cometidas.

Expressamos igualmente o nosso reconhecimento aos nossos parceiros e canais de distribuição pela colaboração na divulgação e promoção da POPULAR SEGUROS.

Registamos ainda o agradecimento da POPULAR SEGUROS pelos apoios recebidos da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e da Associação Portuguesa de Seguradores.

Lisboa, 29 de março de 2019

O Conselho de Administração

Nuno Miguel Frias Costa
(Presidente do Conselho de Administração)

Manuela Vieira Marinho
(Vogal)

Pedro Brandão de Melo e Castro
(Vogal)

ANEXO AO
RELATÓRIO DO
CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO

VII. Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Participação de Acionistas que, em 31 de dezembro de 2018, detinham um décimo ou mais do total das ações (*art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais*):

Participação de Acionistas

Unidade: Euros

	2018	Percentagem
Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	7.500.000	100%

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2018

Demonstrações Financeiras 2018

Contas de Ganhos e Perdas de 2018

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2018			2017
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5	5.428.589	-	5.428.589	6.998.303
Prémios brutos emitidos		7.997.539	-	7.997.539	10.756.668
Prémios de resseguro cedido		3.152.008	-	3.152.008	3.802.380
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(920.377)	-	(920.377)	(266.397)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		(337.320)	-	(337.320)	(222.382)
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços		-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	6	4.454.425	-	4.454.425	5.408.265
Montantes pagos		4.178.612	-	4.178.612	5.060.882
Montantes brutos		4.899.473	-	4.899.473	6.070.905
Parte dos resseguradores		720.861	-	720.861	1.010.023
Provisão para sinistros (variação)		275.813	-	275.813	347.382
Montante bruto		659.980	-	659.980	323.243
Parte dos resseguradores		384.167	-	384.167	(24.140)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	7	292.762	-	292.762	(212.891)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro		-	-	-	-
Montante bruto		-	-	-	-
Parte dos resseguradores		-	-	-	-
Participação nos resultados, líquida de resseguro		-	-	-	-
Custos e gastos de exploração líquidos	8	865.405	-	865.405	1.545.043
Custos de aquisição		1.142.378	-	1.142.378	1.530.343
Custos de aquisição diferidos (variação)		123.507	-	123.507	24.067
Gastos administrativos		496.638	-	496.638	532.152
Comissões e participação nos resultados de resseguro		897.118	-	897.118	541.520
Rendimentos	9	157.837	21.381	179.217	388.596
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	361.907
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas		157.837	21.381	179.217	-
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		-	-	-	26.689
Gastos financeiros	10	111.582	6.226	117.808	201.637
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	145.658
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas		69.064	6.226	75.290	-
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		42.518	-	42.518	55.979
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	11	336.416	59.057	395.473	390.323
De ativos disponíveis para venda		-	-	-	390.323
De empréstimos e contas a receber		-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
De ativos financeiros valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas		336.416	59.057	395.473	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De outros		-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	12	7.605	636	8.241	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		7.605	636	8.241	-

(cont.)

O Técnico Oficial de Contas

Contas de Ganhos e Perdas de 2018

(cont.)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2018			Unidade: Euros
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	2017
Diferenças de câmbio		-	-	-	-
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	13	(4.423)	(204)	(4.626)	22.835
De ativos disponíveis para venda		-	-	-	22.835
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
De ativos financeiros valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas		(4.423)	(204)	(4.626)	-
De outros		-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	14	-	341	341	(523)
Outras provisões (variação)		-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	15	-	27	27	11.044
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		-	-	-	-
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	-	-
Ganhos e perdas de ativos não correntes não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda		-	-	-	-
Resultado Líquido antes de Impostos	27	210.694	75.419	286.113	822.855
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	23	-	-	-	190.440
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	23	-	68.900	68.900	(5.138)
Resultado Líquido do exercício		210.694	6.518	217.213	637.552

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração de Rendimento Integral

Unidade: Euros

DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTO INTEGRAL	Notas do Anexo	2018			2017		
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total
Resultado líquido do período	27	210.694	6.518	217.213	538.678	98.875	637.552
Ajuste IFRS 9		16.247	(204)	16.043	-	-	-
Outro rendimento integral do período							
Items que reclassificam por resultados							
Reserva de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda	27	-	-	-	319.061	116.932	435.992
Ganhos e perdas líquidos		-	-	-	(1.440)	24.275	22.835
Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício		-	-	-	320.501	92.657	413.158
Imparidade		-	-	-	5.032	17.803	22.835
Alienação		-	-	-	315.469	74.854	390.323
Reserva de reavaliação de instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de reservas		-	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas líquidos		-	-	-	-	-	-
Reclassificação por alienação		-	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		(339.939)	(59.226)	(399.166)	-	-	-
Ganhos e perdas líquidos		(671.933)	(118.079)	(790.012)	-	-	-
Reclassificação		331.994	58.853	390.847	-	-	-
Por imparidade		(4.423)	(204)	(4.626)	-	-	-
Por alienação		336.416	59.057	395.473	-	-	-
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		-	-	-	-	-	-
Reserva por impostos relacionados com itens que reclassificam por resultados	27	76.486	13.326	89.812	(71.789)	(26.310)	(98.098)
Total do outro rendimento integral do período		(263.453)	(45.900)	(309.353)	247.272	90.622	337.894
Total do Rendimento integral do período líquido de impostos		(52.759)	(39.382)	(76.098)	785.950	189.497	975.446

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2018

		Unidade: Euros	
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	Notas	2018	2017
ATIVO			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	16	16.276.992	944.581
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		-	-
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-
Derivados de cobertura		-	-
Ativos disponíveis para venda	18	-	15.765.120
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	18	-	-
Empréstimos e contas a receber		-	-
Depósitos junto de empresas cedentes		-	-
Outros depósitos		-	-
Empréstimos concedidos		-	-
Contas a receber		-	-
Outros		-	-
Investimentos a deter até à maturidade		-	-
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado		-	-
Terrenos e edifícios		-	-
Terrenos e edifícios de uso próprio		-	-
Terrenos e edifícios de rendimento		-	-
Outros ativos tangíveis	19	-	-
Inventários		-	-
Goodwill		-	-
Outros ativos intangíveis	20	5.578	45.312
Provisões técnicas de resseguro cedido	21	839.115	1.396.153
Provisão para prémios não adquiridos		369.822	965.402
Provisão matemática do ramo vida		-	-
Provisão para sinistros		469.294	430.751
Provisão para participação nos resultados		-	-
Provisão para compromissos de taxa		-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-
Outras provisões técnicas		-	-
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	22	339.879	505.978
Contas a receber por operações de seguro direto		303.539	467.644
Contas a receber por outras operações de resseguro		248	28.712
Contas a receber por outras operações		36.093	9.621
Ativos por impostos	23	241.185	122.690
Ativos por impostos correntes		187.397	-
Ativos por impostos diferidos		53.789	122.690
Acréscimos e diferimentos	24	56.681	-
Outros elementos do ativo		-	-
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	26	2.695.701	-
Total do Ativo		20.455.132	18.779.834

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2018

Unidade: Euros

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	Notas	2018	2017
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas	21	5.527.895	7.770.966
Provisão para prêmios não adquiridos		1.695.664	3.480.342
Provisão matemática do ramo vida		-	-
Provisão para sinistros		3.422.790	3.485.862
De vida		-	-
De acidentes de trabalho		1.037.713	1.347.247
De outros ramos		2.385.078	2.138.615
Provisão para participação nos resultados		-	-
Provisão para compromissos de taxa		-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-
Provisão para desvios de sinistralidade		124.964	733.018
Provisão para riscos em curso		284.477	71.744
Outras provisões técnicas		-	-
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		-	-
Outros passivos financeiros	25	87.936	174.061
Derivados de cobertura		-	-
Passivos subordinados		-	-
Depósitos recebidos de resseguradores		87.936	174.061
Outros		-	-
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	22	2.476.149	917.671
Contas a pagar por operações de seguro direto		168.259	169.713
Contas a pagar por outras operações de resseguro		284.897	532.799
Contas a pagar por outras operações		2.022.993	215.160
Passivos por impostos	23	128.311	294.409
Passivos por impostos correntes		128.311	204.597
Passivos por impostos diferidos		-	89.812
Acréscimos e diferimentos	24	174.985	182.475
Outras Provisões		-	-
Outros Passivos		-	-
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	26	2.695.701	-
Total do Passivo		11.090.979	9.339.583
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	27	7.500.000	7.500.000
(Ações Próprias)		-	-
Outros instrumentos de capital		-	-
Reservas de reavaliação	27	-	399.165
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		-	399.165
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		-	-
Por revalorização de ativos intangíveis		-	-
Por revalorização de outros ativos tangíveis		-	-
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		-	-
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		-	-
De diferenças de câmbio		-	-
Reserva por impostos diferidos	27	-	(89.812)
Outras reservas	27	423.605	359.850
Resultados transitados	27	1.223.336	633.496
Resultado do exercício	27	217.213	637.552
Total do Capital Próprio		9.364.154	9.440.251
Total do Passivo e Capital Próprio		20.455.132	18.779.834

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração de Alterações de Capital Próprio em 31 de dezembro de 2018

Unidade: Euro

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	Capital Social	Reservas de Reavaliação		Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas		Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		Reserva Legal				
Balanco a 31 de dezembro de 2017 (balanco de abertura)	27	7.500.000	-	399.166	(89.812)	359.850	633.496	637.552	9.440.251	
Correções de erros (IAS 8)		-	-	-	-	-	-	-	-	
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)		-	-	-	-	-	-	-	-	
Balanco de abertura alterado	(1)	7.500.000	-	399.166	(89.812)	359.850	633.496	637.552	9.440.251	
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	(2)	-	-	-	-	63.755	573.797	(637.552)	-	
Resultado Líquido do período	(3)	27	-	-	-	-	-	217.213	217.213	
Ajuste IFRS 9	(4)	-	-	-	-	-	16.043	-	16.043	
Outro rendimento integral do período	(5)	27	-	(399.166)	89.812	-	-	-	(309.354)	
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-	-	-	-	-	
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		-	-	(399.166)	89.812	-	-	-	(309.354)	
Total do rendimento integral do período	(6)=(3)+(4)+(5)	-	-	(399.166)	89.812	-	16.043	217.213	(76.098)	
Operações com detentores de capital	(7)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total das variações do capital próprio	(8)=(2)+(6)+(7)	-	-	(399.166)	89.812	63.755	589.840	(420.339)	(76.098)	
Balanco a 31 de dezembro de 2018	(9)=(8)+(1)	7.500.000	-	-	-	423.605	1.223.336	217.213	9.364.154	

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração de Alterações de Capital Próprio em 31 de dezembro de 2017

Unidade: Euros

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal			
Balanco a 31 de dezembro de 2016 (balanco de abertura)	27	7.500.000	(36.827)	8.286	289.462	-	703.884	8.464.805
Correções de erros (IAS 8)		-	-	-	-	-	-	-
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)		-	-	-	-	-	-	-
Balanco de abertura alterado	(1) 27	7.500.000	(36.827)	8.286	289.462	-	703.884	8.464.805
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	(2)	-	-	-	70.387	633.497	(703.884)	-
Resultado Líquido do período	(3) 27	-	-	-	-	-	637.552	637.552
Outro rendimento integral do período	(4) 27	-	435.992	(98.098)	-	-	-	337.894
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		-	435.992	(98.098)	-	-	-	337.894
Total do rendimento integral do período	(5)=(3)+(4)	-	435.992	(98.098)	-	-	637.552	975.446
Operações com detentores de capital	(6)	-	-	-	-	-	-	-
Total das variações do capital próprio	(7)=(2)+(5)+(6)	-	435.992	(98.098)	70.387	633.497	(66.332)	975.446
Balanco a 31 de dezembro de 2017	(8)=(7)+(1)	7.500.000	399.166	(89.812)	359.850	-	637.552	9.440.251

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração de Fluxos de Caixa

Unidade: Euros			
Demonstração de Fluxos de Caixa	Notas	2018	2017
Fluxos de atividade operacional			
+ Prémios de seguro direto recebidos		6.485.511	12.436.251
- Sinistros de seguro direto pagos		4.133.299	5.528.823
- Prémios de resseguro cedido pagos líquidos de Sinistros de resseguro cedido recebidos (inclui comissões e participações nos resultados de resseguro cedido)		1.390.587	2.133.310
- Comissões por intermediação de seguros		413.575	578.401
- Outras comissões pagas		78.674	91.046
- Pagamentos ao pessoal		113.716	229.128
- Pagamentos a fornecedores e mediadores		1.340.740	1.656.214
- Outros fluxos de caixa operacionais		(128.844)	71.612
+ Dividendos recebidos		3.097	26.689
+ Juros recebidos		176.120	361.907
+ Alienações realizadas de investimentos		15.831.775	22.173.004
+ Reembolsos obrigações		-	2.000.000
- Aquisição de investimentos		-	-
Títulos de rendimento variável		-	300.000
Títulos de rendimento fixo		-	24.602.392
Instrumentos financeiros derivados		-	-
Propriedade de investimento		-	-
- Variação depósitos a prazo		-	-
- Juros pagos		-	-
- Impostos sobre os rendimentos pagos		1.358.013	1.783.230
Sub-Total		13.796.743	23.695
Fluxos de atividade de investimento			
- Aquisição de imobilizado		-	-
+ Alienação de imobilizado		-	-
- Empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	-
+ Empréstimos pagos por partes relacionadas		-	-
Sub-Total		-	-
Fluxos de atividade de financiamento			
+ Recebimentos de aumento de capital		-	-
+ Recebimentos de empréstimos subordinados		-	-
- Pagamento de empréstimos subordinados		-	-
+ Recebimentos de empréstimos concedidos		-	-
- Pagamentos de empréstimos obtidos		-	-
- Pagamentos de contratos de locação financeira		-	-
- Dividendos pagos a acionistas		-	-
- Dividendos pagos a interesses minoritários		-	-
Sub-Total		-	-
Efeitos das diferenças de câmbio		-	-
Varição de caixa e seus equivalentes	15	13.796.743	23.695
Caixa e seus equivalentes em 1 de Janeiro	15	944.581	920.887
Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro	15	16.276.992	944.581
Varição no período		15.332.411	23.694

O Técnico Oficial de Contas

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO
DA POSIÇÃO FINANCEIRA
E À CONTA
DE GANHOS E PERDAS
2018

Anexo à Demonstração da Posição Financeira e à Conta de Ganhos e Perdas de 2018

(Valores expressos em Euros)

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2019.

Nota 1 – Informações Gerais

1.1. Domicílio e forma jurídica da empresa de seguros, o seu país de registo e o endereço da sede registada

A **POPULAR SEGUROS - Companhia de Seguros, S.A.** foi constituída em 30 de agosto de 2006, com um capital de 7.500.000 Euros, na sequência do despacho de autorização emitido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), incluído na Norma n.º 5/2006-A, de 25 de julho, e tem como objeto exclusivo o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro dos ramos “Não Vida”, podendo ainda exercer as atividades conexas ou complementares das de seguro ou resseguro autorizadas por lei. A Empresa iniciou a comercialização dos seus produtos em outubro de 2006 e tem a sua sede na Rua Ramalho Ortigão, n.º 51 em Lisboa.

Na sequência da aquisição do Banco Popular Espanhol pelo Banco Santander, S.A., a 7 de junho de 2017, o grupo Santander levou a cabo um conjunto de transações visando a sua reorganização. No contexto desta reestruturação, no dia 27 de dezembro de 2017, o Banco Santander Totta adquiriu e incorporou por fusão o Banco Popular Portugal.

Como consequência desta fusão, o Banco Popular Portugal deixou de existir enquanto entidade jurídica, ou seja, a partir de dia 27 de dezembro de 2017, o Banco Popular Portugal foi incorporado por fusão no Banco Santander Totta, passando a Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. acionista da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. a pertencer ao grupo Santander.

À data 1 de outubro de 2018, mas com efeitos económicos a 1 de janeiro de 2018, a Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (“Eurovida”) acionista da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. (“Popular Seguros”) fundiu-se, por incorporação, na Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (“Santander Totta Seguros”) a qual passou a deter, por esta via, 100% da participação na Popular Seguros.

No âmbito da parceria existente entre o Grupo Santander Totta e a *Aegon Spain Holding B.V.* (“*AEGON BV*”), e tendo presente a operação de aquisição e fusão da Eurovida na Santander Totta Seguros, procedeu-se durante o ano à negociação da venda do ramo autónomo de negócio de seguros do ramo não vida da Popular Seguros (totalmente detida pela Santander Totta Seguros), à Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A., conforme direito de preferência outorgado a estas entidades no acordo parassocial (*Alliance and Shareholders Agreement*) assinado entre a Santander Totta Seguros, Banco Santander Totta, S.A. (“BST”) e a Aegon B.V., em 2014.

Neste âmbito, está prevista a venda do ramo autónomo de negócio dos seguros do ramo não vida mediados pelo Banco Popular, entretanto integrado por fusão no BST, com exceção dos ramos Auto e Empresas, à Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A., pelo valor de 2 milhões de euros. Este montante foi registado como adiantamento na Popular Seguros, estando previsto o seu reconhecimento contabilístico, no exercício de 2019, aquando da transferência efetiva do ramo autónomo de negócio.

1.2. Descrição da natureza do negócio da empresa de seguros e do ambiente externo em que opera

A Empresa dedica-se ao exercício da atividade de seguros para o ramo não vida para o qual obteve a devida autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Na sua atividade, a Empresa dedica-se ao exercício da atividade de seguros para o ramo não vida, operando nos ramos Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Incêndio e Outros Danos, Automóvel, Responsabilidade Civil Geral, Proteção Jurídica e Assistência, e apenas em Portugal.

No decorrer do exercício de 2009, a Popular Seguros solicitou autorização à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), para alargar o âmbito da sua atividade seguradora a outros ramos, modalidades, e grupos de ramos não vida, conforme classificação do Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de abril.

A Empresa obteve, através da Norma de Autorização n.º 5/2009-A, de 29 de outubro de 2009, autorização por parte da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) para a exploração dos seguintes ramos e modalidades: responsabilidade Civil Geral na modalidade “outras”, Proteção Jurídica e Assistência; e dos seguintes grupos de ramos não vida: Seguro de Acidentes e Doença e Seguro Automóvel.

Em 2010, a Empresa iniciou a comercialização nos ramos Acidentes de Trabalho, Automóvel, Responsabilidade Civil Geral, Proteção Jurídica e Assistência.

Durante o ano de 2011, a Empresa iniciou a comercialização do ramo Doença tendo continuado a aposta nos novos ramos de 2010, nomeadamente Acidentes de Trabalho e Automóvel.

A atividade seguradora em Portugal, que apresentou nos últimos dois anos, e fruto do contexto económico, uma desaceleração, vem em 2017, e de acordo com os valores provisórios apresentados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), apresentar um incremento de 6,3%, sendo o volume total de prémios de seguro direto de 11,6 mil milhões de Euros. Este crescimento verificou tanto no ramo Vida como no ramo Não Vida, com percentagens de crescimento na ordem dos 5,8% e 7,1%, respetivamente.

A Popular Seguros tem apostado nos últimos anos no alargamento e diversificação da sua oferta, comercializando produtos nos segmentos de proteção pessoal e patrimonial. Utiliza como canal de distribuição maioritário o *Bancassurance*, tendo o Banco Santander Totta, como canal preferencial. Recentemente tem vindo a apostar no reforço da sua distribuição no canal da Mediação e Redes Especializadas.

Outras informações sobre a natureza do negócio e do ambiente externo em que a Popular Seguros opera encontram-se nos capítulos II, III e IV do presente Relatório e Contas.

Nota 2 – Bases de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas adotadas

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras apresentadas pela empresa reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF e aprovado pela Norma Regulamentar nº 10 /2016 R, de 15 de setembro.

O Plano de Contas atual segue os *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto o IFRS 4 - Contratos de Seguro, relativamente ao qual apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros e ainda as regras relativas ao reconhecimento e mensuração da provisões técnicas que constam no novo regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradores e resseguradora, aprovado pela lei nº 147/2015 de 9 de setembro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

Tal como descrito a seguir sob o título Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, a Empresa adotou na preparação destas demonstrações financeiras as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde o início do exercício. Esta adoção teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações, não originando alterações de políticas contabilísticas, nem afetando a posição financeira da Empresa.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como os ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico. A Empresa opera sobre o princípio da continuidade.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Empresa efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3 do presente relatório.

Em consequência da venda do ramo autónomo de negócio dos seguros do ramo não vida mediados pelo Banco Popular, entretanto integrado por fusão no BST, com exceção dos ramos Auto e Empresas, à Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A., pelo valor de 2 milhões de euros registado como adiantamento, a Popular seguros transferiu os ativos e passivos, relativos a este negócio para as rubricas de Ativos e Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda, conforme espelhado nas Demonstrações Financeiras e detalhado na Nota 26 do presente relatório.

No exercício de 2018, a Popular Seguros adotou a IFRS 9 que vem substituir a IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, pelo que houve esta alteração das políticas contabilísticas na preparação da informação financeira relativamente ao exercício anterior.

Normas contabilísticas e interpretações emitidas

Em resultado das orientações emitidas por parte da União Europeia, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeito a partir de 1 de janeiro de 2018:

(i) IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com clientes'. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços a clientes, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas". Esta norma tem impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

(ii) Alterações à IFRS 15, 'Rédito de contratos com clientes'. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. Esta alteração tem impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

(iii) IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros'. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. Esta norma tem impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

(iv) IFRS 4 (alteração), 'Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)'. Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e aplica-se às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora. Esta alteração tem impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

(v) IFRS 2 (alteração), 'Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações'. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente ("cash-settled") e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente ("cash-settled") para liquidado com capital próprio ("equity-settled"). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("equity-settled"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

(vi) IAS 40 (alteração) 'Transferência de propriedades de investimento'. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

(vii) Melhorias às normas 2014 – 2016. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28. Estas melhorias não têm impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

(viii) IFRIC 22 (nova), 'Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada' Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira. Esta IFRIC não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, que a União Europeia já endossou:

(i) IFRS 16 (nova), 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada. Não é expectável que a adoção futura desta norma tenha impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

(ii) IFRS 9 (alteração), 'Elementos de pré-pagamento com compensação negativa' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de serem classificados ao justo valor através de resultados. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

(iii) IFRIC 23 (nova), 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – 'Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes', com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. Não é expectável que a adoção futura desta norma tenha impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

c) Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, mas que a União Europeia ainda não endossou:

(i) IAS 19 (alteração), 'Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade: (i) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do "asset ceiling". O impacto no "asset ceiling" é sempre registado no Outro Rendimento Integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

(ii) IAS 28 (alteração), 'Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9. Os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estão sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de ser adicionado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimentos conjunto, quando existam indicadores de imparidade. É expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

(iii) IFRS 3 (alteração), 'Definição de negócio' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos

para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

(iv) IAS 1 e IAS 8 (alteração), 'Definição de material' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material. Inclui clarificações quanto à referência a informações pouco claras, correspondendo a situações em que o seu efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, no contexto global das demonstrações financeiras; e ainda clarificações quanto ao termo 'principais utilizadores das demonstrações financeiras', sendo estes definidos como 'atuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam. Não é expectável que a adoção futura destas alterações tenha impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

(v) Melhorias às normas 2015 – 2017 (a aplicar aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11. Não é expectável que a adoção futura da melhoria às referidas normas tenha impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

(vii) Estrutura concetual, 'Alterações na referência a outras IFRS' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Estas alterações ainda estão sujeitas a aprovação pela União Europeia. Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceitual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis. Não é expectável que a adoção futura destas alterações tenha impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

(viii) IFRS 17 (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva. A adoção futura desta norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

2.2. Principais políticas contabilísticas adotadas

As principais políticas contabilísticas, abaixo descritas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras:

a) Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos/passivos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A Popular Seguros encontra-se estruturada de acordo com as seguintes áreas de negócio:

- Acidentes e doença;
- Incêndio e outros danos;
- Automóvel;
- Responsabilidade civil geral;
- Diversos.

b) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação (divulgadas pelo Banco de Portugal). Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

c) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição, sendo depreciados e sujeitos a testes de imparidade. As suas depreciações são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, numa base duodecimal, considerando as seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

Ativos fixos tangíveis	Taxas anuais
Instalações	10%
Máquinas e Aparelhos	10% - 25%
Viaturas	25%
Mobiliário e Equipamento	10% - 33,33%

No reconhecimento inicial dos valores dos outros ativos tangíveis, a Empresa capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o funcionamento correto de um dado ativo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a Empresa opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados no ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição, sendo amortizados e sujeitos a testes de imparidade. As suas amortizações são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

Ativos intangíveis	Taxas anuais
Despesas com Aplicações Informáticas	33,33%
Outros	33,33%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

e) Ativos financeiros

e 1) Ativos financeiros – (IFRS 9 a partir de 1 de janeiro de 2018)

i) Reconhecimento

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Empresa se compromete a comprar ou a vender o ativo.

ii) Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pela Empresa na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

- 1) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;
- 2) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade);
 - a) Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;
 - b) Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a Empresa não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Empresa optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;
- 3) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

iii) Mensuração

A Empresa mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “Juros obtidos de ativos ao custo amortizado”, nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor com as variações de justo valor reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral, à exceção das variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos/(perdas) por diferenças cambiais, as quais são reconhecidas em resultados do exercício. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão sujeitos a imparidade.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

iv) Perdas por imparidade

A Empresa avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral.

A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outros devedores” e aos Ativos de contratos com clientes, a Empresa aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas relativas à expectativa da evolução dos ciclos económicos.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“on demand”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada

igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então a Empresa apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Empresa aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a Empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

A Popular avalia de modo prospetivo as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos ao custo amortizado. A metodologia de imparidade aplicada depende se ocorreu ou não um aumento significativo no risco de crédito.

v) Desreconhecimento de ativos financeiros

A Popular Seguros desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

e 2) Ativos financeiros – (IAS 39 até 31 de dezembro de 2017)

(i) Classificação

A Empresa classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- ***Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas***

Os ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, podem subdividir-se em duas categorias:

(i) *Ativos financeiros detidos para negociação*

Correspondem, essencialmente, a títulos adquiridos com o objetivo de realização de valias no curto prazo e a instrumentos financeiros derivados que não sejam classificados para cobertura contabilística; e

(ii) *Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas*

Nesta categoria são classificados os títulos que a Empresa considera que (i) os ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor, e/ou (ii) estes ativos contêm derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com as variações subsequentes reconhecidas em resultados.

- ***Empréstimos e contas a receber***

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado ativo e cuja finalidade não seja a negociação imediata ou num prazo próximo ou que não tenham sido designados como ao justo valor através de ganhos e perdas ou como disponíveis para venda. Poderá ainda englobar valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro e outras transações relacionadas com contratos de seguro.

- **Investimentos a deter até à maturidade**

São os ativos financeiros não derivados sobre os quais exista a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da classe serão reclassificados para a classe de ativos financeiros disponíveis para venda.

- **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (i) a Popular Seguros tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas.

(ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações em (i) ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iii) empréstimos e contas a receber e (iv) investimentos a deter até à maturidade, são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Empresa se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, caso em que estes custos de transação são diretamente registados em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando:

- (i) expiram os direitos contratuais da Empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa;
- (ii) a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou
- (iii) não obstante, retenha parte mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos.

(iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os ativos disponíveis para venda são, igualmente, registados ao justo valor, sendo as respetivas variações reconhecidas em reservas. As variações ficam reconhecidas em reservas até que os ativos financeiros sejam vendidos ou desreconhecidos. No caso de ser identificada uma perda por imparidade, o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas, é transferido para resultados.

Ainda, relativamente aos ativos disponíveis para venda, no caso dos títulos de rendimento fixo, o ajustamento ao valor de balanço compreende a separação entre (i) as amortizações segundo a taxa efetiva, (ii) as variações cambiais (no caso de denominação em moeda estrangeira) – ambas por contrapartida de resultados e (iii) as variações no justo valor (exceto risco cambial) – conforme descrito acima.

Os empréstimos e contas a receber e os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prêmios e descontos) a serem registados na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Empresa estima o justo valor utilizando (i) informações fornecidas pelas entidades gestoras/ emitentes, (ii) metodologias de avaliação, tais como, a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento (recorrendo, quando necessário, a entidades especializadas), e (iii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

(iv) Reclassificação entre categorias de ativos financeiros

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira ativos financeiros das categorias de ativos detidos para negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber (*Loans and receivables*) ou para ativos financeiros detidos até à maturidade (*Held-to-maturity*), desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos e contas a receber e detidos até à maturidade também são permitidas.

A Popular Seguros utilizou com critério para elegibilidade da reclassificação das obrigações classificadas como disponíveis para venda para empréstimos concedidos e contas a receber teve como base a análise de liquidez do ativo, naquela data. A análise da liquidez dos ativos (cotação representativa do seu justo valor) teve por base a verificação cumulativa das seguintes condições: (i) existirem pelo menos três contribuidores de preços disponíveis no sistema de informação financeira *Bloomberg*; (ii) o "spread Bid/Ask" ser inferior ou igual a 50 bps; (iii) a diferença entre os dois melhores contribuidores ("spread Bid/Ask" mais curtos) ser inferior ou igual a 100 bps; e (iv) existirem quantidades significativas de transações superiores ou iguais a 500 mil unidades.

Desde 31 de dezembro de 2014, que não existem registos nas demonstrações financeiras da Popular Seguros de obrigações reclassificadas na categoria de empréstimos concedidos e contas a receber, com base no critério indicado.

(v) Imparidade

Imparidade de títulos

A Empresa avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Empresa, existe prova objetiva de imparidade, no caso dos instrumentos de capital, quando se verifica a existência de declínio significativo, isto é, sempre que ocorra uma desvalorização superior a 40% no justo valor ou, quando se verifica a existência de declínio prolongado, isto é, sempre que ocorra uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição num período de pelo menos 18 meses.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição/ custo amortizado (no caso de títulos de rendimento fixo) e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Qualquer perda de valor subsequente nestes ativos originará perdas por imparidade adicionais a serem reconhecidas em resultados, no respetivo exercício.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição/ custo amortizado se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, para os quais não é possível reconhecer qualquer reversão de imparidade. As valorizações subsequentes de ações e outros instrumentos de capital são reconhecidas em reservas.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade e empréstimos e contas a receber, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no ativo, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade e empréstimos e contas a receber, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

(vi) Ajustamentos para recibos por cobrar e para dívidas de cobrança duvidosa

Os ajustamentos para recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados em 31 de dezembro são refletidos na rubrica "Devedores – por operações de seguro direto".

Este ajustamento destina-se a reconhecer no resultado da Empresa o impacto da potencial não cobrança dos recibos de prémios emitidos. O cálculo deste ajustamento é efetuado de acordo com o estipulado na Circular nº 9/2008, de 27 de novembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões, tendo em conta uma análise económica dos recibos por cobrar, considerando-se a taxa de incumprimento histórica.

Os ajustamentos para dívidas de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos devedores, provenientes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, com exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor previsional de realização, por aplicação de critérios de base económica.

f) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de constituição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

g) Capital social

As ações são classificadas como capital próprio quando não há obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no capital próprio como uma dedução dos proveitos, líquida de imposto.

h) Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

i) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

j) Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

k) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Empresa pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

l) Contratos de seguro

A Empresa emite contratos que incluem risco de seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente, mediante o pagamento de um prémio. Este tipo de contrato cai no âmbito da IFRS 4. A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os seguintes princípios:

Reconhecimentos de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. A análise quantitativa dos prémios de seguro direto e de resseguro cedido é abordada na Nota 5 do presente Relatório.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição são essencialmente representados pela remuneração contratualmente atribuída aos mediadores, pela angariação de contratos de seguro.

A remuneração de mediação é a remuneração atribuída ao canal de distribuição pela angariação de contratos de seguro. As remunerações contratadas com agentes e angariadores são registadas como gastos no momento da emissão dos respetivos recibos de prémio ou renovação das respetivas apólices.

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

Provisões técnicas

É requerido à Empresa pelas Leis e Normas/Regulamentos, bem como pelos princípios IFRS aplicáveis, o estabelecimento de Provisões Técnicas para fazer face às responsabilidades futuras para com os seus segurados, nomeadamente:

(a) Provisão para prémios não adquiridos

Esta provisão tem como objetivo registar parte dos prémios brutos emitidos, relativa a cada um dos contratos de seguro em vigor, a imputar a um ou vários exercícios seguintes. A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data. A Empresa, de acordo com o PCEs calcula esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método *pró-rata temporis* a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respetivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

(b) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício, bem como à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício.

A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Empresa através da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Empresa de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidades e outros fatores.

De acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, a Empresa regista uma provisão para despesas de regularização de sinistros, determinada com base no rácio entre as despesas gerais incorridas pela Empresa e o número de processos geridos, aplicado ao número de sinistros que se encontram em gestão no final do exercício.

Relativamente aos sinistros, o montante dos reajustamentos efetuados no ano pode ser visualizado no Anexo 1 e os custos com sinistros no Anexo 2.

(c) Provisão matemática

As provisões matemáticas têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Empresa, relativamente aos contratos de seguro emitidos, e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Para o ramo Acidentes de Trabalho, para além da provisão para sinistros, calcula-se ainda uma provisão matemática para sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2018 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de dezembro de 2018 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamentos de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos atuariais por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

Adicionalmente, considera-se ainda uma provisão matemática para fazer face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento em 31 de dezembro de 2018 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

Para as pensões não remíveis aplica-se a tábua de mortalidade TV 88/90 com uma taxa de juro de 3% e encargos de gestão de 2%, e para as pensões remíveis a tábua de mortalidade TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25% e encargos de gestão de 0% (conforme previsto na portaria n.º11/2000).

(d) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade, excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações, e é constituída para os seguros de Cauções, Risco Atómico e Risco de Fenómenos Sísmicos.

Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pela ASF aplicadas ao resultado técnico. Para o Risco de Fenómenos Sísmicos, o único aplicável, é calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF, para cada zona sísmica, ao capital retido pela Empresa.

(e) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos de seguro em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte.

De acordo com o estipulado pela ASF, o montante da Provisão para Riscos em Curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s)

(prêmios não adquiridos) e dos prêmios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

(f) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto em conformidade com o previsto no normativo em vigor, tendo em atenção as cláusulas existentes nos tratados de resseguro em vigor.

m) Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado, de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem, de acordo com o estipulado na IAS 12.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capaz de absorver as referidas diferenças.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de eventos passados, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido, e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão deve corresponder à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade à data de balanço.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, não necessitando de se constituir a respectiva provisão, mas apenas ser objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

o) Resseguro

A Popular Seguros cede negócio no decurso da sua atividade normal. Os valores a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a pagar de empresas de seguro de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar às resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis às operações relacionadas com o Resseguro Cedido no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

p) Reconhecimento de outros rendimentos e gastos

Os outros rendimentos e os gastos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

q) Juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber e investimentos detidos até à maturidade são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares, utilizando o método da taxa efetiva. No caso dos juros dos ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, a componente de juro não é separada e é classificada na rubrica de ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu recebimento.

r) Locações

A Empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados à luz dos contratos de locação operacional são registrados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registrados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados, e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

s) Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda) e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

Nota 3 – Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IAS/IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Empresa são analisadas no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Empresa e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 2.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Empresa poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. No entanto, o Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para permitir um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

As principais estimativas contábilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras com risco de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante os próximos exercícios financeiros prendem-se com as seguintes rubricas:

3.1. Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de seguro

As provisões técnicas correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a: (i) provisão para prêmios não adquiridos, (ii) provisão para riscos em curso, (iii) provisão para desvios de sinistralidade e, (iv) provisão para sinistros reportados e não reportados.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Empresa avalia periodicamente as suas responsabilidades tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados. A Empresa regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim de uma estimativa resultante das normas/ diplomas legais em vigor e da experiência e conhecimento acumulado da Empresa. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Empresa de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

De referir, que poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado à Empresa, acomodada na provisão IBNR. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) a Empresa estima o justo valor utilizando (i) informações fornecidas pelas entidades gestoras/ emitentes, (ii) metodologias de avaliação, tais como, a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento (recorrendo a entidades especializadas), e (iii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Ver adicionalmente a Nota 17.2.

3.3. Imparidade

Ativos financeiros disponíveis para venda

A Empresa determina que existe imparidade nos seus ativos classificados como disponíveis para venda quando existe um declínio prolongado ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de um declínio prolongado ou de valor significativo requer julgamento, conforme descrito na Nota 2.2, alínea e).

A utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Empresa.

Empréstimos e contas a receber

A Empresa efetua regularmente a análise das perdas por imparidade em empréstimos e contas a receber numa base individual, conforme descrito na Nota 2.2, alínea e).

A determinação de expectativas de perdas futuras nos títulos detidos baseia-se no acompanhamento regular dos emitentes, nomeadamente, da evolução das notações de *rating* das diversas agências. Perante a degradação da perceção de risco do emitente, como é o caso de uma descida significativa das notações de *rating*, a Empresa procede a uma análise detalhada da situação financeira e económica do emitente. Eventuais imparidades são constituídas com base na informação recolhida e na perceção quanto à capacidade de reembolso do título por parte do emitente.

A Empresa considera que a imparidade determinada com base nas metodologias anteriormente descritas permite refletir de forma adequada o risco de crédito associado a estes investimentos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

3.4. Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Empresa durante um período de quatro anos, o qual é alargado para seis anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Nota 4 – Informação por segmentos

Na sua atividade a Empresa dedica-se ao exercício da atividade de seguros para o ramo Não Vida, tendo considerado como segmentos básicos de negócio os seguintes segmentos:

- Acidentes e Doença;
- Incêndios e Outros Danos;
- Automóvel;
- Responsabilidade Civil Geral;
- Diversos (ramos Assistência e Proteção Jurídica).

O segmento de Acidentes e Doença, inclui os produtos da Popular Seguros relacionados com a proteção pessoal, nomeadamente, os seguros de Acidentes Pessoais, de Acidentes de Trabalho (segmento particulares e empresas) e o de Saúde.

O seguro de Acidentes Pessoais tem como principal intuito proteger o segurado em caso de acidente. Cobre o risco de acidente com data e ocorrência bem definida, exclusiva e diretamente externo, súbito, involuntário e violento, causador de lesão física que, por si só, e independente de toda e qualquer outra causa, tenha como consequência direta a morte ou invalidez permanente total ou parcial do segurado ou torne necessário tratamento médico.

O seguro de Acidentes de Trabalho, visa segurar as pessoas seguras no caso de se verificar um acidente no local de trabalho e no tempo de trabalho, produzindo direta ou indiretamente lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte a morte ou redução na incapacidade de trabalho. De referir, que este é um seguro obrigatório. Enquadra-se, ainda, no Ramo Acidentes e Doença, o Seguro de Saúde, que sendo um seguro facultativo, muitas vezes é efetuado por empresas como benefício aos seus colaboradores, funcionando assim como um complemento ao serviço nacional de saúde.

Também na componente de proteção pessoal, está incluído o produto de Responsabilidade Civil Família, seguro que cobre o risco do segurado numa eventualidade de ter de vir a indemnizar terceiros por danos que lhes cause, nomeadamente numa atividade, uma profissão ou situação familiar.

Como ofertas de proteção patrimonial, a Popular Seguros tem uma oferta alargada, contemplando seguros de Multiriscos Habitação ou Comércio e seguros Automóvel. Em ambos os casos, a Popular Seguros cobre danos causados no património, mediante as coberturas contratadas (base ou plus nos Multiriscos, e mínimos, médios ou máximos no caso do Automóvel). De referir, ainda, que o seguro automóvel é um seguro obrigatório, podendo o Multiriscos Habitação ou Comércio ser facultativo ou obrigatório, consoante a situação (por exemplo, a cobertura de recheio é por norma facultativa).

No que concerne ao segmento geográfico, todos os contratos são celebrados em Portugal pelo que existe apenas um segmento.

O quadro anexo evidencia o relato por segmentos de negócio, para os exercícios de 2018 e 2017, detalhando os mesmos entre a posição financeira e a conta de ganhos e perdas, como segue:

1. Demonstração da posição financeira

Ano 2018

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira Ativo	2018							TOTAL
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Seguro não vida	Não afetos	
Caixa e equivalentes	2.794.927	3.753.790	5.749.298	31.492	216.631	12.546.138	3.730.855	16.276.992
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empresas conjuntas	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	1.482.439	1.482.439
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	299.197	2.167.720	-	21.091	-	2.488.009	207.692	2.695.701
Total	3.094.124	5.921.510	5.749.298	52.584	216.631	15.034.146	5.420.986	20.455.132

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira Passivo	2018							TOTAL
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Seguro não vida	Não afetos	
Provisões técnicas	1.248.366	860.911	3.290.086	4.564	123.968	5.527.895	-	5.527.895
Outros credores e passivos financeiros	87.937	-	-	-	-	87.937	2.476.149	2.564.086
Passivos por impostos	-	-	-	-	-	-	128.311	128.311
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	174.985	174.985
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	299.197	2.167.720	-	21.091	-	2.488.009	207.692	2.695.701
Total	1.635.500	3.028.631	3.290.086	25.655	123.968	8.103.840	2.987.139	11.090.979

Ano 2017

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira Ativo	2017							TOTAL
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Seguro não vida	Não afetos	
Caixa e equivalentes	261.082	141.846	131.651	1.743	8.067	544.389	400.192	944.581
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empresas conjuntas	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	3.510.283	5.210.608	4.836.123	64.021	296.340	13.917.374	1.847.746	15.765.120
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	2.070.132	2.070.132
Total	3.771.365	5.352.454	4.967.774	65.764	304.408	14.461.764	4.318.070	18.779.834

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira Passivo	2017							TOTAL
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Seguro não vida	Não afetos	
Provisões técnicas	2.212.739	2.782.885	2.582.880	34.192	158.270	7.770.966	-	7.770.966
Outros credores e passivos financeiros	174.061	-	-	-	-	174.061	917.671	1.091.733
Passivos por impostos	-	-	-	-	-	-	294.409	294.409
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	182.475	182.475
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.386.801	2.782.885	2.582.880	34.192	158.270	7.945.027	1.394.555	9.339.583

2. Conta de ganhos e perdas

Ano 2018

Unidade: Euros

Conta de Ganhos e Perdas	2018							Total
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Não Afetos		
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	1.009.219	1.364.962	2.951.320	46.067	57.020	-	5.428.589	
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(374.656)	(855.965)	(3.221.813)	(1.991)	-	-	(4.454.425)	
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	(79.746)	(213.016)	-	-	-	(292.762)	
Custos e gastos de exploração líquidos	403.942	(771.960)	(475.267)	(17.904)	(4.217)	-	(865.405)	
Rendimentos	20.403	-	137.433	-	-	21.381	179.217	
Gastos financeiros	(22.378)	(16.868)	(71.811)	(525)	-	(6.226)	(117.808)	
Ganhos líquidos de ativos financeiros	44.077	-	299.943	-	-	59.692	403.713	
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros	-	-	-	-	-	-	-	
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	707	-	3.716	-	-	204	4.626	
Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	368	368	
Outros proveitos/ (custos) não técnicos	-	-	-	-	-	-	-	
Resultados antes de impostos	1.081.315	(359.577)	(589.494)	25.647	52.803	75.418	286.113	
Impostos	243.296	(80.905)	(132.636)	5.771	11.881	21.493	68.900	
Resultado líquido do exercício							217.213	

Ano 2017

Unidade: Euros

Conta de Ganhos e Perdas	2017							Total
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Não Afetos		
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	2.099.876	1.429.013	3.348.834	53.558	67.022	-	6.998.303	
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(1.473.655)	(887.537)	(3.043.459)	(3.613)	-	-	(5.408.265)	
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(304)	(84.166)	297.022	-	340	-	212.891	
Custos e gastos de exploração líquidos	(649.058)	(302.981)	(522.598)	(32.042)	(38.363)	-	(1.545.043)	
Rendimentos	76.744	116.096	108.805	1.529	6.981	78.441	388.596	
Gastos financeiros	(49.584)	(69.897)	(59.228)	(1.311)	(2.868)	(18.749)	(201.637)	
Ganhos líquidos de ativos financeiros	83.890	115.185	107.951	1.517	6.927	74.854	390.323	
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros	-	-	-	-	-	-	-	
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	(736)	(2.137)	(2.002)	(28)	(128)	(17.803)	(22.835)	
Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	(523)	-	-	-	-	(523)	
Outros proveitos/ (custos) não técnicos	-	-	-	-	-	11.044	11.044	
Resultados antes de impostos	87.172	313.052	235.324	19.609	39.910	127.787	822.855	
Impostos	19.614	70.437	52.948	4.412	8.980	28.912	185.302	
Resultado líquido do exercício							637.552	

Nota 5 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

5.1. Indicação dos prémios reconhecidos resultantes de contratos de seguro

Os prémios brutos emitidos, variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de seguro direto e de resseguro cedido, são analisados como segue:

	2018					Total
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	
Prémios adquiridos de seguro direto	1.348.187	4.037.026	3.077.262	91.628	363.813	8.917.916
Prémios brutos emitidos	1.052.809	3.810.027	2.725.166	83.613	325.923	7.997.539
Variação da provisão para prémios não adquiridos	(295.377)	(226.999)	(352.096)	(8.014)	(37.890)	(920.377)
Prémios adquiridos de resseguro cedido	338.968	2.672.064	125.943	45.561	306.793	3.489.328
Prémios de resseguro cedido	160.249	2.544.608	125.943	41.761	279.446	3.152.008
Variação da provisão para prémios não adquiridos resseguro	(178.718)	(127.455)	-	(3.799)	(27.347)	(337.320)
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	1.009.219	1.364.962	2.951.320	46.067	57.020	5.428.589

	2017					Total
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	
Prémios adquiridos de seguro direto	2.728.066	4.272.744	3.511.043	106.770	404.441	11.023.064
Prémios brutos emitidos	2.480.948	4.229.618	3.533.643	101.387	411.072	10.756.668
Variação da provisão para prémios não adquiridos	(247.118)	(43.126)	22.599	(5.383)	6.630	(266.397)
Prémios adquiridos de resseguro cedido	628.190	2.843.731	162.210	53.212	337.419	4.024.761
Prémios de resseguro cedido	433.079	2.813.617	162.210	50.491	342.983	3.802.380
Variação da provisão para prémios não adquiridos resseguro	(195.111)	(30.114)	-	(2.721)	5.564	(222.382)
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	2.099.876	1.429.013	3.348.834	53.558	67.022	6.998.303

O decréscimo dos prémios brutos emitidos de seguro direto em 2018, face ao período homólogo, foi de 25,7%, o correspondente a 2.759.128 Euros, sendo que cerca de 57,6% deste decréscimo foi no ramo Acidentes e Doença. Em termos de prémios adquiridos de seguro direto, verificou-se um decréscimo de 19,1% face a 2017.

No que respeita aos prémios adquiridos de resseguro cedido, no final de 2018, estes ascenderam ao montante de 3.489.328 Euros (4.024.761 Euros em 2017), verificando-se um decréscimo de 13,3% face ao período homólogo.

Em termos gerais, os prémios adquiridos, líquidos de resseguro cedido totalizaram, em 2018, o montante de 5.428.589 Euros (6.998.303 Euros em 2017), registando um decréscimo de 22,4% face a 2017, justificado essencialmente pelo saneamento da carteira de Acidentes de Trabalho que originou a não aceitação da renovação de apólices com elevado risco de sinistralidade. Os ramos Acidentes, Doença e Incêndio e Outros danos foram os que mais contribuíram para esta diminuição.

5.2. Discriminação de alguns valores relativos aos seguros não-vida entre seguro direto e resseguro aceite

A discriminação de alguns valores relativos ao seguro não-vida e resseguro aceite de 2018, conforme formato requerido pela ASF relativo ao Anexo 3, é analisado como segue:

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos *	Custos e Gastos de Exploração Brutos *	Saldo de Resseguro
Seguro Direto					
Acidentes e Doença	1.052.809	1.348.187	365.250	479.932	(264.864)
Incêndio e Outros Danos	3.810.027	4.037.026	1.678.848	772.202	(1.049.045)
Automóvel	2.725.166	3.077.262	3.509.542	430.654	165.023
Responsabilidade Civil	1.594.749	1.802.519	2.480.445	254.196	281.750
Outras coberturas	1.130.418	1.274.743	1.029.097	176.458	(116.726)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	83.613	91.628	2.577	38.392	(31.502)
Crédito e Caução	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	12.512	13.982	124	1.604	(13.240)
Assistência	313.411	349.832	3.112	39.739	(293.553)
Diversos	-	-	-	-	-
Total	7.997.539	8.917.916	5.559.453	1.762.523	(1.487.182)
Resseguro Aceite					
Total Geral	7.997.539	8.917.916	5.559.453	1.762.523	(1.487.182)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Em 2017, a discriminação de alguns valores relativos ao seguro não-vida e resseguro aceite pode ser vista como segue:

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos *	Custos e Gastos de Exploração Brutos *	Saldo de Resseguro
Seguro Direto					
Acidentes e Doença	2.480.948	2.728.066	1.549.719	618.235	(582.950)
Incêndio e Outros Danos	4.229.618	4.272.744	1.796.119	860.486	(1.377.645)
Automóvel	3.533.643	3.511.043	3.043.459	522.598	(499.629)
Responsabilidade Civil	2.070.038	2.043.435	1.993.330	351.846	(12.329)
Outras coberturas	1.463.604	1.467.608	1.050.128	170.753	(487.300)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	101.387	106.770	4.852	46.879	(37.135)
Crédito e Caução	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	15.789	15.680	-	1.503	-
Assistência	395.283	388.761	-	36.861	-
Diversos	-	-	-	-	-
Total	10.756.668	11.023.064	6.394.148	2.086.562	(2.497.359)
Resseguro Aceite					
Total Geral	10.756.668	11.023.064	6.394.148	2.086.562	(2.497.359)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Nota 6 - Custos com sinistros, líquidos de resseguro

6.1. Indicação dos sinistros reconhecidos resultantes de contratos de seguro

Os custos com sinistros, líquidos de resseguro em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser analisados no quadro que se segue:

Unidade: Euros

	2018					Total
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	
Custos com sinistros de seguro direto	365.250	1.678.848	3.512.778	2.577	-	5.559.453
Montantes pagos - Prestações	747.808	1.361.136	2.670.664	2.748	-	4.782.355
Custos de gestão de sinistros imputados	17.334	68.085	30.295	1.405	-	117.118
Provisão para sinistros (variação)	(399.891)	249.627	811.820	(1.576)	-	659.980
Custos com sinistros de resseguro cedido	(9.406)	822.882	290.966	586	-	1.105.028
Montantes pagos	574	718.913	-	1.374	-	720.861
Provisão para sinistros (variação)	(9.980)	103.970	290.966	(788)	-	384.167
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	374.656	855.965	3.221.813	1.991	-	4.454.425

Unidade: Euros

	2017					Total
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	
Custos com sinistros de seguro direto	1.549.719	1.796.119	3.043.459	4.852	-	6.394.148
Montantes pagos - Prestações	900.436	1.802.839	3.195.665	4.019	-	5.902.959
Custos de gestão de sinistros imputados	24.856	97.632	43.442	2.015	-	167.946
Provisão para sinistros (variação)	624.426	(104.353)	(195.648)	(1.183)	-	323.243
Custos com sinistros de resseguro cedido	76.063	908.581	-	1.239	-	985.883
Montantes pagos	78.992	929.021	-	2.010	-	1.010.023
Provisão para sinistros (variação)	(2.929)	(20.440)	-	(771)	-	(24.140)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	1.473.655	887.537	3.043.459	3.613	-	5.408.265

Os custos de gestão de sinistros imputados, relativamente a 2018 e 2017, registaram o montante de 117.118 Euros e 167.946 Euros, respetivamente, relativos a gastos por natureza a imputar afetos a função sinistros (ver nota 8).

Os custos com sinistros de seguro direto apresentaram, em 2018, um decréscimo de 13,1% face ao período homólogo, o correspondente ao montante de menos 834.694 Euros, sendo o ramo Acidentes, Doença e Incêndio e Outros Danos os responsáveis por este decréscimo.

No que respeita aos custos com sinistros de resseguro cedido, no final de 2018, estes ascenderam ao montante de 1.105.028 Euros (985.883 Euros em 2017), verificando-se um acréscimo de 12,1% face ao período homólogo.

A discriminação dos custos com sinistros de 2018, conforme formato requerido pela ASF relativo ao Anexo 2, é analisado como segue:

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - - Prestações	Montantes Pagos - - Custos de Gestão de Sinistros Imputados	Variação da Provisão para sinistros	Custos com sinistros
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes e Doença	747.808	17.334	(399.891)	365.250
Incêndio e Outros Danos	1.361.136	68.085	249.627	1.678.848
Automóvel	2.670.664	30.295	811.820	3.512.778
Responsabilidade Civil	1.756.590	15.834	708.021	2.480.445
Outras coberturas	914.074	14.460	103.799	1.032.333
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	2.748	1.405	(1.576)	2.577
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	4.782.355	117.118	659.980	5.559.453
Resseguro Aceite	-	-	-	-
Total Geral	4.782.355	117.118	659.980	5.559.453

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Em 2017, a discriminação dos custos com sinistros era apresentada da seguinte forma:

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - - Prestações	Montantes Pagos - - Custos de Gestão de Sinistros Imputados	Variação da Provisão para sinistros	Custos com sinistros
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes e Doença	900.436	24.856	624.426	1.549.719
Incêndio e Outros Danos	1.802.839	97.632	(104.353)	1.796.119
Automóvel	3.195.665	43.442	(195.648)	3.043.459
Responsabilidade Civil	2.017.517	43.442	(67.629)	1.993.330
Outras coberturas	1.178.148	-	(128.019)	1.050.128
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	4.019	2.015	(1.183)	4.852
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	5.902.959	167.946	323.243	6.394.148
Resseguro Aceite	-	-	-	-
Total Geral	5.902.959	167.946	323.243	6.394.148

* Sem dedução da parte dos resseguradores

De acordo com os quadros apresentados acima, podemos verificar uma diminuição dos custos com sinistros em 2018, face a 2017, decorrente da diminuição da carteira gerida pela Popular Seguros (diminuição do n.º de apólices em vigor). Também é possível, em termos gerais, verificar uma diminuição nos montantes pagos em 2018, sendo este mais expressivo no ramo Automóvel.

6.2. Indicação dos montantes recuperáveis, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros

Os reembolsos exigidos relativamente às prestações efetuadas em consequência de sinistros ocorridos e ainda não recebidos (IDS), do ramo Automóvel, ascendiam a 64.095 Euros (69.961 Euros em 2017).

6.3. Informação dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas

Os principais rácios de atividade, para o exercício de 2018 e 2017, são como segue:

Em percentagem

2018						
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Total
Rácio de Sinistralidade (1)	27,1%	41,6%	114,0%	2,8%	0,9%	62,3%
Rácio de Despesas	35,6%	19,1%	14,0%	41,9%	11,4%	19,8%
Rácio de Aquisição (2)	22,9%	12,1%	13,2%	24,2%	10,6%	14,2%
Rácio Administrativo (3)	12,7%	7,0%	0,8%	17,7%	0,8%	5,6%
Rácio Combinado (5)	62,7%	60,7%	128,0%	44,7%	12,3%	82,1%
Rácio de Investimentos (4)	8,0%	4,1%	5,3%	1,8%	2,2%	4,9%
Rácio Total	54,7%	56,6%	122,7%	42,9%	10,0%	77,2%

(1) (Custos com sinistros + custos imputados) / Prémios adquiridos de Seguro Direto

(2) (Remunerações de mediação e de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos) / Prémios adquiridos de Seguro Direto

(3) (Remunerações de mediação e administrativas + custos imputados) / Prémios adquiridos de Seguro Direto

(4) (Rendimentos - gastos em investimentos + ganhos líquidos em investimentos - imparidades) / Prémios brutos emitidos de Seguro Direto

(5) Rácio que mede o peso dos custos com sinistros e das despesas com aquisição e administração, incluindo os custos imputados a estas funções, sobre o total dos prémios adquiridos

Em percentagem

2017						
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Total
Rácio de Sinistralidade (1)	56,8%	42,0%	86,7%	4,5%	0,0%	58,0%
Rácio de Despesas	22,7%	20,1%	14,9%	43,9%	9,5%	18,9%
Rácio de Aquisição (2)	16,0%	13,0%	14,1%	27,7%	9,5%	14,1%
Rácio Administrativo (3)	6,7%	7,1%	0,8%	16,2%	0,0%	4,8%
Rácio Combinado (5)	79,5%	62,2%	101,6%	48,5%	9,5%	76,9%
Rácio de Investimentos (4)	4,4%	3,8%	4,4%	1,7%	2,7%	4,1%
Rácio Total	75,0%	58,4%	97,2%	46,8%	6,8%	72,9%

(1) (Custos com sinistros + custos imputados) / Prémios adquiridos de Seguro Direto

(2) (Remunerações de mediação e de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos) / Prémios adquiridos de Seguro Direto

(3) (Remunerações de mediação e administrativas + custos imputados) / Prémios adquiridos de Seguro Direto

(4) (Rendimentos - gastos em investimentos + ganhos líquidos em investimentos - imparidades) / Prémios brutos emitidos de Seguro Direto

(5) Rácio que mede o peso dos custos com sinistros e das despesas com aquisição e administração, incluindo os custos imputados a estas funções, sobre o total dos prémios adquiridos

Analisando a evolução dos rácios em 2018, comparativamente com o período homólogo, verifica-se um aumento do rácio total de 72,9% para 77,2%, justificado pelo aumento do rácio combinado.

O aumento do rácio combinado (82,1% em 2018 face a 76,9% em 2017) encontra-se justificado pelo aumento do Rácio de Sinistralidade (62,3% face a 58% em 2017), tendo o Rácio da Despesa registado um ligeiro aumento.

Nota 7 - Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro

As outras provisões técnicas, líquidas de resseguro são analisadas como segue:

2018						
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Total
Provisão para desvios de sinistralidade	-	80.029	-	-	-	80.029
Provisão para riscos em curso	(283)	-	213.016	-	-	212.733
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(283)	80.029	213.016	-	-	292.762

2017						
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Total
Provisão para desvios de sinistralidade	-	84.166	-	-	-	84.166
Provisão para riscos em curso	304	-	(297.022)	-	(340)	(297.057)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	304	84.166	(297.022)	-	(340)	(212.891)

O valor reconhecido na rubrica outras provisões técnicas, líquidas de resseguro, corresponde à variação da provisão para riscos em curso e à variação da provisão para desvios de sinistralidade.

A Provisão para riscos em curso ascendeu no final de 2018 ao montante de 284.477 Euros (71.744 Euros em 2017), tendo ocorrido um acréscimo no período de 212.733 Euros, justificado essencialmente pelo ramo automóvel.

A provisão para desvios de sinistralidade ascendia no final de 2018 ao montante de 813.048 Euros (124.964 Euros e 688.084 Euros, no Passivo na rubrica de Provisões para desvio de sinistralidade e Passivo de um grupo para alienação classificado como detido para venda – Nota 26, respetivamente) e de 733.018 Euros em 2017, correspondendo na totalidade ao ramo Incêndio e Outros Danos.

Nota 8 – Custos e gastos de exploração líquidos

A contabilização dos custos e gastos (custos indiretos) é inicialmente realizada pela sua natureza, sendo posteriormente efetuada uma imputação, tendo por base uma chave de repartição, de acordo com a sua função: à função Sinistros, Aquisição, Administrativa e de Investimentos.

Assim, os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados diretamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas quatro funções referidas, encontrando-se os mesmos refletidos e distribuídos pelas seguintes rubricas de ganhos e perdas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos (Nota 6);
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração - Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração - Custos administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros – Outros (Nota 10).

8.1. Indicação dos custos e gastos de exploração líquidos

O montante dos custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

	Unidade: Euros	
	2018	2017
Custos de aquisição	1.142.378	1.530.343
Remunerações de intermediação	826.442	1.092.588
Outros custos de aquisição	42.660	45.881
Custos imputados	273.276	391.873
Custos de aquisição diferidos (variação)	123.507	24.067
Custos administrativos	496.638	532.152
Remunerações de intermediação	628	865
Custos imputados	496.010	531.287
Comissões e participação nos resultados de resseguro	897.118	541.520
Comissões de Resseguro	709.651	663.703
Participação no resultado de Resseguro	187.467	(122.183)
Total	865.405	1.545.043

Os custos e gastos de exploração líquidos ascenderam em 2018 ao montante de 865.405 Euros (1.545.043 Euros em 2017), representando um decréscimo de 44,0%, o equivalente a menos 679.637 Euros.

Temos por um lado, os custos de aquisição que registam uma diminuição na ordem dos 25,4% face a 2017, justificado pela diminuição das remunerações de intermediação, e por outro, um aumento na rubrica de comissões e participação nos resultados de resseguro cedido (mais 65,7% face a 2017), no montante de 897.118 Euros (541.520 Euros em 2017).

8.2. Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua função

A discriminação dos gastos usando uma classificação baseada na sua função, nomeadamente, para aquisição de contratos de seguro (aquisição e administrativos), custos com sinistros e custos com investimentos foi a seguinte:

	Unidade: Euros	
	2018	2017
Custos com sinistros (Nota 6)	117.118	167.946
Custos de aquisição	273.276	391.873
Custos administrativos	496.010	531.287
Custos gestão dos investimentos (Nota10)	42.518	55.979
Total	928.921	1.147.085

Nos últimos anos e na sequência das alterações ocorridas com o alargamento do negócio não vida a novos ramos, e dado que existiram alterações na operacionalidade da Empresa (por exemplo: revisão e alteração dos processos de subscrição e sinistros, automatização de processos anteriormente efetuados manualmente, diferentes políticas de resseguro, dinamização de outros canais de distribuição, alteração da Direção Comercial, etc.), a Popular Seguros tem procedido a revisões sistemáticas da adequabilidade dos critérios de imputação de custos, para que os mesmos reflitam de forma adequada a realidade operacional de cada um dos negócios, neste caso específico, o do segmento de não vida, no entanto, e dado que não se verificaram alterações significativas em 2018, o critério de imputação não foi alterado neste exercício.

A Metodologia adotada no que se refere à imputação dos custos resume-se aos seguintes pontos:

- Definição dos conceitos inerentes a cada função, de forma a adotar critérios uniformes em cada Direção/Gabinete;
- Agrupamento dos Centros de Custo, de acordo o critério de apresentarem (ou não) características idênticas;
- Identificação por Centro de Custo, numa primeira fase, do tempo despendido por função (Aquisição, Administrativa, Sinistros e Investimentos), tendo por base a ferramenta *Optimiza*, na qual todos os colaboradores registam as suas atividades diárias;
- Numa segunda fase, utilizou-se como processo complementar, informação extraída do Fortis (ferramenta documental e que funciona para alguns processos como *Workflow*), quantificado o número de documentos tratados por processo (por exemplo: Subscrição, Alterações de Apólices, Investimentos, etc.) e por Centro de Custo;
- Após análise da informação recorrente dos dois pontos mencionados anteriormente, as percentagens finais de imputação de custos a cada uma das funções, foram alvo de envolvimento de todas as áreas, de forma a garantir que as percentagens apuradas espelhavam a realidade de cada Direção e da Empresa como um todo.

No quadro que se segue, é apresentado em termos de valores e percentagens, a imputação dos gastos baseados na sua natureza, por cada uma das funções de imputação, para os anos de 2018 e 2017:

Unidade: Euros

Descrição	2018								
	Total	Sinistros		Aquisição		Administrativos		Investimentos	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pessoal	132.944	-	0,0%	-	0,0%	132.944	100,0%	-	0,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	697.948	104.692	15,0%	244.282	35,0%	324.546	46,5%	24.428	3,5%
Impostos	43.106	6.466	15,0%	15.087	35,0%	20.044	46,5%	1.509	3,5%
Amortizações	39.733	5.960	15,0%	13.907	35,0%	18.476	46,5%	1.391	3,5%
Juros Suportados	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	100,0%
Comissões	15.190	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	15.190	100,0%
Total	928.921	117.118	10,2%	273.276	23,8%	496.010	43,2%	42.518	3,7%

Descrição	2017									
	Total	Sinistros		Aquisição		Administrativos		Investimentos		
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Pessoal	10.655	-	0,0%	-	0,0%	10.655	100,0%	-	0,0%	
Fornecimentos e Serviços Externos	1.010.378	151.557	15,0%	353.632	35,0%	469.826	46,5%	35.363	3,5%	
Impostos	48.545	7.282	15,0%	16.991	35,0%	22.573	46,5%	1.699	3,5%	
Amortizações	60.715	9.107	15,0%	21.250	35,0%	28.233	46,5%	2.125	3,5%	
Juros Suportados	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	100,0%	
Comissões	16.792	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	16.792	100,0%	
Total	1.147.085	167.946	14,6%	391.873	34,2%	531.287	46,3%	55.979	4,9%	

8.3. Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua natureza

No quadro abaixo, está a discriminação dos gastos usando uma classificação baseada na sua natureza:

	Unidade: Euros	
	2018	2017
Gastos com o pessoal	132.944	10.655
Fornecimentos e serviços externos		
Conservação e reparação	287.689	280.075
Cedência de pessoal	22.678	229.128
Trabalhos especializados	127.709	207.763
Comunicações	99.245	91.765
Custos com cobrança de prémios	63.713	74.254
Rendas e alugueres	17.776	42.662
Contact Center	9.385	26.875
Quotizações	24.939	21.856
Atendimento de sinistros	19.483	19.483
Contencioso e notariado	4.974	6.785
Custos com trabalho independente	8.303	4.982
Trabalho temporário	3.902	-
Outros	7.045	4.751
Publicidade e propaganda	1.107	-
Sub-Total	697.948	1.010.378
Impostos e taxas	43.106	48.545
Amortizações do exercício		
Ativo Intangível (Nota 19)	39.733	60.715
Ativo Tangível (Nota 18)	-	-
Sub-Total	39.733	60.715
Comissões	15.190	16.792
Total	928.921	1.147.085

Os gastos totais da Empresa ascenderam, em 2018, ao montante de 928.921 Euros (1.147.085 Euros em 2017), apresentando um decréscimo de 19% face ao período homólogo. Da totalidade dos gastos registados em 2018, os fornecimentos e serviços externos representam 75%, seguido dos gastos com pessoal com 14%.

Gastos com pessoal

a) Indicação do montante das despesas com o pessoal referente ao exercício

A Popular Seguros à data de 31 de dezembro de 2018 apresenta custos com pessoal direto resultantes de cedência da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., que em 2017, eram registadas em fornecimentos e serviços externos na rubrica de cedências de pessoal.

Durante o exercício de 2018, a Popular Seguros registou um custo no montante de 132.944 Euros dos quais 7.997 Euros (4.305 Euros em 2017) referente a remunerações com o Conselho Fiscal, tendo este custo sido registado na rubrica de Custos com pessoal.

b) Indicação da remuneração das pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo, de forma direta ou indireta

A política de remunerações dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Popular Seguros tem como objetivo remunerar de forma justa, eficiente e competitiva os Órgãos, tendo em atenção a performance individual de cada membro, bem como o seu contributo para a Empresa como um todo.

De acordo com o disposto n.º 1 do art.º 2.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho, a Empresa submete, anualmente, a aprovação da Assembleia Geral a política de remuneração dos respetivos Órgãos de Administração e Fiscalização.

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) da Popular Seguros são registados na rubrica de trabalhos especializados. Os respetivos honorários ascenderam a 35.473 Euros (2017: 36.285 Euros) incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Empresa e de reporte prudencial exigidos ao Revisor Oficial de Contas.

Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimento e serviços externos registou uma diminuição de 31% face a 2017, devendo-se essencialmente aos seguintes fatores:

- Decréscimo dos custos com cedência de pessoal, no montante de 206.450 Euros, compensado pelo incremento dos gastos com pessoal.
- diminuição dos custos com trabalhos especializados e o custo de rendas e alugueres, no montante de 80.055 Euros e de 24.886 Euros, respetivamente.

Nota 9 – Rendimentos

A distribuição, por categoria de investimento, dos rendimentos reconhecidos, para os períodos de 2018 e 2017, foi a seguinte:

Rendimentos	2018			2017		
	Afetos	Não Afetos	Total	Afetos	Não Afetos	Total
	Unidade: Euros					
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	157.837	21.381	179.217	301.859	60.048	361.907
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Juros	-	-	-	301.732	59.972	361.704
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas						
Juros	157.837	21.381	179.217			
Empréstimos e contas a receber						
Juros	-	-	-	127	75	203
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	8.296	18.393	26.689
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Dividendos	-	-	-	8.296	18.393	26.689
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas						
Dividendos	-	-	-	-	-	-
Total	157.837	21.381	179.217	310.155	78.441	388.596

Durante o exercício de 2018, foram vendidos todos os ativos financeiros da Empresa, pelo que, no final do ano, os ativos a caucionar as provisões são depósitos à ordem.

Nota 10 – Gastos financeiros

A rubrica de gastos financeiros acomoda o alisamento à taxa efetiva dos títulos de rendimento fixo em carteira e os custos imputados à função investimentos.

Nos exercícios de 2018 e 2017 os gastos financeiros foram os seguintes:

Gastos financeiros	2018			2017		
	Afetos	Não Afetos	Total	Afetos	Não Afetos	Total
	Unidade: Euros					
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	69.064	6.226	75.290	126.909	18.749	145.658
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	126.909	18.749	145.658
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	69.064	6.226	75.290			
Empréstimos e contas receber	-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Outros	42.518	-	42.518	55.979	-	55.979
Custos imputados (Nota 8)	42.518	-	42.518	55.979	-	55.979
Total	111.582	6.226	117.808	182.888	18.749	201.637

Nota 11 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

A distribuição, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas realizados por via da respetiva alienação foi, como segue:

Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	2018			2017		
	Afetos	Não Afetos	Total	Afetos	Não Afetos	Total
De ativos disponíveis para venda	-	-	-	315.469	74.854	390.323
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	(6.723)	-	(6.723)
Mais valias realizadas	-	-	-	622	-	622
Menos valias realizadas	-	-	-	(7.345)	-	(7.345)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-	-	322.192	74.854	397.045
Mais valias realizadas	-	-	-	322.941	74.854	397.795
Menos valias realizadas	-	-	-	(749)	-	(749)
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	336.416	59.057	395.473	-	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-	-	-
Mais valias realizadas	-	-	-	-	-	-
Menos valias realizadas	-	-	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	336.416	59.057	395.473	-	-	-
Mais valias realizadas	347.446	72.772	420.218	-	-	-
Menos valias realizadas	(11.030)	(13.716)	(24.746)	-	-	-
De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	-	-	-	-	-	-
De outros	-	-	-	-	-	-
Total	336.416	59.057	395.473	315.469	74.854	390.323

Em 2018, o montante de Ganhos líquidos registados nos ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas, apresentou um ligeiro acréscimo quando comparado com o ano anterior.

Nota 12 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

A distribuição, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas realizados por via da respetiva alienação foi, como segue:

	2018			2017		
	Afetos	Não Afetos	Total	Afetos	Não Afetos	Total
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas						
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	-	-	-	-	-	-
Valias realizadas	-	-	-	-	-	-
Mais Valias	-	-	-	-	-	-
Menos valias	-	-	-	-	-	-
Valias potências	-	-	-	-	-	-
Mais Valias	-	-	-	-	-	-
Menos valias	-	-	-	-	-	-
Rendimentos	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	7.605	636	8.241	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	7.605	636	8.241	-	-	-
Valias realizadas	7.605	636	8.241	-	-	-
Mais Valias	7.605	636	8.241	-	-	-
Menos valias	-	-	-	-	-	-
Valias potências	-	-	-	-	-	-
Mais Valias	-	-	-	-	-	-
Menos valias	-	-	-	-	-	-
Rendimentos	-	-	-	-	-	-
Total	7.605	636	8.241	-	-	-

Nota 13 – Perdas de imparidade (líquidas de reversão)

As perdas de imparidade, líquidas de reversões, reconhecidas nos anos de 2018 e 2017 são analisadas como segue:

	2018			2017		
	Afetos	Não Afetos	Total	Afetos	Não Afetos	Total
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)						
De ativos disponíveis para venda	-	-	-	5.032	17.803	22.835
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-	-	-	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	5.032	17.803	22.835
De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(4.423)	(204)	(4.626)			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-	-			
Ações e outros títulos de rendimento variável	(4.423)	(204)	(4.626)			
De outros	-	-	-	-	-	-
Total	(4.423)	(204)	(4.626)	5.032	17.803	22.835

Durante o ano de 2018, foram registadas perdas de imparidade (líquidas de reversão), no montante de 4.626 Euros, em resultado da reversão do efeito da imparidade registada a 1 de janeiro de 2018 aquando da adoção da IFRS 9, a qual foi revertida aquando da venda dos ativos financeiros em carteira.

Em 2017, o registo destes montantes teve por base os critérios mencionados na Nota 2.2 e encontra-se detalhado no quadro abaixo.

O detalhe dos títulos sobre os quais foi registada imparidade é como segue:

Designação do título	ISIN	Unidade: Euros			
		Imparidade 31-12-2017	Aumento de imparidade	Redução de imparidade	Imparidade 31-12-2018
Ações e outros títulos de rendimento variável					
Aberdeen Eurozone Property FOF Class II A (1)	LU0396620352	495.843	-	495.843	-
Vision Escritorios Fundo	PTNOFAIM0008	35.387	-	35.387	-
Maxirent	PTMXR0IM0008	14.110	-	14.110	-
Total		545.340	-	545.340	-

Designação do título	ISIN	Unidade: Euros			
		Imparidade 31-12-2016	Aumento de imparidade	Redução de imparidade	Imparidade 31-12-2017
Ações e outros títulos de rendimento variável					
Aberdeen Eurozone Property FOF Class II A (1)	LU0396620352	473.008	22.835	-	495.843
Vision Escritorios Fundo	PTNOFAIM0008	35.387	-	-	35.387
Maxirent	PTMXR0IM0008	14.110	-	-	14.110
Total		522.505	22.835	-	545.340

Entre 2017 e 2018, a imparidade evoluiu como segue:

	Unidade: Euros	
	2018	2017
Saldo inicial	545.340	522.505
Reforço de imparidade	-	22.835
Libertação de imparidade/ Reserva de Reavaliação	(4.626)	-
Libertação de imparidade/ Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros (*)	(540.714)	-
Saldo final	-	545.340

(*) a reversão da imparidade encontra-se registada em Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas - Nota 11

De acordo com a IFRS9 a imparidade passou a ser calculada de forma prospetiva, conforme política contabilística 2.2. Nesta base, a imparidade incorrida, nos anos anteriores, foi refletida na mais/menos valia aquando da venda desses títulos.

Nota 14 – Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro

A rubrica de outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, decompõe-se como segue:

Unidade: Euros		
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	2018	2017
Outros rendimentos/ gastos técnicos		
Rendimentos	665	-
Outros rendimentos técnicos	665	-
Gastos	324	523
Comissões de gestão de co-seguro	324	523
Outros gastos técnicos	-	-
Total	341	(523)

Os movimentos ocorridos na rubrica - Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro, a 31 de dezembro de 2018 são referentes a comissões de co-seguro no valor de 324 Euros (523 Euros em 2017).

Nota 15 – Outros rendimentos/ gastos

A rubrica de outros rendimentos/gastos, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, decompõem-se como segue:

Unidade: Euros		
Outros rendimentos/gastos	2018	2017
Outros rendimentos/ gastos não técnicos		
Rendimentos	3.114	14.048
Excesso da estimativa de imposto	-	848
Correções de exercícios anteriores	1.606	12.039
Retenção de IRC sobre UP's de F.I.	-	888
Outros rendimentos não técnicos	1.508	274
Gastos	3.086	3.005
Oferta a clientes	-	-
Multas e penalidades	119	333
Correções de exercícios anteriores	2.717	1.194
Outros gastos não técnicos	251	1.477
Total	27	11.044

A rubrica de outros rendimentos/gastos não técnicos registaram em 2018 um montante de 27 Euros (11.044 Euros em 2017).

A rubrica que mais impacto teve em termos de rendimento foi a de "Correções de exercícios anteriores", (1.606 Euros em 2018 face a 12.039 Euros em 2017).

Nota 16 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

A rubrica caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem decompunha-se em 31 de dezembro de 2018 e 2017, como se segue:

	Unidade: Euros	
	2018	2017
Numerário	867	672
Depósitos à ordem	16.276.125	943.909
Total	16.276.992	944.581

Em depósitos à ordem estão refletidos, entre outros, os depósitos à ordem no Banco Santander Totta, S.A. no montante de 16.273.599 Euros (940.674 Euros em 2017).

Nota 17 – Instrumentos Financeiros

17.1. Inventário de participações e instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018, a Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A., não detém participações e instrumentos financeiros da Empresa, sendo o resumo da sua decomposição, em 2017, como segue:

	Unidade: Euros	
	2018	2017
Ativos disponíveis para venda	-	15.765.120
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	-
Total participações e instrumentos financeiros	-	15.765.120

17.2. Análise das classes de ativos financeiros não valorizados a justo valor

O justo valor dos ativos financeiros, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, pode ser analisado como segue:

	2018		2017	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	16.276.992	16.276.992	944.581	944.581
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	339.879	339.879	505.978	505.978
Total Ativos Financeiros	16.616.872	16.616.872	1.450.559	1.450.559

Tendo em conta que estes ativos são de curto prazo, com exceção dos empréstimos e contas a receber, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo à data de balanço.

17.3. Afetação dos investimentos e outros ativos

De acordo com as disposições legais vigentes, a Empresa é obrigada a afetar investimentos e outros ativos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pela ASF.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de investimentos apresentavam a seguinte composição de acordo com a respetiva afetação:

Unidade: Euros

	2018			2017		
	Seguro não vida	Não Afetos	TOTAL	Seguro não vida	Não Afetos	TOTAL
Caixa e equivalentes	12.546.138	3.730.855	16.276.992	544.389	400.192	944.581
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empresas conjuntas	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Ativos classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	13.917.374	1.847.746	15.765.120
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	1.482.439	1.482.439	-	2.070.132	2.070.132
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	2.488.009	207.692	2.695.701	-	-	-
Total	15.034.146	5.420.986	20.455.132	14.461.764	4.318.070	18.779.834

Nota 18 – Ativos disponíveis para venda e Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas

A rubrica ativa disponível para venda decompunha-se em 31 de dezembro de 2018 e 2017, como segue:

	Unidade: Euros	
	2018	2017
Ativos disponíveis para venda		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	15.349.345
De dívida pública	-	10.721.613
De outros emissores públicos	-	1.387.723
De outros emissores	-	3.240.009
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	415.775
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-
De dívida pública	-	-
De outros emissores públicos	-	-
De outros emissores	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-
Total	-	15.765.120

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	Unidade: Euros			
	2017			
Ativos disponíveis para venda	Custo Amortizado* /Custo de Aquisição	Variação de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço*
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	14.970.850	378.496	-	15.349.345
De dívida pública	10.407.852	313.762	-	10.721.613
De outros emissores públicos	1.366.378	21.345	-	1.387.723
De outros emissores	3.196.620	43.389	-	3.240.009
Ações e outros títulos de rendimento variável	940.445	20.670	545.340	415.775
Saldo a 31 de Dezembro de 2017	15.911.295	399.165	545.340	15.765.120

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda encontram-se detalhados na Nota 13.

De seguida encontram-se apresentados, para esta categoria de ativos financeiros, as valorizações por hierarquia do justo valor, prevista na IFRS 7, em 2017:

Unidade: Euros

	2017			
	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Total
Títulos de rendimento fixo	15.349.345	-	-	15.349.345
Títulos de rendimento variável	415.775	-	-	415.775
Total	15.765.120	-	-	15.765.120

Nota 19 – Outros ativos tangíveis

A rubrica - Outros ativos tangíveis, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresenta saldo nulo.

Nota 20 – Outros ativos intangíveis

A rubrica - Outros ativos intangíveis, decompunha-se, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, como segue:

Unidade: Euros

	Saldo inicial	Amortizações/ Imparidade	Saldo final 2018		
	Valor líquido	Reforço	Valor Bruto	Amortizações/ Imparidade	Valor líquido
Despesas com aplicações informáticas	45.312	39.733	899.807	894.228	5.578
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-
Total	45.312	39.733	899.807	894.228	5.578

Unidade: Euros

	Saldo inicial	Amortizações/ Imparidade	Saldo final 2017		
	Valor líquido	Reforço	Valor Bruto	Amortizações/ Imparidade	Valor líquido
Despesas com aplicações informáticas	106.027	60.715	899.807	854.495	45.312
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-
Total	106.027	60.715	899.807	854.495	45.312

A amortização do exercício do ativo intangível ascendeu ao montante de 39.733 Euros (60.715 Euros em 2017) o qual se encontra repartido por funções da seguinte forma:

	Unidade: Euros	
	2018	2017
Amortizações do exercício de ativos intangíveis		
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos - Montantes brutos	5.960	9.107
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	13.907	21.250
Gastos administrativos	18.476	28.233
Gastos financeiros		
Outros	1.391	2.125
Total	39.733	60.715

Nota 21 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro

As rubricas de Provisões técnicas, líquidas de resseguro decompunham-se, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, como se segue:

	2018			2017		
Provisões técnicas, líquidas de resseguro cedido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Provisão para prémios não adquiridos	1.695.664	369.822	1.325.842	3.480.342	965.402	2.514.940
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	3.422.790	469.294	2.953.497	3.485.862	430.751	3.055.110
<i>De vida</i>	-	-	-	-	-	-
<i>De acidentes de trabalho</i>	1.037.713	-	1.037.713	1.347.247	-	1.347.247
<i>De outros</i>	2.385.078	469.294	1.915.784	2.138.615	430.751	1.707.863
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-	-
Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	124.964	-	124.964	733.018	-	733.018
Provisão para riscos em curso	284.477	-	284.477	71.744	-	71.744
Outras provisões técnicas	-	-	-	-	-	-
Total	5.527.895	839.115	4.688.780	7.770.966	1.396.153	6.374.813

21.1. Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para prémios não adquiridos (PPNA), líquida de resseguro é analisada como segue:

Unidade: Euros

Provisão para prémios não adquiridos	2018			2017		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Acidentes e Doença	201.014	97.190	103.824	624.898	219.111	405.787
Incêndio e outros danos	363.700	151.743	211.958	1.346.565	589.382	757.183
Automóvel	1.002.417	-	1.002.417	1.320.047	-	1.320.047
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	4.563	4.144	419	30.562	12.816	17.746
Diversos	123.969	116.745	7.224	158.270	144.093	14.177
Total	1.695.664	369.821	1.325.842	3.480.342	965.402	2.514.940

Em relação à componente de seguro direto, a provisão para prémios não adquiridos (PPNA) refletida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD) é analisada como segue:

Unidade: Euros

Provisão para prémios não adquiridos - Seguro Direto	2018			2017		
	Prémios Não Adquiridos	Custos de Aquisição Diferidos	Provisão para Prémios Não Adquiridos	Prémios Não Adquiridos	Custos de Aquisição Diferidos	Provisão para Prémios Não Adquiridos
Acidentes e Doença	259.314	(58.300)	201.014	816.785	(191.888)	624.898
Incêndio e outros danos	400.037	(36.337)	363.700	1.472.224	(125.659)	1.346.565
Automóvel	1.110.950	(108.533)	1.002.417	1.463.046	(142.999)	1.320.047
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	5.167	(604)	4.563	34.665	(4.103)	30.562
Diversos	137.015	(13.046)	123.969	174.905	(16.635)	158.270
Total	1.912.483	(216.819)	1.695.664	3.961.625	(481.284)	3.480.342

Em relação à componente de resseguro cedido, a provisão para prémios não adquiridos (PPNA) refletida no ativo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD) é analisada como segue:

Unidade: Euros

Provisão para prémios não adquiridos - Resseguro Cedido	2018			2017		
	Prémios Não Adquiridos	Custos de Aquisição Diferidos	Provisão para Prémios Não Adquiridos	Prémios Não Adquiridos	Custos de Aquisição Diferidos	Provisão para Prémios Não Adquiridos
Acidentes e Doença	184.977	(87.788)	97.190	394.399	(175.287)	219.111
Incêndio e outros danos	210.174	(58.431)	151.743	816.258	(226.876)	589.382
Automóvel	-	-	-	-	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	5.526	(1.381)	4.144	17.087	(4.271)	12.816
Diversos	116.744	-	116.744	144.093	-	144.093
Total	517.421	(147.600)	369.821	1.371.837	(406.435)	965.402

21.2. Provisão para sinistros

A Provisão para sinistros, líquida de resseguro é analisada como segue:

Provisão para sinistros	2018			2017		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Acidentes e Doença	1.046.145	18.436	1.027.709	1.586.351	45.732	1.540.618
Incêndio e outros danos	480.254	159.241	321.014	703.302	383.581	319.720
Automóvel	1.896.391	290.966	1.605.425	1.192.579	-	1.192.579
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	651	(651)	3.630	1.438	2.192
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	3.422.790	469.294	2.953.497	3.485.862	430.751	3.055.110

No saldo da provisão para sinistros de Acidentes e Doença está incluído o montante de 669.681 Euros (838.207 Euros em 2017) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho.

O saldo da provisão para sinistros de seguro direto inclui uma provisão estimada no montante de 456.228 Euros (592.769 Euros em 2017) relativo a sinistros ocorridos ainda não reportados (IBNR).

O saldo da provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de 33.483 Euros (68.084 Euros em 2017) relativo a sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR).

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, conforme formato requerido pela ASF relativo ao Anexo 1, é analisado como segue:

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2017 (1)	Custos com Sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2018 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	-	-	-	-
Não Vida	3.485.862	1.856.894	1.268.080	(360.887)
Acidentes e Doença	1.586.351	526.802	694.800	(364.748)
Incêndio e Outros Danos	703.302	514.681	218.402	29.782
Automóvel	1.192.579	813.366	354.878	(24.335)
Responsabilidade Civil	910.825	672.368	326.168	87.711
Outras coberturas	281.754	140.998	28.710	(112.046)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	3.630	2.045	-	(1.585)
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	3.485.862	1.856.894	1.268.080	(360.887)

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2016 (1)	Custos com Sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2017 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	-	-	-	-
Não Vida	3.162.619	1.952.187	1.015.860	(194.572)
Acidentes e Doença	961.924	511.294	680.152	229.521
Incêndio e Outros Danos	807.655	425.616	76.589	(305.450)
Automóvel	1.388.227	1.014.279	259.119	(114.829)
Responsabilidade Civil	978.454	792.785	187.471	1.803
Outras coberturas	409.773	221.494	71.648	(116.632)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	4.813	999	-	(3.814)
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	3.162.619	1.952.187	1.015.860	(194.572)

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

21.3. Provisão para desvios de sinistralidade

A Provisão para desvios de sinistralidade, refletida no passivo, é analisada como segue:

Unidade: Euros

Provisão para desvios de sinistralidade	2018			2017		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Acidentes e Doença	-	-	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	124.964	-	124.964	733.018	-	733.018
Automóvel	-	-	-	-	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	124.964	-	124.964	733.018	-	733.018

21.4. Provisão para riscos em curso

A Provisão para riscos em curso, refletida no passivo, é analisada como segue:

Unidade: Euros

Provisão para riscos em curso	2018			2017		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Acidentes e Doença	1.208	-	1.208	1.491	-	1.491
Incêndio e outros danos	-	-	-	-	-	-
Automóvel	283.269	-	283.269	70.253	-	70.253
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	284.477	-	284.477	71.744	-	71.744

21.5. Prestação de informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e à adequação das provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros verificando-se, nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base atuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela seguradora, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

No que respeita aos prémios, importa referir que os mesmos estão em conformidade com as bases técnicas das modalidades a comercializar pela seguradora, tendo a sua determinação obedecido às regras estabelecidas nos n.º 3 e 4 do artigo 68º do decreto-lei n.º 251/2003, de 14 de outubro, concluindo-se, para o exercício de 2018, pela adequação das tarifas e conseqüentemente dos prémios.

Relativamente às provisões, as mesmas são calculadas contrato a contrato, segundo um método atuarial prudente e que considere o método de avaliação dos ativos que as represente. Para o exercício de 2018, as tarifas comercializadas revelam-se adequadas, assim como as provisões técnicas.

Os mapas demonstrativos da situação de representação das provisões técnicas a 31 de dezembro de 2018, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, evidenciam um total de provisões técnicas de 5.744.714 Euros (8.252.249 Euros em 2017) e um total de ativos a representar as referidas provisões de 9.799.333 Euros (14.461.764 Euros em 2017). As responsabilidades da Empresa encontravam-se cobertas a 31 de dezembro de 2018 em 170,58% (175,25% em 2017).

A representação da distribuição das provisões técnicas por carteira, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, era a seguinte:

Unidade: Euros		
Provisões / Passivos Financeiros (*)	2018	2017
Provisões técnicas e passivos financeiros de seguros de vida e operações de capitalização excluindo as provisões e passivos financeiros relativos a seguros e operações ligados a fundos de investimento e os enquadrados no regime de fundos de poupança	-	-
Provisão matemática e Provisão para compromissos de taxa relativas a seguros ligados a fundos de investimento	-	-
Provisões técnicas e passivos financeiros de seguros de vida enquadrados no regime de fundos de poupança excluindo os seguros ligados a fundos de investimento	-	-
Provisão e passivos financeiros de seguros ligados a fundos de investimento, enquadrados no regime de fundos de poupança	-	-
Provisão e passivos financeiros de seguros e operações ligadas que não sejam qualificados como "Não Normalizados"	-	-
Provisão e passivos financeiros de seguros e operações ligadas que não sejam qualificados como "Não Normalizados" apenas pelo facto de já se encontrarem em comercialização à data de divulgação da Norma n.º 13/2003-R (n.º 7 do artigo 10.º)	-	-
Provisão e passivos financeiros de seguros e operações ligadas que sejam qualificados como "Não Normalizados"	-	-
Provisões Técnicas do seguro de Acidentes de Trabalho	1.099.938	1.402.487
Provisões Técnicas e passivos financeiros dos Ramos Não Vida, excluindo as relativas ao seguro de Acidentes de Trabalho	4.644.776	6.849.762
Total	5.744.714	8.252.249

(*) Provisões técnicas sem dedução dos custos de aquisição diferidos

Nota 22 – Outros devedores e credores por operações de seguros e outras operações

22.1 Ativo e Ajustamentos

A rubrica - Outros devedores por operações de seguros e outras operações, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, desagrega-se como segue:

	Unidade: Euros	
	2018	2017
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		
Contas a receber por operações de seguro direto	303.539	467.644
Tomadores de Seguros - Recibos por Cobrar	212.937	380.898
Reembolsos de Sinistros	86.058	69.961
Contas correntes de co-seguro	1.879	16.645
Contas correntes de co-seguro	2.664	140
Contas a receber por outras operações de resseguro	248	28.712
Resseguradores	248	28.712
Ressegurados	-	-
Contas a receber por outras operações	36.093	9.621
Total	339.879	505.978

A Empresa procedeu ao cálculo do ajustamento de recibos por cobrar de acordo com o definido na política contabilística 2.2. e), no entanto, não foi apurado qualquer montante a registar contabilisticamente.

Os reembolsos exigidos relativamente às prestações efetuadas em consequência de sinistros ocorridos e ainda não recebidos (IDS) eram, em 31 de dezembro de 2018, no montante de 86.058 Euros (69.961 Euros em 2017).

22.2 Passivo

A rubrica Outros credores por operações de seguros e outras operações, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, desagrega-se como segue:

	Unidade: Euros	
	2018	2017
Outros credores por operações de seguros e outras operações		
Contas a pagar por operações de seguro direto	168.259	169.713
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	12.175	16.085
Tomadores de seguro (prémios recibos antecipadamente)	40.070	40.753
Mediadores de seguros	90.887	87.742
Contas correntes de co-seguro	25.127	25.133
Reembolsos de Sinistros	-	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	284.897	532.799
Resseguradores	284.897	532.799
Ressegurados	-	-
Contas a pagar por outras operações	2.022.993	215.160
Prestadores de Serviços	10.955	198.173
Comissões de Intermediação	-	-
Operações a Liquidar	-	-
Outros valores a pagar	2.012.039	16.987
Total	2.476.149	917.671

No âmbito, da venda do ramo autónomo de negócio dos seguros do ramo não vida mediados pelo ex-Banco Popular, com exceção dos ramos Auto e Empresas, à Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A., foi registado um adiantamento de 1.960.784 euros que se encontra refletido na conta de Outros Credores por operações de seguros e outras operações – Contas a pagar por outras operações – Outros valores a pagar. Verificar adicionalmente o referido na Nota 26.

Nota 23 – Ativos e passivos por impostos

A Empresa está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

As declarações de autoliquidação da Empresa ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante o período de quatro anos, o qual é alargado para seis anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das Demonstrações Financeiras.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2018 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21% (21% em 2017), aplicável à matéria coletável da Empresa. A derrama municipal aplicável ao lucro tributável ascendeu a 1,5% (1,5% em 2017).

23.1. Decomposição de ativos e passivos por impostos

As rubricas Ativos e Passivos por Impostos, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, decompõem-se como segue:

	Unidade: Euros	
	2018	2017
Ativos por Impostos		
Ativos por impostos correntes	187.397	-
Imposto sobre rendimento	187.397	-
Ativos por impostos diferidos	53.789	122.690
Total	241.186	122.690
Passivos por Impostos		
Passivos por impostos correntes	128.311	204.597
Imposto sobre o rendimento	-	-
Retenção de imposto na fonte	1.591	1.789
Imposto de selo	65.974	92.293
Outros impostos e taxas	60.745	110.515
Passivos por impostos diferidos	-	89.812
Total	128.311	294.409

Em 2017, a Popular Seguros, através da sua acionista (Ex. Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.) fez parte de um Grupo Fiscal ao abrigo do Regime Especial dos Grupos de Sociedades (RETGS), no qual o EX. Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tinha sido designado como sociedade dominante do grupo.

Em 2018, com a incorporação por fusão da Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A., este Grupo Fiscal deixou de estar ao abrigo do Regime Especial dos Grupos de Sociedades (RETGS).

A Popular Seguros apresenta um Resultado líquido antes de impostos positivo no montante de 286.113 euros, no entanto, devido à reversão da imparidade dos Ativos financeiros aquando da venda das carteiras, a Empresa passou a ter prejuízo fiscal, no montante de 256.140 euros pelo que foi constituído o imposto diferido ativo correspondente, no montante de 68.900 euros.

Os movimentos relevantes de ativos e passivos por impostos diferidos encontram-se descritos abaixo.

23.2. Decomposição dos principais componentes de gasto de impostos

Os principais componentes de gastos de impostos foram os seguintes:

(a) Em 31 de dezembro de 2018 não se estimou imposto corrente sobre o rendimento do exercício uma vez que a Popular apresentava prejuízo fiscal (190.440 Euros em 2017) pelo que se apurou um imposto diferido ativo no montante de 53.789 Euros (-5.138 Euros em 2017).

(b) Anexa-se o quadro ilustrativo com o efeito dos impostos diferidos nas rubricas de ativo, passivo, capital próprio e resultados:

	Unidade: Euros			
	Saldo de Balanço em 2017	Movimento do período		Saldo de Balanço em 2018
		Reconhecido em Resultados	Reconhecido em Reservas	
Ativos por impostos diferidos	122.690	-	122.690	53.789
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
Ajustamentos de transição	-	-	-	-
Imparidade ativos disponíveis para venda	122.690	-	122.690	-
Ajustamentos em recibos por cobrar e provisões não técnicas	-	-	-	-
Prejuzos fiscais	-	(53.789)	-	53.789
Passivos por impostos diferidos	89.812	-	89.812	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	89.812	-	89.812	-
Ajustamentos de transição	-	-	-	-
Impostos diferidos líquidos	32.878	-	32.878	53.789

	Unidade: Euros			
	Saldo de Balanço em 2016	Movimento do período		Saldo de Balanço em 2017
		Reconhecido em Resultados	Reconhecido em Reservas	
Ativos por impostos diferidos	125.838	(5.138)	8.286	122.690
Ativos financeiros disponíveis para venda	8.286	-	8.286	-
Ajustamentos de transição	-	-	-	-
Imparidade ativos disponíveis para venda	117.552	(5.138)	-	122.690
Ajustamentos em recibos por cobrar e provisões não técnicas	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos	-	-	(89.812)	89.812
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(89.812)	89.812
Ajustamentos de transição	-	-	-	-
Impostos diferidos líquidos	125.838	(5.138)	98.098	32.878

Em 2018, o ativo por imposto diferido, no valor de 53.789 Euros foi calculado com base no prejuízo fiscal apurado no exercício.

O ativo por impostos diferidos, no valor de 122.690 Euros, em 2017, corresponde ao efeito fiscal sobre as perdas por imparidade de ativos financeiros, no montante de 545.340 Euros. O passivo por impostos diferidos, no montante de 89.812 Euros, correspondia ao efeito fiscal sobre a valorização dos ativos disponíveis para venda no montante de 399.165 Euros (desvalorização).

23.3. Explicação do relacionamento entre o gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico

A reconciliação da taxa efetiva de imposto está indicada no quadro seguinte:

		Unidade: Euros	
Reconciliação da taxa efetiva de imposto		2018	2017
Resultado antes de Imposto		286.113	822.855
Taxa de imposto nominal (IRC mais Derrama)	22,5% (2017: 22,5%)	64.375	185.142
Custo do IRC		68.900	185.302
Imposto corrente		-	190.440
Imposto diferido		68.900	(5.138)
Diferença entre taxa nominal e efetiva		(4.525)	(160)
Taxa efetiva		24,08%	22,52%
Ajustamentos fiscais no exercício		(542.253)	160
Correções de impostos de exercícios anteriores		2.717	269
Outros		370	(109)
Reversão de perdas por imparidade tributadas		(545.339)	-
Crédito fiscal extraordinário ao investimento		-	-
Alteração de estimativa em impostos diferidos		-	-
Total de diferenças no exercício		(542.253)	160

23.4. Indicação separada do imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens que sejam debitados ou creditados no capital próprio

A reserva por impostos diferidos está relacionada com a Reserva de Reavaliação associada aos ativos valorizados ao justo valor através de reservas, registada em Capital Próprio, a qual não apresenta valor a 31 de dezembro de 2018, uma vez que, foram alienados todos os ativos financeiros da Empresa (menos 399.165 Euros em 2017).

O quadro seguinte mostra o imposto calculado sobre as rubricas de capital próprio (variação do ano):

		Unidade: Euros	
		2018	2017
Saldo inicial		(89.812)	8.286
Imposto corrente		-	-
Imposto diferido		89.812	(98.098)
Imposto sobre prejuízo fiscal apurado		-	-
Var. Res. de Reavaliação de carteiras de seguro não-vida e não afetas		89.812	(98.098)
Saldo final		-	(89.812)

Nota 24 – Acréscimos e diferimentos

A rubrica de acréscimos e diferimentos no passivo, a 31 de dezembro de 2018, apresenta um valor de 174.985 Euros (182.475 Euros em 2017). Deste valor, 25.758 Euros (27.258 Euros em 2017) respeitam aos honorários dos Órgãos Sociais, 40.445 Euros (37.985 Euros em 2017) a serviços de Consultoria e Auditoria e 64.267 Euros (96.962 Euros em 2017) a comissões variáveis devidas a mediadores.

Nota 25 – Outros passivos financeiros

A rubrica - Outros Passivos Financeiros – Depósitos recebidos de resseguradores, a 31 de dezembro de 2018, apresenta um valor de 87.936 Euros (174.061 Euros em 2017) referente a Depósitos recebidos de resseguradores. Os depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

Nota 26 – Ativos e Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda

No dia 21 de dezembro, a Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. no âmbito da parceria existente entre o Grupo Santander Totta Seguros e a *Aegon Spain Holding B.V.* e após a operação de aquisição e fusão da ex-Eurovida na Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. ocorrida a 1 de outubro de 2018, assinou um acordo de transferência de Ativos e Passivos como um “going concern” (trespasse) com Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. e a Aegon Spain Holding B.V.. Neste acordo, está prevista a venda do ramo autónomo de negócio dos seguros do ramo não vida, constituído pelas apólices vivas distribuídas pelo canal ex-Banco Popular, com exceção das apólices do ramo auto e do ramo patrimoniais de empresas. Ainda neste âmbito, a Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. efetuou um adiantamento no montante de 1.960.784 euros e a Popular Seguros refletiu os ativos e passivos subjacentes, nas rubricas Ativos e Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda, como segue:

Unidade: Euros

2018

ATIVO

Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.793.356
Provisões técnicas de resseguro cedido	713.143
Provisão para prémios não adquiridos	367.518
Provisão para sinistros	345.625
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	58.416
Contas a receber por operações de seguro direto	58.276
Contas a receber por outras operações	141
Acréscimos e diferimentos	130.786
Total Ativo	2.695.701

PASSIVO

Provisões técnicas	2.398.943
Provisão para prémios não adquiridos	987.808
Provisão para sinistros	723.052
De acidentes de trabalho	235.263
De outros ramos	487.788
Provisão para desvios de sinistralidade	688.084
Provisão para riscos em curso	-
Outros passivos financeiros	14.316
Outros credores por operações de seguros e outras operações	266.150
Contas a pagar por operações de seguro direto	84.637
Contas a pagar por outras operações de resseguro	181.513
Acréscimos e diferimentos	16.292
Total Passivo	2.695.701

Salientamos, que o valor do adiantamento, corresponde ao justo valor do ramo autónomo de negócio dos seguros do ramo não vida mediados pelo Banco Popular, entretanto integrado por fusão no BST, com exceção dos ramos Auto e Empresas, à data de 1 de novembro de 2018, data de referência utilizada para o efeito. Aquando da transferência efetiva, será recalculado o novo justo valor do ramo autónomo de negócio dos seguros do ramo não vida mediados pelo Banco Popular, entretanto integrado por fusão no BST, com exceção dos ramos auto e empresas e efetuado o respeito acerto do preço de compra e do valor final da mais valia a registar pela Popular Seguros.

No seguimento da operação descrita anteriormente, a Popular Seguros efetuou a reclassificação contabilística de todos os ativos e passivos afetos a estes ramos autónomos de Negócio para as linhas de "Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas" e "Passivos de um grupo detidos para alienação classificados como detidos para venda", respetivamente.

Dada a dificuldade de imputação dos custos de estrutura aos referidos ramos autónomos de negócio e uma vez que a transação não envolve a venda integral dos segmentos de negócio da Popular Seguros, mantendo-se na Companhia as apólices comercializadas pelas redes Não Santander bem como os ativos e passivos associados, não foi destacado o respetivo resultado líquido associado. Contudo, o saldo técnico estimado para 2018, sem considerar a mencionada imputação de custos é de 825.703 euros o que compara com o valor de 1.779.596 euros, correspondente ao saldo técnico referente ao exercício de 2018, sem ramos automóvel e antes da imputação de custos.

Salientamos ainda, que esta operação foi tratada no âmbito da IFRS 5 (pontos 5, 6 e 7), visto cumprir os seguintes requisitos:

- os valores escriturados virem a ser recuperados através da operação de alienação e não pelo uso contínuo dos ativos e passivos subjacentes;

- os ativos e passivos encontram-se disponíveis para alienação, sendo que a sua transferência está condicionada à verificação de cláusulas consideradas como normais para o tipo de operação em causa, onde se considera como pouco provável que qualquer uma destas não seja verificada;
- a Gestão delineou um plano com a respetiva contraparte para o cumprimento das condições previstas no *signing*, de forma a garantir a venda efetiva dos ativos e passivos em causa nos prazos previstos.

Nota 27 – Capital Próprio

27.1. Capital

A adequação do capital é definida de forma a incorporar uma margem considerada adequada face ao mínimo requerido legalmente para absorver até determinado limite, perdas resultantes das alterações nas taxas de juro e à desvalorização de instrumentos de capital e unidades de participação, assim como perdas inesperadas não representadas pelas provisões técnicas.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da **POPULAR SEGUROS**, era integralmente detido pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S. A. e encontrava-se representado por 1.500.000 ações nominativas com o valor nominal de 5 Euros cada, as quais estavam, naquela data, inteiramente pagas.

A composição do Capital Social e os seus detentores para os anos de 2018 e 2017 foi como segue:

	2018			2017		
	Nº de ações	Valor	%	Nº de ações	Valor	%
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	1.500.000	7.500.000	100%	1.500.000	7.500.000	100%
Total	1.500.000	7.500.000	100%	1.500.000	7.500.000	100%

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (resultado líquido do exercício, após dedução dos dividendos preferenciais) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Empresa.

	Unidade: Euros	
	2018	2017
Lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário	217.213	637.552
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação	1.500.000	1.500.000
Resultado por Ação básico	0,145	0,425

Não foram distribuídos dividendos em 2018 relativamente ao exercício de 2017.

27.2. Reservas

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Em 31 de dezembro de 2017, as reservas de reavaliação decompunham-se como segue:

Unidade: Euros

	2017			
	Custo amortizado/ Custo de aquisição	Imparidade acumulada reconhecida	Varição do Justo Valor	Reserva de reavaliação **
Ativos financeiros disponíveis para venda	15.911.295	545.340	(146.174)	399.165
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	14.970.850	-	378.496	378.496
De dívida pública	10.407.852	-	313.762	313.762
De outros emissores públicos	1.366.378	-	21.345	21.345
De outros emissores	3.196.620	-	43.389	43.389
Ações e outros títulos de rendimento variável	940.445	545.340	(524.670)	20.670
Total	15.911.295	545.340	(146.174)	399.165

* Inclui o valor dos juros decorridos

** Ver reconciliação com a reserva de reavaliação no quadro abaixo

A movimentação da reserva de reavaliação durante os exercícios de 2018 e 2017 foi como segue:

Unidade: Euros

	Saldo em 2017	Movimento do período			Saldo em 2018
		Imparidade	Varição do Justo Valor	Amortização da Reserva de reavaliação	
Ativos financeiros disponíveis para venda	399.165	(4.626)	(394.539)	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	378.496	(4.626)	(373.870)	-	-
De dívida pública	313.762	-	(313.762)	-	-
De outros emissores públicos	21.345	-	(21.345)	-	-
De outros emissores	43.389	(4.626)	(38.763)	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	20.669	-	(20.669)	-	-
Total de reservas de reavaliação	399.165	(4.626)	(394.539)	-	-

Unidade: Euros

	Saldo em 2016	Movimento do período			Saldo em 2017
		Imparidade	Varição do Justo Valor	Amortização da Reserva de reavaliação	
Ativos financeiros disponíveis para venda	(36.827)	22.835	413.157	-	399.165
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	(56.719)	-	435.214	-	378.496
De dívida pública	(147.110)	-	460.871	-	313.762
De outros emissores públicos	8.335	-	13.011	-	21.345
De outros emissores	82.057	-	(38.668)	-	43.389
Ações e outros títulos de rendimento variável	19.891	22.835	(22.057)	-	20.669
Total de reservas de reavaliação	(36.827)	22.835	413.157	-	399.165

Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios, nesta rubrica. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os movimentos ocorridos na reserva de impostos estão indicados no quadro da Demonstração de Variação dos Capitais Próprios.

Outras Reservas

Nesta rubrica, a Empresa tem registado a Reserva Legal que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as reservas decompunham-se como segue:

Unidade: Euros		
Reservas	2018	2017
Outras reservas		
Reserva Legal	423.605	359.850
Reservas Livres	-	-
Total	423.605	359.850

A descrição dos movimentos ocorridos nas reservas dentro do capital próprio encontra-se expressa na Demonstração de Variação de Capitais Próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras.

27.3. Resultados transitados

Em 31 de dezembro de 2018, esta rubrica ascendia ao montante de 1.223.336 Euros, enquanto em 2017 o montante era de 633.496 euros. Por decisão dos acionistas, em 2017, não foram distribuídos dividendos. Os movimentos ocorridos nos resultados transitados estão indicados no quadro da Demonstração de Variação dos Capitais Próprios.

Nota 28 – Transações com partes relacionadas

28.1. Indicação do nome da empresa-mãe e da empresa-mãe do topo da Empresa

A empresa mãe do topo do Grupo é o Santander Totta SGPS, S.A. sendo a empresa-mãe da Popular Seguros a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.

Os acionistas, com mais de 10% do Capital Social encontram-se discriminados no quadro abaixo:

Empresa	Percentagem 2018	Percentagem 2017
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	100%	100%

28.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe, filiais e partes relacionadas

Os saldos e transações, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, entre as empresas do Grupo, associadas e partes relacionadas resumem-se como segue:

	Unidade: Euros			
	2018			
	Balanço		Conta de Ganhos e Perdas	
	Ativo	Passivo	Gastos	Rendimentos
Banco Santander Totta, S.A.				
Depósito à ordem	18.067.193	-	-	-
Juros DP e Títulos de Dívida	-	-	-	1.126
Outros devedores e credores	-	1.960.784	-	-
Renda Predial	-	-	17.776	-
Comissões pagas a mediadores	-	146.176	-	-
Comissões de intermediação	-	-	522.628	-
Comissões de cobranças de prémios	-	-	63.484	-
Comissões de guarda de valores - Custódia	-	-	4.366	-
Comissões - Outros serviços	-	-	10.824	-
Total	18.067.193	2.106.960	619.078	1.126
Unidade: Euros				
2017				
Balanço		Conta de Ganhos e Perdas		
Ativo	Passivo	Gastos	Rendimentos	
Banco Santander Totta, S.A.				
Depósito à ordem	940.674	-	-	-
Juros DP e Títulos de Dívida	-	-	-	3.828
Renda Predial	-	-	42.662	-
Comissões de intermediação	-	-	587.692	-
Comissões de cobranças de prémios	-	-	74.254	-
Comissões de guarda de valores - Custódia	-	-	5.641	-
Comissões - Outros serviços	-	-	10.801	-
Total	940.674	-	721.050	3.828
Eurovida - Companhia de Seguros, S.A.				
Fornecimentos e Serv. Externos - Cedência de Pessoal	-	-	229.128	-
Total	-	-	229.128	-
Popular Gestión S.G.I.I.C., S.A.				
Total	-	-	-	-

Nota 29 – Gestão de riscos

O Sistema de Gestão de Riscos é suportado por uma estrutura organizacional adequada à dimensão, à atividade e ao nível de complexidade da Empresa, tendo em consideração a natureza e especificidade dos riscos que a mesma pretende assumir, sob as orientações definidas pelo Órgão de Administração.

Os objetivos do Sistema de Gestão de Riscos são de identificação, avaliação, mitigação, monitorização e controlo dos riscos a que a Empresa se encontra exposta, interna e externamente, assegurando que os mesmos se mantêm a um nível que não afete significativamente a sua situação financeira nem os interesses dos credores e acionistas.

Para assegurar a mitigação ou controlo dos riscos, a Empresa tem definidas as funções de Atuariado, Compliance, Controlo Interno e Gestão de Riscos e conseqüentemente, os processos e controlos associados a cada tipo de risco.

Atuariado

A função de atuariado tem como missão a otimização dos limites de retenção de riscos, através de planos de resseguro e a obtenção de reservas adequadas, ajudando a definir a forma de investimento dos recursos que dão cobertura a essas reservas.

A Função de Atuariado tem como responsabilidades:

- Coordenar o cálculo das responsabilidades;
- Desenvolvimento dos produtos e de seus respetivos preços e critérios de subscrição.
- Assegurar, através de estudos adequados, que os métodos e os pressupostos de cálculo utilizados na avaliação das responsabilidades são adequados;
- Avaliar a suficiência e a qualidade da informação utilizada;
- Informar a Administração da adequação do cálculo das responsabilidades;
- Expressar uma opinião sobre a gestão dos riscos específicos;
- Contribuir para uma efetiva implementação do sistema de gestão de riscos.

Compliance

O Compliance tem como principal objetivo promover uma cultura orientada para o cumprimento das obrigações legais e regulamentares na empresa, com vista a minimizar o risco de incorrer em sanções legais ou regulamentares, financeiras ou de reputação.

Nesta base, as suas principais competências e tarefas resumem-se a:

- Identificar as necessidades de compliance da empresa e implementar e manter um sistema que permita avaliar o risco de incumprimento;
- Garantir a ligação com as entidades de supervisão, no âmbito da receção e análise de requisitos de Compliance;
- Assegurar a elaboração, manutenção e divulgação do manual de Compliance.

Controlo interno

O principal objetivo do Sistema de Controlo Interno é o de promover uma cultura orientada para o Controlo Interno, identificando oportunidades de melhoria que contribuam para a redução do risco e a promoção da qualidade e da eficiência das práticas, conduzindo ao reconhecimento de valor por parte da empresa.

Nesta base, as suas principais competências e tarefas resumem-se a:

- Definir políticas concretas de controlo interno e assegurar a implementação de procedimentos eficazes e adequados, aplicáveis em toda a estrutura organizacional, em linha com as orientações definidas e enquadrados nas atividades diárias da Empresa de Seguros;
- Desenvolver os mecanismos de monitorização para verificar, de forma regular, o cumprimento das políticas e procedimentos de controlo, avaliar a adequação e eficácia do sistema de controlo interno implementado e possibilitar a correção de quaisquer falhas e/ou fragilidades detetadas;
- Definir, aprovar e rever os requisitos de periodicidade e conteúdo do reporte interno relativo à eficácia e adequação do sistema de controlo interno implementado, por forma a possibilitar a avaliação do cumprimento dos objetivos definidos e a facilitar a melhoria do próprio sistema.

Gestão de riscos

A Gestão de Risco tem como principal objetivo garantir que é efetuada a identificação, a avaliação e a mitigação dos riscos a que a empresa de seguro se encontra exposta e assegurar a existência dos mecanismos necessários para a sua monitorização e controlo.

Nesta base, as suas principais competências e tarefas resumem-se a:

- Definir políticas concretas de aceitação e gestão dos riscos a que as empresas de seguros estão expostas, através da implementação de procedimentos eficazes e adequados;
- Desenvolver e implementar a metodologia de determinação do nível de capital adequado aos riscos e da sua afetação às áreas de negócio/risco;
- Desenvolver os mecanismos de monitorização para verificar, de forma regular, o cumprimento dos níveis de tolerância ao risco e das políticas e procedimentos de gestão de riscos e avaliar a sua eficácia e contínua adequação à atividade das empresas de seguros, no sentido de possibilitar a correção de quaisquer falhas e/ou fragilidades detetadas;
- Definir e rever procedimentos de reporte, periódico e extraordinário, no sentido de ser disponibilizada, aos intervenientes e funções apropriadas, informação sobre a eficácia e adequação do sistema de gestão de risco.

Uma Empresa de Seguros está exposta a uma diversidade de riscos através dos seus ativos financeiros, ativos de resseguro e passivos. O risco financeiro chave, que uma Seguradora está exposta, corresponde à potencial incapacidade desta não cumprir com as suas responsabilidades, ou seja, os rendimentos gerados pelos ativos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes dos contratos de seguros.

A Empresa considera fundamental a manutenção de um adequado sistema de gestão de riscos, garantindo assim que o negócio seja sólido e de crescimento sustentado, conhecendo a natureza e significância dos riscos a que se encontra exposta.

A Empresa identifica como principais riscos, os seguintes:

- **Risco de Crédito:** Risco de incumprimento (*default*) ou de alteração na qualidade creditícia (*rating*) dos emitentes de valores mobiliários aos quais a empresa de seguros está exposta, bem como dos devedores, prestatários, mediadores, tomadores de seguro e resseguradoras que com ela se relacionam;
- **Risco de Mercado:** Deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos ativos e resulta da exposição a movimentos em variáveis financeiras como o preço das ações, taxas de juro, taxas de

câmbio ou preços de *commodities* (ex: crude). Inclui ainda a exposição de produtos derivados (opções e futuros) a variações no preço do ativo subjacente e está também fortemente relacionado com o risco de disparidade entre ativos e passivos;

- **Risco específico de Seguro:** As Empresas de Seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificam na categoria do Risco Específico de Seguros. Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro;

- **Risco de Liquidez:** Risco de exposição a perdas na eventualidade de existirem poucos ativos com liquidez para cumprir os pagamentos das responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas;

- **Risco Operacional:** Risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas, e ao não cumprimento de normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em outsourcing e no plano de continuidade do negócio;

- **Risco de Reputação:** Este risco pode ser definido como risco da Empresa incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionista ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral;

- **Risco Estratégico:** O risco estratégico pode ser definido como o risco do impacto atual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas, implementação imprópria de decisões ou falta de capacidade de resposta às alterações ocorridas no mercado.

29.1. Risco de Crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais. O risco de crédito está, essencialmente, presente na carteira de investimentos. No entanto, as dívidas a receber resultantes de cobranças e resseguro também estão expostos a risco de crédito.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a exposição máxima ao risco de crédito da Empresa apresenta a seguinte composição:

	Unidade: Euros	
Valor contabilístico líquido (*)	2018	2017
Depósitos à ordem	18.070.348	944.581
Ativos disponíveis para venda	-	15.765.120
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	-
Outros devedores	398.296	505.978
Exposição máxima ao risco de crédito	18.468.644	17.215.679

(*) Não foi refletida a transferência dos ativos e passivos espelhados na nota 26

A gestão do risco de crédito na Popular Seguros, associada à possibilidade de incumprimento da contraparte (ou à variação do valor de um dado ativo, face à degradação da qualidade do risco da contraparte), assenta na regular monitorização e análise da exposição da sua carteira de investimentos, através de relatórios mensais de riscos financeiros.

A existência de limites internos de exposição por notação de risco de crédito, por tipo de carteira de seguros, permite mitigar os riscos associados e manter a exposição dentro de limites consideráveis como aceitáveis pela gestão da Empresa.

Risco de concentração por classe de ativos

A desagregação da carteira da Popular Seguros, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, pode ser vista como segue:

Investimentos	2018		2017		Unidade: Euros
		%		%	Var. % 18/17
Depósitos à ordem	18.070.348	100%	944.581	6%	1813%
Outros depósitos	-	-	-	-	-
Operações a liquidar	-	-	-	-	-
Empréstimos concedidos	-	-	-	-	-
Títulos de rendimento fixo	-	-	15.349.345	92%	-100%
Partes de capital em filiais e associadas	-	-	-	-	-
Ações	-	-	-	-	-
Fundos de investimento	-	-	415.775	2%	-100%
Derivados detidos para negociação	-	-	-	-	-
Outros títulos	-	-	-	-	-
Total	18.070.348	100%	16.709.701	100%	8%

Em 2018, a carteira da Popular Seguros tem 100% de exposição ao mercado monetário, enquanto que em 2017, a carteira apresenta a maior exposição aos títulos de rendimento fixo com 92%, seguido do mercado monetário 6% e de fundos de investimento com 2%, distribuição semelhante à registada no ano anterior.

Risco de concentração por emitente

Regularmente, e com base nas notações de risco de crédito publicadas por algumas das principais agências internacionais (Standard & Poor's, Moody's Fitch e DBRS), é calculada a percentagem de exposição da carteira de investimentos por notação, monitorizadas as respetivas alterações de notação por título, acompanhamento dos outlook, graus de subordinação e o devido cumprimento dos limites estabelecidos pela gestão.

Em relação à exposição ao risco de crédito dos títulos de rendimento fixo, a carteira de investimentos da Empresa apresenta as seguintes exposições, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Rating	Alocação por Rating	Alocação por Rating Acumulada	Variação face a 2017 (alocação)	Peso da Carteira 2018
AAA	0,0%	0,0%	-2,0 p.p.	0,0%
AA	0,0%	0,0%	-11,3 p.p.	0,0%
A	0,0%	0,0%	-77,2 p.p.	0,0%
BBB	0,0%	0,0%	-0,6 p.p.	0,0%
BB	0,0%	0,0%	-7,5 p.p.	0,0%
Outros *	0,0%	0,0%	0,0 p.p.	0,0%

* Corresponde a títulos com notação inferior a BB e sem rating

Rating	Alocação por Rating	Alocação por Rating Acumulada	Variação face a 2016 (alocação)	Peso da Carteira 2017
AAA	1,3%	1,3%	-4,7 p.p.	1,2%
AA	2,0%	3,3%	-6,3 p.p.	1,8%
A	11,3%	14,7%	-2,9 p.p.	10,3%
BBB	77,2%	91,9%	52,3 p.p.	70,5%
BB	0,6%	92,5%	-45,2 p.p.	0,5%
Outros *	7,5%	100,0%	6,8 p.p.	6,9%

* Corresponde a títulos com notação inferior a BB e sem rating

No ano de 2018, a Popular Seguros não possui na sua carteira títulos de rendimento fixo.

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a carteira de investimentos da Empresa apresenta a seguinte composição em termos de maturidade (anos):

Rating / Maturidade						2018	
	< 3	< 5	< 7	< 10	>=10	Total em %	Total em Valor
Activos disponíveis para venda							
AAA	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
AA	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
A	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
BBB	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
< =BB	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Unrated (NR)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Total (em %)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Total (em valor)							-

Unidade: Euros

Rating / Maturidade						2017	
	< 3	< 5	< 7	< 10	>=10	Total em %	Total em Valor
Activos disponíveis para venda							
AAA	0,0%	1,2%	0,0%	0,0%	0,0%	1,2%	206.368
AA	0,0%	0,0%	1,8%	0,0%	0,0%	1,8%	306.089
A	0,6%	4,3%	4,8%	0,6%	0,0%	10,3%	1.739.982
BBB	2,4%	8,9%	32,5%	26,7%	0,0%	70,5%	11.849.799
< =BB	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%	91.333
Unrated (NR)	0,6%	4,4%	1,8%	0,0%	0,0%	6,9%	1.155.774
Total (em %)	4,2%	18,8%	40,9%	27,3%	0,0%	91,3%	
Total (em valor)							15.349.345

* "Contas a receber" é uma sub-rubrica da rubrica do balanço "Empréstimos e contas a receber"

Risco de concentração por risco País/Zona Geográfica

Em relação à exposição por Zona Geográfica os títulos de rendimento fixo da carteira de investimentos da Empresa apresentam as seguintes exposições, em relação à carteira total, a 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Zona Geográfica	Peso em Carteira 2018	Peso em Carteira 2017	Variação
Portugal	0,0%	52,0%	-52,0 p.p.
Espanha	0,0%	29,0%	-29,0 p.p.
Irlanda	0,0%	3,6%	-3,6 p.p.
Alemanha	0,0%	2,4%	-2,4 p.p.
Reino Unido	0,0%	2,4%	-2,4 p.p.
Itália	0,0%	1,9%	-1,9 p.p.
França	0,0%	1,8%	-1,8 p.p.
Países Baixos	0,0%	1,3%	-1,3 p.p.
Estados Unidos da América	0,0%	1,2%	-1,2 p.p.
Austrália	0,0%	1,2%	-1,2 p.p.
Polónia	0,0%	0,6%	-0,6 p.p.
União Europeia*	0,0%	0,0%	0,0 p.p.
Suécia	0,0%	0,0%	0,0 p.p.
República Checa	0,0%	0,0%	0,0 p.p.
Canadá	0,0%	0,0%	0,0 p.p.
Bélgica	0,0%	0,0%	0,0 p.p.
Suíça	0,0%	0,0%	0,0 p.p.
Finlândia	0,0%	0,0%	0,0 p.p.
Brasil	0,0%	0,0%	0,0 p.p.

* União Europeia é equivalente a Supra Nacional

Durante o ano de 2017, existe uma exposição maioritariamente a Portugal e Espanha com um reforço da exposição a Espanha (10 p.p.) e redução mais significativa a Alemanha (-3,6 p.p.).

Risco de concentração por setor

Em 2017, a carteira apresentava uma maior exposição ao setor governamental (67,8%), situação que não se verifica em 2018:

Setor	Peso em Carteira 2018	Peso em Carteira 2017	Variação
GOVERNMENT	0,0%	67,8%	-67,8 p.p.
FINANCIAL	0,0%	14,0%	-14,0 p.p.
CONSUMER, NON-CYCLICAL	0,0%	4,1%	-4,1 p.p.
INDUSTRIAL	0,0%	2,0%	-2,0 p.p.
UTILITIES	0,0%	1,6%	-1,6 p.p.
COMMUNICATIONS	0,0%	1,2%	-1,2 p.p.
ENERGY	0,0%	0,6%	-0,6 p.p.
BASIC MATERIALS	0,0%	0,0%	0,0 p.p.
TECHNOLOGY	0,0%	0,0%	0,0 p.p.
CONSUMER, CYCLICAL	0,0%	0,0%	0,0 p.p.
Total	0,0%	91,3%	

Em termos de exposição do setor financeiro por grau de subordinação dos títulos de rendimento fixo tínhamos a seguinte decomposição em 2017:

Subordinação	Valor Investimento	Financeiras (%)	Unidade: Euros
			Popular Seguros (%)
Senior	2.354.268	100,0%	14,0%
Others	-	-	-
Total	2.354.268	100,0%	14,0%

Política de utilização de derivados

A utilização de produtos derivados como forma de mitigação dos riscos associados, encontra-se de acordo com o legalmente estabelecido pela entidade de supervisão, bem como, explicitada em normativo interno. Em linhas gerais, este normativo estabelece os tipos de operações e contratos permitidos, os mercados autorizados e o processo de aprovação das referidas operações. Os derivados a serem adquiridos, de acordo com o normativo interno, têm como objetivo apenas a realização de operações de cobertura de risco, de forma a permitir uma gestão eficaz da carteira. Mensalmente monitoriza-se o risco de crédito da emissão, do emitente e o risco de crédito da contraparte.

A 31 de dezembro de 2018 a Popular Seguros não tem produtos derivados em carteira.

29.2. Risco de mercado

O Risco de Mercado representa, genericamente, a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de ações.

Mensalmente são feitos testes de sensibilidade/variação às taxas de juro e aos preços de fundos de investimento e quantificação do seu impacto na valorização dos ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos da Empresa.

Quanto à variação das taxas de juro o seu impacto é o referido no ponto Risco de Taxa de Juro. Quanto ao risco da variação de preços de ações e de fundos de investimentos, é feita a análise de sensibilidade mensal e os seus efeitos são os seguintes a 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Variação	Variação Estimada 2018		Variação Estimada 2017	
	Percentagem (%)	Valor (Euros)	Percentagem (%)	Valor (Euros)
Unidade: Euros				
Componente FII				
-10,0%	0,0%	-	-0,2%	-26.469
-20,0%	0,0%	-	-0,3%	-52.937
Componente FIM/ Ações				
-10,0%	0,0%	-	-0,1%	-15.109
-20,0%	0,0%	-	-0,2%	-30.218

Em caso de uma eventual queda do mercado imobiliário em cerca de 10%, a carteira global de fundos de investimento imobiliário poderá desvalorizar em 26.469 Euros, em 2017.

No caso de uma eventual queda do mercado em cerca de 10%, a carteira global de fundos de investimento mobiliário poderá desvalorizar até 15.109 Euros, em 2017.

Risco de Taxa de Juro

As operações da Empresa encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro na medida em que os ativos geradores de juros (incluindo os investimentos) e os passivos geradores de juros apresentam maturidades desfasadas no tempo ou de diferentes montantes.

A monitorização do risco de taxa de juro (variação) é efetuada regularmente ao nível do ativo financeiro, através do apuramento do impacto na carteira de investimentos de uma variação na curva de taxas de juro (choque multiplicativo). Os parâmetros utilizados são a *modified duration* da carteira, dentro de um cenário de variação de taxas de juro, com a medição do impacto na componente de taxa fixa em carteira. Os efeitos são os seguintes:

Variação taxa juro (Em ponto base)	Variação Estimada 2018		Variação Estimada 2017	
	Percentagem (%)	Valor (Euros)	Percentagem (%)	Valor (Euros)
Unidade: Euros				
300	0,0%	-	-14,5%	-2.429.845
200	0,0%	-	-9,6%	-1.619.897
100	0,0%	-	-4,8%	-809.948
-100	0,0%	-	4,8%	809.948
-200	0,0%	-	9,6%	1.619.897
-300	0,0%	-	14,5%	2.429.845

Mensalmente são monitorizadas as variações ao preço e ao valor da carteira de obrigações, em caso de variações de taxa de juro, num intervalo de valores situados entre [-3%, 3%].

29.3. Riscos específicos de seguros

As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificamos na categoria do Risco Específico de Seguros.

Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de atividade e podem subdividir-se em diferentes sub-riscos:

Risco de Desenho dos Produtos

Risco da Empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.

Risco de Prémios

Relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices atualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação).

Risco de Subscrição

Risco de exposição a perdas financeiras e/ou técnicas relacionadas com a seleção e aprovação dos riscos a segurar.

Risco de Provisionamento

Risco das provisões para sinistros constituídos se venham a revelar insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos.

Risco de Sinistralidade

Risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas.

Risco de Retenção

Risco de uma maior retenção de riscos (menor proteção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada.

Risco Catastrófico

Resulta de eventos extremos que implicam a devastação de propriedade, ou a morte/ferimento de pessoas, geralmente devido a calamidades naturais (terramotos, furacões, inundações). É o risco de que um evento único, ou uma série de eventos de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), implique um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

De referir que os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de competências definidas formalmente para os diferentes processos;
- Políticas Internas adequadas às necessidades e complexidade do negócio;
- Reconciliações e conferências contabilísticas;
- Monitorização de níveis de serviço.

O risco de prémios, ou de subtarifação, é controlado por modelos que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões.

A exposição aos maiores riscos está devidamente assegurada pela proteção dos respetivos tratados de resseguro, a cargo de um conjunto de resseguradores líderes de mercado. Há também uma política de gestão de sinistros, baseada na análise dos elementos indispensáveis de avaliação dos sinistros que estão definidos contratualmente.

A Popular Seguros, em termos de resseguro, pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais, com o objetivo de reduzir o impacto de riscos de ponta, de catástrofes e de concentração. O programa de resseguro, em 2018, é constituído por tratados proporcionais – Quota-parte e Excedente e por tratados não proporcionais – Excedente de Sinistro e Cobertura Catastrófica, conforme quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro 2018
Acidentes de Trabalho	Excesso de perdas (XL)
Acidentes de Trabalho ⁽¹⁾	Quota Parte
Acidentes Pessoais ⁽²⁾	Quota Parte
Acidentes Pessoais	Excesso de perdas (XL)
Saúde / Doença ⁽¹⁾	Quota Parte
Incêndio e Outros Danos ⁽¹⁾	Quota Parte
Incêndio e Outros Danos	Quota Parte, Excedente e Excesso de perdas (XL)
Incêndio e Outros Danos (Catástrofes)	Quota Parte, Excedente e Excesso de perdas (XL)
Automóvel	Excesso de perdas (XL)
Automóvel ⁽¹⁾	Quota Parte
Responsabilidade civil geral	Quota Parte

(1) Correspondente a coberturas de assistência

(2) Correspondente a coberturas de desemprego e incapacidade temporária.

Ramo	Tipo de Resseguro 2017
Acidentes de Trabalho	Excesso de perdas (XL)
Acidentes de Trabalho ⁽¹⁾	Quota Parte
Acidentes Pessoais ⁽²⁾	Quota Parte
Acidentes Pessoais	Excesso de perdas (XL)
Saúde / Doença ⁽¹⁾	Quota Parte
Incêndio e Outros Danos ⁽¹⁾	Quota Parte
Incêndio e Outros Danos	Quota Parte, Excedente e Excesso de perdas (XL)
Incêndio e Outros Danos (Catástrofes)	Quota Parte, Excedente e Excesso de perdas (XL)
Automóvel	Excesso de perdas (XL)
Automóvel ⁽¹⁾	Quota Parte
Responsabilidade civil geral	Quota Parte

(1) Correspondente a coberturas de assistência

(2) Correspondente a coberturas de desemprego e incapacidade temporária.

O quadro da exposição da Popular Seguros em termos resseguro, para a ano de 2018 e 2017, resume-se como segue:

Resseguradora	Ramo	Tipo de Resseguro 2018	% no Tratado de Resseguro Obrigatório
ARAG SE - Sucursal em Portugal	Multirriscos Habitação (Produto Condomínio)	Proporcional	100%
Europ Assistance- Comp ^a Seguros de Portugal (Grupo Generali)	Acidentes de Trabalho	Proporcional	100%
	Acidentes Pessoais		
	Multirriscos Habitação		
	Automóvel		
Genworth Financial Assurance Company Ltd, Ireland (Genworth Financial) AXA Partners (adquiriu Genworth)	Multirriscos Comércio	Proporcional	100%
	Proteção Pagamentos		
Munchener Ruckversicherungs-Gesellschaft/MUNICH REINSURANCE CO.	Incêndio	Proporcional	50%
	Multirriscos Habitação		
	Multirriscos Comércio	Proporcional	40%
	Responsabilidade Civil		
	Incêndio	Não Proporcional	50%
	Multirriscos Habitação		
Multirriscos Comércio	Não Proporcional	50%	
Acidentes Pessoais			
Nacional de Reaseguros S.A. (Spain)	Acidentes de Trabalho	Não Proporcional	50%
	Automóvel		
	Automóvel	Não Proporcional	50%
	Responsabilidade Civil		
	Incêndio	Proporcional	25%
	Multirriscos Habitação		
Multirriscos Comércio	Não Proporcional	20%	
Incêndio			
Scor Global P&C Ibérica Sucursal em Madrid	Acidentes Pessoais	Não Proporcional	50%
	Acidentes de Trabalho		
	Automóvel	Não Proporcional	50%
	Responsabilidade Civil		
R+V Versicherung AG	Incêndio	Proporcional	15%
	Multirriscos Habitação		
	Multirriscos Comércio	Facultativo Proporcional	-
	Multirriscos Habitação		
Tokio Marine Kiln	Incêndio	Proporcional	10%
	Multirriscos Habitação		
	Multirriscos Comércio	Não Proporcional	10%
	Incêndio		
RGA International Reinsurance Company Limited	Multirriscos Comércio	Facultativo Proporcional	-
	Acidentes Pessoais		
	Acidentes de Trabalho		
Liberty Syndicates	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-
	Acidentes de Trabalho		
Hannover RE	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-
	Multirriscos Habitação		

(1) 2ª melhor notação de rating atribuída pelas Agências S&P, Moody's, Fitch e DBRS.

Na ausência de qualquer notação de rating para o ressegurador, utiliza-se a notação de rating do Grupo a que pertence, seguindo a metodologia descrita.

Resseguradora	Ramo	Tipo de Resseguro 2017	% no Tratado de Resseguro Obrigatório	Rating (*)
ARAG SE - Sucursal em Portugal	Multirriscos Habitação (Produto Condomínio)	Proporcional	100%	NR
Europ Assistance- Comp ^a Seguros de Portugal (Grupo Generali)	Acidentes de Trabalho Acidentes Pessoais Multirriscos Habitação Automóvel Multirriscos Comércio	Proporcional	100%	BBB+
Genworth Financial Assurance Company Ltd, Ireland (Genworth Financial) - AXA Partners (adquiriu Genworth)	Proteção Pagamentos	Proporcional	100%	A
Munchener Rückversicherungs-Gesellschaft/MUNICH REINSURANCE CO.	Incêndio Multirriscos Habitação Multirriscos Comércio	Proporcional	50%	AA-
	Responsabilidade Civil	Proporcional	40%	
	Incêndio Multirriscos Habitação Multirriscos Comércio	Não Proporcional	50%	
	Acidentes Pessoais	Não Proporcional	50%	
	Acidentes de Trabalho	Não Proporcional	50%	
Nacional de Reaseguros S.A. (Spain)	Automóvel	Não Proporcional	50%	A-
	Incêndio Multirriscos Habitação Multirriscos Comércio	Proporcional	25%	
	Incêndio Multirriscos Habitação Multirriscos Comércio	Não Proporcional	20%	
	Acidentes Pessoais	Não Proporcional	50%	
	Acidentes de Trabalho	Não Proporcional	50%	
	Automóvel	Não Proporcional	50%	
	Responsabilidade Civil	Proporcional	60%	
Scor Global P&C Ibérica Sucursal em Madrid	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	AA-
	Multirriscos Habitação	Facultativo Proporcional	-	
	Incêndio Multirriscos Habitação Multirriscos Comércio	Proporcional	15%	
R+V Versicherung AG	Incêndio Multirriscos Habitação Multirriscos Comércio	Não Proporcional	20%	AA-
	Incêndio Multirriscos Habitação Multirriscos Comércio	Proporcional	10%	
	Multirriscos Habitação	Facultativo Proporcional	-	
Chubb	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	A+
QBE	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	A-
RGA International Reinsurance Company Limited	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	AA-
Liberty Syndicates	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	NR
Hannover RE	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	A+
	Multirriscos Habitação	Facultativo Proporcional	-	

(*) 2ª melhor notação de rating atribuída pelas Agências S&P, Moody's, Fitch e DBRS.

Na ausência de qualquer notação de rating para o ressegurador, utiliza-se a notação de rating do Grupo a que pertence, seguindo a metodologia descrita.

No quadro abaixo, está o indicador com informação sobre o peso dos prémios de resseguro cedido no conjunto dos prémios brutos emitidos de seguro direto, para os anos de 2018 e 2017:

	Unidade: Euros	
	2018	2017
Prémios brutos emitidos de Seguro Direto	7.997.539	10.756.668
Prémios de Resseguro Cedido	3.152.008	3.802.380
Taxa de Cedência de prémios	39,4%	35,3%

A análise de sensibilidade dos riscos de seguros, tendo em atenção as principais condicionantes, é como segue, a 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Unidade: Euros	
	Impacto nos Resultados antes de Impostos	
	2018	2017
Custos com sinistros		
Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	(222.721)	(270.413)
Aumento de 10% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	(445.442)	(540.826)
Despesas		
Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	(86.541)	(154.504)
Aumento de 15% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	(129.811)	(231.756)

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas, seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de risco, inflação ou menor eficiência interna.

29.4. Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o ativo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas.

A gestão da liquidez tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo.

29.5. Risco operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de atividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Empresa.

Como tal, o Controlo Interno representa a implementação de atividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e compliance. Neste sentido, os riscos apresentados no Sistema de Controlo Interno enquadram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um nível de detalhe superior.

A estrutura organizativa, ou modelo de governo, que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Empresa assenta no modelo das três linhas de defesa: a um primeiro nível, é representada pelas diferentes Direções e Gabinetes que são as áreas responsáveis pela operacionalização de gestão de risco e respetivos controlos; um segundo nível, representado pelas áreas de Controlo de Gestão e Gestão Administrativa, Gestão de Risco, Atuarial e Controlo Interno e Qualidade e Compliance, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas, políticas e monitorização do sistema de Gestão de Risco, Controlo Interno e Compliance; e um terceiro nível, representado pela área de Auditoria Interna que detém uma função de auditoria interna independente no âmbito da gestão de riscos, tendo como principal objetivo providenciar a garantia da efetividade dos controlos.

No contexto do Sistema de Controlo Interno foram definidos os responsáveis dos processos e controlos, que têm como principal função assegurar que aquele sistema apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras diretas ou indiretas.

Adicionalmente, a Empresa apresenta uma política formal de gestão de reclamações existindo um relatório trimestral de reclamações no âmbito da gestão da carteira. Existe igualmente um plano formal de continuidade de negócio e um plano de Disaster Recovery.

Nota 30 – Solvência

A Popular Seguros com a entrada em vigor, a 1 de janeiro de 2016, do regime de Solvência II tem assegurado o cumprimento dos requisitos do novo regime, tanto a nível quantitativo, antecipando um rácio de solvência acima do nível exigido, como a nível qualitativo, implementando um conjunto de políticas que garantem o cumprimento das exigências de Solvência II.

Neste novo regime destacam-se a avaliação de ativos e passivos baseados em princípios económicos, uma melhor aferição dos riscos assumidos pelas seguradoras tendo sempre como princípio a proteção dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários.

A avaliação tendo por base os princípios económicos irá traduzir-se numa maior volatilidade dos requisitos de capital.

Durante o ano de 2018, a Empresa apresentou sempre rácios de solvabilidade acima da média de mercado e a divulgação do rácio de solvência II a 31 de dezembro de 2018 será efetuada no Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira.

O objetivo da Popular Seguros é o de encontrar-se bem capitalizada, mesmo depois de movimentos adversos extremos, garantindo assim todos os compromissos com os seus segurados e acionistas.

Nota 31 – Compromissos

Em 31 de dezembro de 2018 o total de garantias bancárias prestadas era de 598.557 Euros (2017: 598.557 Euros). Aquele montante refere-se a um única garantia que foi necessário prestar ao Gabinete Português de Carta Verde, com a finalidade de garantir as responsabilidades decorrentes da qualidade de Associada, nomeadamente, no que respeita ao artigo 26.º A. Ponto 1.

Nota 32 – Eventos subsequentes

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

OUTROS ANEXOS
2018

Anexo 1 – Desenvolvimento da Provisão para Sinistros relativa a Sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções)

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2017 (1)	Custos com Sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2018 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	-	-	-	-
Não Vida	3.485.862	1.856.894	1.268.080	(360.887)
Acidentes e Doença	1.586.351	526.802	694.800	(364.748)
Incêndio e Outros Danos	703.302	514.681	218.402	29.782
Automóvel	1.192.579	813.366	354.878	(24.335)
Responsabilidade Civil	910.825	672.368	326.168	87.711
Outras coberturas	281.754	140.998	28.710	(112.046)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	3.630	2.045	-	(1.585)
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	3.485.862	1.856.894	1.268.080	(360.887)

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Anexo 2 – Discriminação dos Custos com Sinistros

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - - Prestações	Montantes Pagos - - Custos de Gestão de Sinistros Imputados	Variação da Provisão para sinistros	Custos com sinistros
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes e Doença	747.808	17.334	(399.891)	365.250
Incêndio e Outros Danos	1.361.136	68.085	249.627	1.678.848
Automóvel	2.670.664	30.295	811.820	3.512.778
Responsabilidade Civil	1.756.590	15.834	708.021	2.480.445
Outras coberturas	914.074	14.460	103.799	1.032.333
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	2.748	1.405	(1.576)	2.577
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	4.782.355	117.118	659.980	5.559.453
Resseguro Aceite				
	-	-	-	-
Total Geral	4.782.355	117.118	659.980	5.559.453

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Anexo 3 – Discriminação de alguns valores por Ramos

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos	Custos e Gastos de Exploração Brutos *	Saldo de Resseguro
Seguro Direto					
Acidentes e Doença	1.052.809	1.348.187	365.250	479.932	(264.864)
Incêndio e Outros Danos	3.810.027	4.037.026	1.678.848	772.202	(1.049.045)
Automóvel	2.725.166	3.077.262	3.509.542	430.654	165.023
Responsabilidade Civil	1.594.749	1.802.519	2.480.445	254.196	281.750
Outras coberturas	1.130.418	1.274.743	1.029.097	176.458	(116.726)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	83.613	91.628	2.577	38.392	(31.502)
Crédito e Caução	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	12.512	13.982	124	1.604	(13.240)
Assistência	313.411	349.832	3.112	39.739	(293.553)
Diversos	-	-	-	-	-
Total	7.997.539	8.917.916	5.559.453	1.762.523	(1.487.182)
Resseguro Aceite					
Total Geral	7.997.539	8.917.916	5.559.453	1.762.523	(1.487.182)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
E RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL
2018

Certificação Legal de Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Popular Seguros – Companhia de Seguros, SA** (doravante designada por “Entidade”, “Popular Seguros” ou “Companhia”), que compreendem a demonstração da posição financeira 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 20.455.132 euros e um total de capital próprio de 9.364.154 euros, incluindo um resultado líquido de 217.213 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração de rendimento integral, a demonstração de alterações de capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Popular Seguros – Companhia de Seguros, SA, em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras abaixo”. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Lda
Capital Social: 36.000€
NIPC: 514809833
Inscrita na OROC sob o n.º 325
Inscrita na CMVM sob o n.º 20180024

Morada
Av. José Gomes Ferreira, nº11, 5º Piso, Sala 54
Miraflores, 1495-139 Algés
(+351) 214 103 222
geral@rc-sroc.com | www.rc-sroc.com



Certificação Legal de Contas



Matérias Relevantes de Auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p>Provisão para sinistros de seguro direto.</p> <p>Mensuração e divulgações referentes à provisão para sinistros de seguro direto constantes nas notas anexas 2.2), 3.1 e 21 das notas anexas às demonstrações financeiras.</p> <p>A provisão para sinistros de seguro direto evidenciada na demonstração da posição financeira ascende a 3.422.790 euros, correspondendo assim a 31% do total do passivo da Companhia, no final do exercício.</p> <p>As responsabilidades futuras da Companhia para regularização de processos de sinistro, inerentes a contratos de seguro por aquela celebrados, são calculadas tendo por base diversos pressupostos, que tem em consideração a experiência da Companhia e o seu conhecimento do mercado e que são por esta ajustados sempre que se revele adequado.</p> <p>A avaliação do grau de provisionamento envolve julgamento relativamente à seleção dos pressupostos financeiros e atuariais, tais como, entre outros, taxas de desconto, tábuas de mortalidade e caudas de encerramento dos processos de sinistro. O risco existente corresponde à possibilidade do montante da provisão para sinistros de seguro direto registada pela Companhia não ser suficiente para fazer face a todas as responsabilidades assumidas no final do exercício de 2018.</p> <p>Atendendo ao julgamento profissional implícito bem como ao risco mencionado, a provisão para sinistros de seguro direto, constitui uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	<p>Os principais procedimentos de auditoria adotados para mitigar os riscos foram os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades relativas à provisão para sinistros; - Verificação da efetividade dos controlos implementados pela Companhia; - Realização de procedimentos substantivos; - Revisão das divulgações relativamente à provisão para sinistros constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração o exigido pelo normativo em vigor. - Verificar qual a opinião do atuário responsável quanto à suficiência do montante das provisões para sinistros, registado pela Companhia, no final do exercício de 2018.

Popular Seguros, S.A.
CLC 2018

JM Ribeiro da Cunha & Associados, SRÖC, Lda

Pág. 2/5



Certificação Legal de Contas



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Companhia de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

Populär Seguros, S.A.
CLC 2018

JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Lda

Pág. 3/5



Certificação Legal de Contas



Ribeiro da Cunha
& Associados

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Popular Seguros, S.A.
CLC 2018

JM Ribeiro da Cunha & Associados, SRÖC, Lda

Pág. 4/5



Certificação Legal de Contas

**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES****Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º537/2014

Dando cumprimento artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores da Companhia pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 18 de dezembro de 2018 para um mandato compreendido entre 2018 e 2021
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 28 de março de 2019.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 29 de março de 2019

José Maria Ribeiro da Cunha
Em representação de:
JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Lda.

Popular Seguros, S.A.
CLC 2018

JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Lda

Pág. 5/5



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício de 2018

O presente relatório da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2018, bem como o Parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. (Companhia), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos em obediência ao disposto no art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

RELATÓRIO ANUAL

A atual composição do Conselho Fiscal foi aprovada pelo acionista único na Deliberação Unânime Por Escrito tomada em 29 de março de 2018, tendo a sua entrada em funções ocorrido a 30 de março de 2018 na sequência da autorização para o efeito proferida pelo Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões na sua reunião de 15 de março de 2018.

As dez reuniões que o Conselho Fiscal efetuou em 2018 e 2019 sobre a atividade e contas da Companhia, tiveram a participação de todos os seus membros, tendo-se, em algumas delas, contado com a presença de membros da Administração e de representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da Companhia. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional da Companhia, realizaram-se contactos pontuais sempre que as circunstâncias o justificaram.

O Conselho Fiscal esteve presente na reunião do Conselho de Administração em que este órgão apreciou e deliberou sobre o relatório de gestão, as contas do exercício de 2018 e a proposta de aplicação de resultados a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal, para além das reuniões, ainda manteve contactos com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas e que constam do seu regulamento, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2018, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Companhia ao longo do ano, mediante a leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração, da informação periódica sobre a atividade e resultados e de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido todos os esclarecimentos solicitados.

Observou-se o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis bem como das instruções emanadas pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.

Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na elaboração da informação financeira anual, tendo em vista ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados.

Foram analisados e debatidos com a Administração e responsáveis da Companhia o relatório de gestão bem como as demonstrações financeiras, entendendo o Conselho Fiscal que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação veiculada naqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, posição financeira e resultados da Companhia.

Foram debatidas com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas as questões fundamentais decorrentes da revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência, e foram apreciados o Relatório Adicional e a Certificação Legal das Contas, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo revisor oficial de contas, documentos que mereceram o acordo do Conselho.

Nos termos da legislação em vigor sobre a contratação de um revisor oficial de contas para a Companhia, o Conselho Fiscal analisou as propostas apresentadas, na sequência do que selecionou a que lhe pareceu melhor servir os interesses da Companhia e que submeteu à competente deliberação da Assembleia Geral.

Na contexto da sua atividade fiscalizadora, o Conselho não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Companhia, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.

O Conselho Fiscal salienta e expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2018, a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações do Capital Próprio, dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras, são adequados à compreensão da situação patrimonial da Companhia no fim do exercício, e ao modo como se desenrolou a atividade.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A., aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício de 2018;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 29 de março de 2019

O CONSELHO FISCAL

José Luis Areal Alves da Cunha (Presidente)

António Bala Engana (Vogal)

Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço (Vogal)

RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO E
POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO
2018

Relatório do Governo Societário e Políticas de Remuneração



1 - Introdução

Nos termos da alínea b) do nº 2, do artigo 70º do Código das Sociedades Comerciais, a Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. elaborou o relatório anual sobre a estrutura e as práticas do governo societário que deve ser disponibilizado em conjunto com o relatório de gestão, a certificação Legal de Contas e o parecer do órgão de Fiscalização, no respetivo sítio da internet.

Na elaboração do relatório anual foi, ainda, considerado o Artigo 2º da Norma Regulamentar N.5/2010-R, de 1 de Abril (Divulgação de Informação relativa à Política de Remuneração das Empresas de Seguros ou de Resseguros e Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões), emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

2 - Estrutura do Governo



A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração eleito trienalmente, sendo permitida a sua reeleição.

O Conselho de Administração eleito para o quadriénio 2018-2021 é atualmente composto por três administradores executivos, sendo um presidente e dois vogais.

Relatório do Governo Societário e Políticas de Remuneração



Compete ao Conselho de Administração gerir os negócios da sociedade com os mais amplos poderes. A fiscalização dos atos da administração é exercida por um conselho fiscal composto por dois membros efetivos e por um revisor oficial de contas eleitos quadrienalmente, sendo reelegíveis.

3 – Identificação e Composição dos Órgãos Sociais

Assembleia-geral

Presidente

Augusto Fernando Correia Aguiar - Branco

Secretário

Cristina Isabel Cristovam Braz Vaz Serra

Conselho de Administração

Presidente

Nuno Miguel Frias Costa

Vogais

Manuela Vieira Marinho

Pedro Brandão de Melo e Castro

Conselho Fiscal

Presidente

José Luis Areal Alves da Cunha

Vogais

António Baia Engana

Maria Manuela de carvalho Silva Vinhas Lourenço

Revisor Oficial de Contas

JM Ribeiro da Cunha Associados, SROC, LDA

Representada por José Maria Ribeiro da Cunha

3/16

POPULAR SEGUROS - Companhia de Seguros, S. A.
Tel. +351 213 808 330 • Fax +351 212 808 331
geral@popularseguros.pt • www.popularseguros.pt
CRCL / Pes. Cal. 507 592 034 • Capital Social 7,500,000 Euro



4 – POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO DA POPULAR SEGUROS, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e da Norma Regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designada por ASF) n.º 5/2010-R, de 1 de Abril (Diário da República, 2ª Série, de 13 de Abril de 2010) e na Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, da ASF a política de remuneração deve ser aprovada por uma comissão de remuneração ou, no caso de a sua existência não ser exequível ou apropriada face à dimensão, natureza e complexidade da instituição em causa, pela assembleia geral, sendo esse o caso na Companhia. A política remuneratória da Popular Seguros enquadra-se na política do Grupo Santander pela sua detenção a 100% pela Santander Totta Seguros.

A política de remuneração dos restantes colaboradores é aprovada pelo órgão de administração.

I. Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória necessariamente integrada na política do Grupo Santander, deve ser referido que sendo a companhia 100% detida pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida SA, e que esta integrou por fusão a Eurovida – Companhia de Seguros de Vida SA, existem sinergias nos serviços comuns a ambas as companhias, designadamente ao nível do respetivo Conselho de Administração, cujos membros compõem a maioria do Conselho de Administração da Santander Totta Seguros. Assim, importa referir que os membros do Conselho de Administração da Popular Seguros, pela circunstância referida, não auferem qualquer remuneração pelo exercício do seu cargo desta companhia.

Sem prejuízo desta circunstância particular, e das necessárias adaptações à estrutura específica da Popular Seguros, a Política de Remunerações do Grupo não deixa de ser aplicável se, e na medida do que for concretamente aplicável à companhia. Conforme referido, no presente momento, apenas os membros do Conselho Fiscal auferem remuneração pelo exercício dos seus cargos.

Relatório do Governo Societário e Políticas de Remuneração



O Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

II. Princípios Orientadores da Política de Remuneração.

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações, quando existentes, são os seguintes:

- a) Simplicidade, clareza, transparência, alinhados com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- b) Consistência com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- c) Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- d) Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- e) Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do sector.
- f) Sujeição da cessação antecipada de contratos ao regime legal vigente em cada momento;
- g) Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às modalidades de remuneração adotadas.

5/16

POPULAR SEGUROS - Companhia de Seguros, S. A.
Tel. +351 213 808 330 • Fax +351 212 808 331
geral@popularseguros.pt • www.popularseguros.pt
CRCL / Res. Col. 507 592 034 • Capital Social 7.500.000 Euro



III. Componentes da Política de Remuneração

Os membros do órgão de fiscalização apenas auferem Remuneração Fixa, cujo montante é determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal;

1. Remuneração Fixa Anual

Os membros do anterior Conselho fiscal auferiram, durante o exercício de 2018, uma remuneração fixa global de 6.100,5 euros (2017: 15.132 euros).

Individualmente, foram auferidas as seguintes remunerações:

António Manuel Mendes Barreira	2.952,00
Vítor Paulo Paranhos Pereira	1.672,50
Vítor Manuel Ferreira Lúcio da Silva	1.476,00

O Dr. Vítor Paulo Paranhos Pereira auferiu em 2018 rendimentos referentes ao período de 2017, que não foram pagos no ano respetivo.

Os membros do atual Conselho fiscal auferiram, durante o exercício de 2018, uma remuneração fixa global de 4.140,34.

Individualmente, foram auferidas as seguintes remunerações:

José Luís Areal Alves da Cunha	1.882,00
António Baia Engana	1.129,17
Maria Manuela de carvalho Silva Vinhas Lourenço	1.129,17

2. Benefícios

Os administradores executivos com contrato de trabalho com o Banco Santander Totta, S.A. e não obstante a suspensão do referido contrato, beneficiam de seguro de saúde e das vantagens resultantes da regulamentação coletiva aplicável aos trabalhadores, incluindo o recurso ao crédito à habitação.

Relatório do Governo Societário e Políticas de Remuneração



3. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo com a Popular Seguros

Em 2018 foram pagas aos Administradores remunerações pela Santander Totta Seguros.

IV. Aspetos complementares

Atento o disposto no número 5. do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

V. Cumprimento das recomendações sobre políticas de remuneração definidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade está em linha com os princípios ínsitos no capítulo I da Circular nº 6/2010, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, devendo contudo a análise a efectuar ter em conta a dimensão da companhia e a sua integração no Grupo Santander, e em particular, a inexistência de remuneração dos seus administradores, pela circunstância referida.

A circunstância da companhia ser totalmente dominada pela Santander Totta Seguros, sociedade essa detida pela Santander Totta SGPS, S.A., e estar por essa via integrada no Grupo Santander, implica a necessária coerência das respetivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Com esta contextualização, a adoção das demais recomendações da Circular implicaria uma redundância processual e uma artificial execução regulamentar desprovida de efeitos práticos. Daí que a política da Popular Seguros, em acréscimo às suas particulares vicissitudes, em matéria de remunerações dos membros dos órgãos da administração e fiscalização se contenha nos presentes limites, sem prejuízo do cumprimento, na globalidade, e no momento da fixação das diretrizes do Grupo de que são tributárias, de regras de sentido idêntico emanadas das autoridades nacionais competentes.

Relatório do Governo Societário e Políticas de Remuneração



Lisboa, 28 de março de 2019

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO PELAS FUNÇÕES CHAVE

Nos termos e para os efeitos do disposto na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designada por ASF), designadamente no seu capítulo VI, relativo à avaliação da Política de Remuneração, a política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si.

Esta avaliação deve incluir designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da Circular, em especial sobre o respectivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.

Esta avaliação será apresentada ao órgão de administração para posterior aprovação pela Assembleia Geral da Companhia, na forma do presente Relatório e que contém os resultados da análise à política de remunerações, sendo nomeadamente identificadas, caso aplicável, as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das recomendações da Circular.

Assim, e considerando as particularidades da companhia e da sua integração no Grupo, e ao facto de os administradores não serem remunerados pelas suas funções na sociedade, não se consideram existir insuficiências à luz das recomendações plasmadas na Circular não sendo por conseguinte, propostas quaisquer medidas de correção.



5 – Remunerações dos Auditores / Revisores Oficiais de Contas

O valor Contratado pelos nossos auditores externos Ribeiro da Cunha e Associados ascendeu, em 2018, a 34.440 euros (valores incluindo o IVA) e compreendem os trabalhos relacionados com a Auditoria Externa e com a emissão da Certificação Legal de Contas.

6 – POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS RESPONSÁVEIS DAS FUNÇÕES-CHAVE

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e da Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 5/2010-R, de 1 de Abril (Diário da República, 2ª Série, de 13 de Abril de 2010) e na Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designada por ASF) o Conselho de Administração deve aprovar, anualmente, a política de remuneração dos responsáveis das funções-chave da Sociedade.

São considerados responsáveis pelas funções-chave da Sociedade, as pessoas que exercem a Função Atuarial, de Gestão de Riscos, de Controlo de Cumprimento (Compliance Officer) e Auditoria Interna.

Na companhia, a designação dos responsáveis das funções de controlo é pessoal e nominativa com a assunção das inerentes competências.

Não obstante, os responsáveis designados pela Sociedade possam acumular o exercício de análogas funções em outras sociedades do Grupo, esse exercício, sendo transversal, desenvolve-se com total autonomia e independência.

A política remuneratória da Popular Seguros enquadra-se na política do Grupo Santander atendendo ao facto de ser 100% detida pela Santander Totta Seguros- Companhia de Seguros de Vida SA.

1. Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória necessariamente integrada na política do Grupo Santander, deve ser referido que sendo a companhia 100% detida pela Santander Totta Seguros –

Relatório do Governo Societário e Políticas de Remuneração



Companhia de Seguros de Vida S.A., e que esta integrou por fusão a Eurovida – Companhia de Seguros de Vida SA, existem sinergias nos serviços comuns a ambas as companhias.

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a atividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objetivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções-chave na organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, e no caso concreto os responsáveis das funções-chave da Sociedade, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera. Consequentemente, a política de remuneração deste grupo de trabalhadores tem os seguintes objetivos:

- assegurar que a remuneração total e a respetiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável anual, a qual se encontra indexada à realização de objetivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos acionistas;

O Grupo, prossequindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

II. Princípios Orientadores da Política de Remuneração

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- a) Simplicidade, clareza, transparência, alinhamento com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- b) Consistência com uma gestão e controlo de risco eficazes para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;

10/16

POPULAR SEGUROS – Companhia de Seguros, S. A.
Tel. +351 213 808 330 • Fax +351 212 808 331
geral@popularseguros.pt • www.popularseguros.pt
CRCL / Res. Col. 507 592 034 • Capital Social 7.500.000 Euro

Relatório do Governo Societário e Políticas de Remuneração



- c) Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- d) Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- e) Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do sector.
- f) Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objectivos associados às respectivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções. Em particular, a função actuarial e o actuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta, nos termos da Circular 6/2010 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.
- g) Sujeição da cessação antecipada de contratos ao regime legal vigente em cada momento;
- h) Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às modalidades de remuneração adotadas.

III. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) O responsável pela função de Auditoria Interna, dado exercer funções transversalmente no Grupo Santander, auffer remuneração paga por outra entidade do Grupo e não é remunerado pela Sociedade. Os restantes responsáveis pelas funções chave Atuarial, de Gestão de Riscos, e de Controlo de Cumprimento, por exercerem funções na Santander Totta Seguros, e dadas as sinergias relatadas entre as entidades, reflexo da detenção a

Relatório do Governo Societário e Políticas de Remuneração



100% da Popular Seguros pela Santander Totta Seguros, são actualmente remunerados por esta última entidade.

- b) Ainda assim, é definida a presente Política de Remunerações dos titulares de funções-chave que se enquadra nas diretrizes do Grupo e que foi formulada de acordo com as melhores práticas existentes no sector, caso quaisquer um dos responsáveis passe a ser remunerado pela companhia;
- c) Das referidas diretrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos titulares de funções-chave, a realizar anualmente, pelos respectivos superiores hierárquicos. Sempre que estejam sujeitos a obrigação de duplo reporte, a avaliação é também feita por responsável do Grupo pela área em causa;
- d) Tendo em consideração o definido no Grupo, para as funções de controlo o rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode ser superior a 100%;

1. Remuneração Fixa Anual

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa Anual dos responsáveis por funções-chave é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- c) A Remuneração Fixa dos responsáveis por funções-chave tem os limites que forem fixados, não devendo representar uma parcela inferior a 70% da Remuneração Total Anual.

2. Remuneração Variável

- a) A remuneração das funções-chave comporta igualmente uma componente variável, de atribuição não garantida, sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- b) A remuneração variável é adequadamente equilibrada face à remuneração fixa;
- c) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da remuneração variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos da Sociedade, bem como os respetivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;

12/16

POPULAR SEGUROS – Companhia de Seguros, S. A.
Tel. +351 213 808 330 • Fax +351 212 808 331
geral@popularseguros.pt • www.popularseguros.pt
CRCL / Pes. Cel. 507 592 034 • Capital Social 7.500.000 Euro

Relatório do Governo Societário e Políticas de Remuneração



- d) A ponderação da consecução dos objetivos estratégicos definidos pela e para a Sociedade, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da remuneração variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade e dos seus acionistas;
- e) No caso de serem imputados à Sociedade, por acionistas ou por terceiros, responsabilidade por atos de gestão, a remuneração variável poderá, mediante decisão dos acionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respetiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.

2.1. Determinação da Remuneração Variável Anual

- a) Como elemento da remuneração variável, estabelece-se um prémio de desempenho da Empresa, vinculado a objetivos, dependente de avaliação anual, com reflexo no ano em curso e nos seguintes, através do qual são pagas prestações em dinheiro e atribuídas ações do Banco Santander;
- b) O valor final do prémio de desempenho será determinado no início de cada exercício seguinte ao do desempenho de funções, sobre uma base de valor de referência e em função do cumprimento dos objetivos de curto prazo descritos no item (ii) abaixo.
- c) O pagamento do prémio de desempenho é diferido em 40% do seu valor; reservando-se a Sociedade (através dos seus órgãos competentes e numa lógica de congruência dentro do Grupo) a possibilidade de não aplicar tal diferimento quando o valor da remuneração variável total não seja superior a 50.000 euros, e desde que tal possibilidade não esteja impedida por determinação legal ou regulamentar aplicável.
- d) Metade do montante do diferimento é devido em ações e outra metade em dinheiro, sendo o pagamento desta parte feito em três, durante os três anos subsequentes;
- e) O valor diferido ficará sujeito à não ocorrência das cláusulas malus e claw back descritas no item (iv) abaixo.

(i) *Valor de referência da remuneração variável*

- f) A remuneração variável dos Responsáveis de Função-Chave será determinada a partir de uma referência padrão dos objetivos estabelecidos, sendo posteriormente fixado para cada membro um valor de referência para o exercício.

Relatório do Governo Societário e Políticas de Remuneração



a. Fixação do valor da remuneração variável

- g) Partindo do esquema de referência descrito, a remuneração variável será determinada considerando como elementos básicos do esquema:
- Um conjunto de parâmetros quantitativos no curto prazo medidos de acordo com os objetivos anuais.
 - Uma avaliação qualitativa apoiada por evidências qualificadas e que não poderão modificar o resultado quantitativo em mais de 25% para cima ou para baixo.
 - Um ajuste excepcional, apoiado por evidências qualificadas e que possam contemplar modificações com origem em deficiências de controlo e/o riscos, resultados negativos das avaliações de supervisores ou eventos significativos ou não previstos.
- h) A estrutura da remuneração variável pode ser ilustrada conforme esquema abaixo:



(iii) Forma de pagamento:

A remuneração variável é devida 50% em dinheiro e 50% em ações, sendo parte paga num ano e parte diferida em três anos, observados os parâmetros de longo prazo, conforme abaixo:

- 60%, dessa remuneração será paga no ano respectivo, em dinheiro e em ações.
- o remanescente será pago anualmente, em três partes iguais, nos três anos seguintes, em dinheiro e em ações, observadas as condições previstas no item (iv) infra.

14/16

POPULAR SEGUROS – Companhia de Seguros, S. A.
Tel. +351 213 808 330 • Fax +351 212 808 331
geral@popularseguros.pt • www.popularseguros.pt
CRCL / Pes. Col. 507 592 034 • Capital Social: 7.500.000 Euro

Relatório do Governo Societário e Políticas de Remuneração



As ações atribuídas não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam sujeitas a condição de manutenção pelo prazo de um ano a contar da data da sua atribuição.

(iv) Outras condições da remuneração variável

Condições de permanência, cláusulas malus e clawback aplicáveis:

O pagamento da remuneração variável diferida fica condicionado, além da permanência do beneficiário no Grupo, à não existência durante o período anterior a cada uma das entregas de circunstâncias que possam dar lugar à aplicação de malus e claw back, conforme definido na Política de Retribuição do Grupo.

A aplicação de cláusulas malus e clawback é iniciada em situações em que se verifique um deficiente desempenho financeiro da entidade no seu conjunto ou de uma divisão ou área concreta desta ou das exposições criadas por colaboradores devendo considerar-se, pelo menos, as seguintes circunstâncias:

- a) Falhas significativas na gestão de riscos praticadas pela entidade, por uma unidade de negócio ou de controlo de risco;
- b) O aumento das suas necessidades de capital não previstas no momento da criação da exposição;
- c) Quaisquer sanções regulatórias ou condenações judiciais que possam ser imputados à entidade ou ao colaborador responsável por aqueles atos, incluindo o incumprimento de códigos de conduta internos da entidade;
- d) Prova de má conduta sejam individuais ou coletivas. Consideram-se especialmente os efeitos negativos derivados da comercialização de produtos inadequados e as responsabilidades das pessoas ou órgãos que tomaram estas decisões;

IV. aspetos complementares

Não se prevê a atribuição de planos de opções.

Atento o disposto no número 5. do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

15/16

POPULAR SEGUROS – Companhia de Seguros, S. A.
Tel. +351 213 808 330 • Fax +351 212 808 331
geral@popularseguros.pt • www.popularseguros.pt
CRCL / Péc. Col. 507 592 034 • Capital Social 7.500.000 Euro

Relatório do Governo Societário e Políticas de Remuneração



Não é previsível que venham a ser pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão de funções-chave.

V. Cumprimento das recomendações sobre políticas de remuneração definidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

A política de remuneração dos titulares de funções-chave da Sociedade está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no capítulo I da Circular nº 6/2010, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Popular Seguros considerando a sua integral detenção pela Santander Totta Seguros.

Desta forma, e considerando que a remuneração dos actuais responsáveis pelas funções - chave auferem a sua remuneração através de outras entidades, define-se ainda assim na presente política que a determinação da remuneração total dos titulares destas funções, caso tal passe a ser aplicável, composta por uma parte fixa e uma parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adoção das recomendações constantes do Capítulo V da referida Circular, a qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

A circunstância da Sociedade ser totalmente dominada pela sociedade Santander Totta Seguros que por sua vez é dominada pela Santander Totta SGPS, S.A., e estar por essa via integrada no Grupo Santander, que nela detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respetivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria.

Lisboa, 28 de março de 2019



O Conselho de Administração



Rua Ramalho Ortigão, n.º 51 - 1099-090 LISBOA
Tel. 213 808 330 Fax 213 808 331
e-mail: geral@popularseguros.pt
site: www.popularseguros.pt